

MARIANI BANDEIRA CRUZ OLIVEIRA

**PATRIMÔNIO, FORTUNA E ESCRAVIDÃO NOS CAMPOS GERAIS DO
PARANÁ (1820-1844)**

IRATI
2015

MARIANI BANDEIRA CRUZ OLIVEIRA

**PATRIMÔNIO, FORTUNA E ESCRAVIDÃO NOS CAMPOS GERAIS DO
PARANÁ (1820-1844)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, Área de concentração “História e Regiões”, da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO – PR.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Franco Netto.

IRATI
2015

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação/BICEN/UEPG

O48 Oliveira, Mariani Bandeira Cruz
Patrimônio, fortuna e escravidão nos Campos Gerais do Paraná (1820-1844) / Mariani Bandeira Cruz Oliveira. Irati, 2015.
103f.

Dissertação (Pós-graduação em História como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre em História), Universidade Estadual do Centro-Oeste.

Orientador : Prof. Dr. Fernando Franco Netto

1. Fortunas. 2. Vila de Castro. 3. Século XIX. I. Netto, Fernando Franco. II. Universidade Estadual do Centro – Oeste. Mestrado em História. III. T.

CDD : 330.981



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE/UNICENTRO
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH
Área de Concentração – História e Regiões




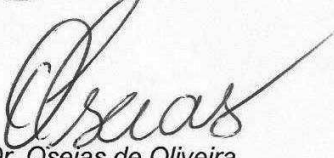
TERMO DE APROVAÇÃO

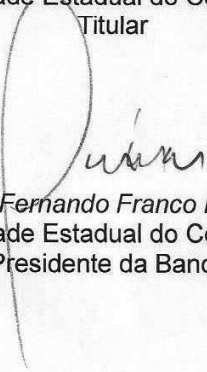
Mariani Bandeira da Cruz Oliveira

“Patrimônio, Fortuna e Escravidão nos Campos Gerais do Paraná (1820-1844)”

Dissertação aprovada em 24/07/2015, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:


Dr. José Augusto Leandro
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Titular


Dr. Oseias de Oliveira
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Titular


Dr. Fernando Franco Netto
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR
2015

Para Thaylla, minha filha.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pela presença constante em minha vida, pela divina iluminação na jornada percorrida, desde a entrada para o mestrado até hoje.

Ao orientador, professor Dr. Fernando Franco Netto, pela confiança, dedicação e incentivo no desenvolvimento do trabalho. Pelas críticas e sugestões na orientação, por indicar o caminho a seguir e mostrar-me outras possibilidades de investigação.

Aos professores da banca de qualificação, Prof. Dr. José Augusto Leandro (UEPG), pelos inúmeros artigos e livros sugeridos e emprestados. Pela sua contribuição com seus conhecimentos, pelos conselhos, críticas, incentivos e sugestões, e por me apontar os caminhos ajudando-me a crescer enquanto pesquisadora, e Oséias de Oliveira (UNICENTRO), pelas críticas, inquirições e sugestões, essenciais, para o enriquecimento do texto.

Aos colaboradores do Museu do Tropeiro em Castro minha eterna gratidão: Lea Maria Cardoso Villela, Fabiana Hey, Amélia Podolan Flügel e Milena Mayer. Obrigada por toda ajuda e disponibilidade em viabilizar o manuseio dos inventários.

Aos professores Hélio Sochodolak, Valter Martins, Anselmo Schorner, José Adilçom Campigoto e Claércio Ivan Schneider, pelas contribuições acrescentadas no decorrer das aulas ministradas no Programa de Pós-Graduação em História da Unicentro.

À secretária do PPGH, Cibele Helena Zwar Farago, pela disposição, momentos de descontração e companheirismo.

É preciso também agradecer aos amigos que estiveram ao meu lado, sempre dispostos a ouvir e me incentivar: Zilda Primor, Meire Helen, Adriana Mika, dona Neide, Mari Lins, Wislaine, Eder, Lara, Edenilson. A Cleusi que, além de todo o apoio e incentivo, me abrigou em sua casa todas as vezes que precisei em virtude das aulas no mestrado; e a Rodrigo, colega de orientação e grande companheiro, pela paciência, acolhida e caronas rumo às orientações.

À amiga, Katya picanço, professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus de Ponta Grossa, pelos momentos de descontração, partilhas e incentivos na finalização do trabalho. E por me mostrar, no decorrer de um semestre, que não existem obstáculos quando há determinação.

À amiga Adriane Coelho, pelas cansativas leituras de correção do texto. E para além disso, me ensinou que amizade é fruto de amor espontâneo e gratuito. E que a felicidade acontece na amizade partilhada.

Ao Luciano, querido e eterno companheiro, pelas leituras, críticas e sugestões, e principalmente pela paciência, ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Quando estive cansada, desanimada e abatida foi quem primeiro pegou em minha mão e mostrou que é possível encontrar oasis em pleno deserto. O esteio de meu equilíbrio, em todos os sentidos.

A Thaylla, minha filha, que me ensinou o amor incondicional e agregou outros sabores à minha vida. Dedico, reconhecidamente, a ela, este trabalho, espero que me absolva, futuramente, da culpa que sinto pelas minhas somadas ausências, apesar de fisicamente próxima. Aprendi por meio de seu sorriso que a felicidade é fruto do amor espontâneo e gratuito. E que vale a pena contemplar cada passo de nossa jornada.

Reservo um espaço especial nestes agradecimentos à minha mãe Doracy, sempre muito preocupada com a educação de seus filhos. Os seus exemplos de vida foram essenciais para que eu não desistisse logo nas primeiras dificuldades.

Aos meus irmãos e, em especial minha irmã, Clézia, que apesar da distância, manteve-se presente me incentivando.

Por fim, muito obrigada a todos que estiveram ao meu lado, direta ou indiretamente, me incentivando e me apoiando.

RESUMO

O presente trabalho dedica-se ao estudo das fortunas dos habitantes da Vila de Castro, situada nos Campos Gerais do Paraná, na primeira metade do século XIX. A pesquisa teve como fonte 150 inventários *post mortem* (109 destes pertencentes a proprietários de escravos), abertos na vila castrense, entre os anos de 1820-1844. Buscou-se identificar por meio do patrimônio inventariado a riqueza na localidade. Analisa-se por meio da vida material, as habitações e o que elas revelam em termos do cotidiano das sociedades do período. Caracterizou-se a composição das fortunas observando como os homens e mulheres de Castro investiram o capital acumulado na posse de bens. Em seguida, estabeleceu-se um perfil do patrimônio desses inventariados, por meio de categorias, a partir da diversidade dos bens inventariados. A hierarquia econômica por faixa de fortuna demonstrou que naquela sociedade a posse de escravos, a propriedade de terras e animais (vacuns e cavalares) caracterizavam sobremaneira a região. Foi possível identificar um total de 903 escravos. A média de escravos por inventariado na Vila de Castro, no período estudado ultrapassou 8 cativos por proprietários.

PALAVRAS-CHAVE: Fortunas; Vila de Castro; Século XIX

ABSTRACT

This research is dedicated to the study of the fortunes of the inhabitants of Vila de Castro, located in the Campos Gerais Paranaense in the first years of the XIX century. The research was to supply 150 *post mortem* documents (109 belonging to slave owners), opened in the Vila de Castro, between the years 1820-1844. We sought to identify through equity inventoried wealth in the locality. It is analyzed by means of material life, the houses and what they reveal in terms of the daily lives of societies of the period. It characterized the composition of fortunes watching as the men and women of Castro invested the accumulated capital in the ownership of assets. Then established a heritage of these inventoried profile through categories, from the diversity of inventoried goods. The economic hierarchy fortunately range showed that in that society slaveholding, ownership of land and animals (vacuns and cavalares) characterized the region. It was possible to identify a total of 903 slaves. The average slaves in the documents *post mortem* in the Vila de Castro during the study period exceeded 8 captive by owners.

KEYWORDS: Fortunes; Vila de Castro; XIX century.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Mapa do Caminho de Viamão (aproximadamente 1760)	21
Figura 02	Mapa de Curitiba, Castro, Lapa e Campos Gerais (Final do XVIII)	28
Figura 03	A cidade de Castro, de Jean Baptiste Debret (1829)	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Número de inventários (1820-1844)	32
Quadro 02	Ocupação dos Escravos (1820-1844)	54
Quadro 03	Classificação das fortunas dos escravistas. Vila de Castro – 1820/1844 - (Em Contos de Réis)	59
Quadro 04	Patrimônios Escravistas. (Até 500 Mil Réis)	61
Quadro 05	Patrimônios Escravistas (Entre 500\$001 a 1:000\$000)	66
Quadro 06	Patrimônios Escravistas (Entre 1:000\$001 a 3:000\$000)	67
Quadro 07	Patrimônios Escravistas (Entre 3:000\$001 a 5:000\$000)	72
Quadro 08	Patrimônios Escravistas (Entre 5:000\$001 a 10:000\$000)	75
Quadro 09	Patrimônios Escravistas (Entre 10:000\$001 a 20:000\$000)	80
Quadro 10	Patrimônios Escravistas (Entre 20:000\$001 a 100:000\$000)	85
Quadro 11	Patrimônios Escravistas (Acima de 100:000\$001)	88

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Capítulo 1	
DOS CAMPOS GERAIS PARANAENSE: CAMINHOS, POVOADOS E HABITAÇÕES	21
1.1 Dos caminhos de idas e vindas.....	21
1.2 Castro: uma vila nos Campos Gerais.....	26
Capítulo 2	
OS INVENTÁRIOS <i>POST MORTEM</i> COMO FONTES PRIMÁRIAS PARA O ESTUDO DAS FORTUNAS	32
2.1 Registro da vida material a partir dos inventários.....	33
2.2 Herdeiros e heranças.....	37
2.3 Dos avaliadores e avaliações.....	39
2.4 Das habitações.....	44
2.5 Escravos nos Inventários.....	50
2.6 Das ocupações escravas.....	53
Capítulo 3	
COMPOSIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FORTUNA INVENTARIADA EM CASTRO (1820-1844)	58
3.1 Fortunas muito pequenas.....	60
3.2 Pequenas fortunas.....	65
3.3 Fortunas médias baixas	67
3.4 Fortunas médias.....	71
3.5 Fortunas médias altas.....	75
3.6 Fortunas grandes baixa.....	79
3.7 Fortunas grandes médias.....	84
3.8 Fortunas grandes altas.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

O interesse por esta investigação despertou-se ainda quando eu estava na graduação. Durante o primeiro semestre do curso, envolvi-me em atividades de extensão coordenadas pelos docentes do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Dehis/UEPG). Entre os diversos projetos de extensão que atuei na graduação, um deles foi o projeto “Doença e Cura”¹, no qual realizava uma pesquisa com benzedeadas nas cidades dos Campos Gerais. Em pesquisa, na cidade de Castro, conheci a senhora Zenilda. Durante nossas conversas, ela nos relatou as experiências dos seus antepassados enquanto descendentes de escravos, e ressaltou o desejo que sentia em aprofundar o seu conhecimento sobre a história dos seus ancestrais. Fato esse que me motivou a iniciar uma busca nos arquivos públicos, nas cidades de Castro, Jaguariaíva e região, sobre os dados dos descendentes da família de dona Zenilda.

No percurso desta jornada, deparei-me com diversos documentos que faziam menção aos cativos nos Campos Gerais, i.e., registros de batismos, casamentos, óbitos e inventários *post mortem*. Os dados encontrados mostraram limitações na busca de informações mais precisas em relação aos familiares de Zenilda, portanto, chegou-se a conclusão de que melhor seria concentrar a investigação na sociedade castrense e seus sujeitos do século XIX.

Deste modo, este trabalho aborda as fortunas dos habitantes da Vila de Castro, a partir dos inventários *post mortem*, abertos entre os anos de 1820-1844. Buscou-se observar as relações estabelecidas entre a posse escrava e a riqueza das sociedades castrenses, da primeira metade do oitocentos.

A primeira metade do século XIX no Brasil é marcada por intensas transformações na história do Império brasileiro. Logo na primeira década do XIX, a chegada da corte portuguesa, mesmo não tendo alterado de imediato o estatuto colonial, produziu mudanças importantes na ordem sociopolítica, econômica e cultural. Em 1810, a coroa portuguesa estabeleceu com os soberanos britânicos um tratado de aliança e amizade, que entre outras coisas, definia princípios de abolição gradual do comércio de escravos. As pressões britânicas para a proibição do tráfico de africanos acabou culminando na lei de 1831, que colocava em xeque um dos mais importantes negócios da economia portuguesa desenvolvido na América

¹ O projeto de extensão “Doença e Cura” foi coordenado pela Professora Ms. Cirlei Francisca Gomes Carneiro do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Esse projeto perdurou entre os anos de 2007 a 2009.

desde o período colonial. Destaca-se ainda neste cenário, a independência política da colônia, em 1822, e sua afirmação enquanto nação, os movimentos abolicionistas, as resistências escravas, o fortalecimento da dependência financeira relacionada aos ingleses, as intensificações das pressões britânicas para a abolição do trabalho escravo, que resultou na Lei Eusébio de Queirós (1850) que proibiu o tráfico internacional de escravos. Enfim, como explica Kátia Mattoso, o oitocentos:

é um século apaixonante onde a vida palpita em vibrações de ritmo, um século de verdadeira criação de uma sociedade, graças ao progresso demográfico, ao aumento e depois cessação do tráfico de escravos, aos progressos de todas as técnicas agrícolas, industriais, comerciais, às mutações da vida econômica (MATTOSO, 1992, p.02).

Neste contexto, a Comarca Paulista com grande parte de sua produção agrícola atrelada ao abastecimento das Minas Gerais e da Corte, constituía-se importante núcleo da economia de abastecimento interno, desde o século XVIII. Ademais, com o desenvolvimento de uma economia agro-exportadora através dos engenhos de açúcar e, na década de 1820, com a expansão das lavouras de café, possuía o principal centro (Sorocaba) do extenso circuito de comercialização de gado (BACELLAR, 2001, p.13).

Conforme Carlos de Almeida Prado Bacellar a Coroa Portuguesa almejava acessar, via terrestre, o imenso território existente entre São Paulo e o Continente do Sul. E para isso, “buscou-se incorporar aos domínios lusos os chamados Campos Gerais, no atual Estado do Paraná, que, desde princípios do século XVII, vinham se estruturando como fornecedores de gado” (BACELLAR, 2001, p.22).

Nos primeiros anos do século XIX, a Vila de Castro, localizada nos Campos Gerais do Paraná, desenvolvia-se economicamente ligada às atividades da pecuária e do tropeirismo. Sabe-se que, desde meados do século XVIII a região constituía-se como local de internada de gado e tropas que saíam do Rio Grande do Sul rumo às feiras em Sorocaba, no interior paulista. “Embora a historiografia tenha defendido que a primeira tropa vinda de Curitiba surgiu em Sorocaba somente em 1732, sob o comando de Cristovão Pereira de Abreu, sabe-se que havia desde há algumas décadas um afluxo irregular de gado curitibano para Sorocaba” (BACELLAR, 2001, p. 25).

Os primeiros anos do oitocentos favoreceram a criação e comercialização de animais, também impulsionada pelo estabelecimento da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, o que ocasionou aumento na demanda por gado de corte no sudeste brasileiro (PORTELA, 2007, p.1).

João Luís Fragoso destaca que no início do século XIX a pecuária paulista², concentrada principalmente nas vilas da estrada de Viamão, na qual Castro encontra-se incluída, juntou-se à agricultura mercantil de alimentos e contribuiu significativamente ao abastecimento interno da Colônia (FRAGOSO, 1998, p. 137-138).

Naquele início de século, as Províncias de São Paulo e Minas Gerais foram as principais abastecedoras do mercado interno da Colônia, especificamente do Rio de Janeiro – onde se estabeleceu a Corte Portuguesa. Desenvolviam atividades agrícolas contando também com o trabalho escravo. Manolo Florentino e João Fragoso em análise sobre a elite mercantil fluminense de final do século XVIII e começo do XIX enfatizam que:

Os registros de tropas, por sua vez, mostram que, nas duas primeiras décadas do século XIX, São Paulo e Minas Gerais (além de áreas interioranas do próprio agro fluminense) proviam o grosso do abastecimento terrestre do Rio de Janeiro: de São Paulo chegavam gado de pé e mulas; de Minas e do meio rural fluminense, porcadadas, carneiradas, toucinho, gado em pé e algodão bruto (FLORENTINO e FRAGOSO, 2001, p. 150).

O Sul brasileiro integrava-se nesse cenário com o fornecimento de animais (vacuns, muares e cavalares), que além de atender a demanda interna da Comarca Paulista, também fornecia às outras áreas do Sudeste, como o Rio de Janeiro, por exemplo. Habitantes dos Campos Gerais do Paraná compravam animais no Rio Grande do Sul, a fim de engordá-los em fazendas paranaenses e posteriormente revendê-los em Sorocaba³.

A partir disso, pode-se inferir a importância produtiva e, conseqüentemente, econômica da região dos Campos Gerais para o cenário interno do Império. A população que se concentrava nessa região nas primeiras décadas do século XIX era bastante diversificada e procurava, na medida do possível, inserir-se em diversas atividades econômicas: na criação de animais, na agricultura, comércio e/ou no tropeirismo.

Labutar ao redor dos currais e terras propiciava condições materiais para que uma família com muitos membros suprisse suas necessidades. Kátia Melo argumenta que o “processo acumulativo destas atividades produtivas (agricultura e pecuária) contribuía para amenizar a pobreza dos proprietários de Castro” (MELO, 2004, p.19). Segundo a autora supracitada, os sinais de crescimento são evidenciados pela elevação no volume de escravos

² João Luís Fragoso afirma que: “economia paulista se assentava, principalmente, na produção de subsistência e naquela voltada para o mercado interno colonial (FRAGOSO, 1998, p. 138)

³ A intermediação de negociantes e pecuaristas do Rio Grande do Sul com os Campos Gerais Paranaense é mencionada em diversas pesquisas que enfatizam as atividades econômicas desenvolvidas nos Campos Gerais, especialmente referente aos séculos XVIII e XIX. (Ver: PORTELA, 2007 e PINTO, 1992).

ao longo dos anos de 1824-1835. Melo acrescenta que essas atividades eram desenvolvidas também com a atuação dos cativos. Afirma que:

A maior parte da escravaria (39%) plantava e criava gado ao mesmo tempo, reunindo quase 50% do total de escravos (48,4%); apenas 15,3% dos senhores não estavam ligados a estas atividades (agricultura e pecuária), concentrando parcela pouco expressiva dos escravos (6,7%). Dentre as atividades produtivas, é possível que as unidades de gado e, principalmente aquelas que combinavam pecuária e agricultura, respondessem pelos maiores rendimentos dos domicílios. Há indícios de que parte do que era produzido destinava-se também ao mercado, e não apenas a subsistência da população residente (MELO, 2004, p.20-21).

O estabelecimento da Corte Portuguesa no Brasil, em 1808, trouxe modificações no cenário sociocultural da colônia. A abertura dos portos coloniais às nações amigas favoreceu o crescimento do tráfico atlântico de escravos para a Colônia. Conforme Manolo Florentino “a independência brasileira em 1822 criou novo conjunto de circunstâncias favoráveis ao aumento das pressões inglesas contra o tráfico” (FLORENTINO, 1997, p.42).

Manolo Florentino em investigações sobre as entradas de navios negreiros nos portos do Rio de Janeiro mencionou três intervalos significativos: 1796-1808; 1809-1825 e 1826-1830. Para o primeiro momento, antes da abertura dos portos coloniais as nações amigas, o autor considera relevante a média anual de tumbeiros que ancoraram nos portos cariocas. Com relação ao número de entradas de negreiros quantificou 278, sendo uma média anual de 21. Para o segundo intervalo, apesar das oscilações, os números de entradas dos negreiros são maiores do que os do período anterior. Vale destacar que neste intervalo, tem-se a convenção adicional do tratado de 1815, assinada em 1817, pelas autoridades inglesas e portuguesas, em que previa a repressão ao tráfico de africanos. E para o terceiro período, momento em que são intensificadas as pressões inglesas para o cumprimento dos acordos que colocaria fim ao tráfico de escravos, Florentino destaca:

Vislumbrando o fim do tráfico, mas, ao mesmo tempo, demonstrando grande capacidade de arregimentação de recursos, as elites escravocratas do Sudeste passaram à compra desenfreada de africanos, antes mesmo da ratificação do tratado de reconhecimento da emancipação (13/3/1827), que estipulava o fim do tráfico para dali a três anos. Na esteira da corrida por braços então desencadeada, o comércio de homens através do porto do Rio cresceu a uma média anual de 3,6% entre 1826 e 1830, com aportagem também média de 94 negreiros por ano (FLORENTINO, 1997, p. 47).

Barickman afirma também que entre os anos de 1827-1830, traficantes de escravos de todas as partes do Brasil, temerosos que os britânicos tomassem medidas severas quanto ao tráfico de escravos transatlântico “apressaram-se em importar o maior número possível de cativos antes do programado fim do tráfico. Tiveram tamanho êxito que acabaram deixando

os mercados abastecidos de escravos nos primeiros anos da década de 1830” (BARICKMAN, 2003, p.229).

No que tange a entrada de africanos na Vila de Castro, Carlos Lima constatou em relação às Listas Nominativas de Habitantes, ao compará-las nos anos de 1824 e 1835, que houve um aumento no número de escravos em todas as faixas de tamanho das unidades escravistas locais (LIMA, 2002, p.06). Lima defende a tese de que a proibição do tráfico no início do século XIX contribuiu com a oferta de africanos, o que facilitou a compra desses escravos pelos senhores de Castro. Certamente em maior número, os africanos tiveram seus preços reduzidos, o que possivelmente apontava vantagens no negócio dos proprietários escravocratas.

Os cativos que desembarcavam nos portos cariocas certamente foram também disseminados por outras regiões do Império. Bruna Marina Portela afirma que “Castro, portanto, tinha o Rio de Janeiro como seu principal fornecedor de escravos africanos, o que explica, nesse período, a presença maciça dos bantos, e os poucos sudaneses encontrados na comunidade escrava aqui em questão” (PORTELA, 2007, p.57). Desse modo, os cativos fizeram parte dessa sociedade desde os primórdios do século XVII.

As pesquisas sobre escravismo na área abrangida pelo atual Estado do Paraná têm demonstrado que as regiões de predominância campeira foram as possuidoras dos maiores plantéis escravos (GUTIERREZ, 1986; PEREIRA, 1996; MACHADO, 2008).

É sobre essa sociedade campeira castrense da primeira metade do século XIX, que aventuramos. Buscou-se por meio dos inventários *post mortem*, identificar o modo como os habitantes castrenses, acumularam suas fortunas na aquisição de bens.

A historiografia econômica brasileira⁴ ao tentar explicar o comportamento econômico do Brasil escravista, enfatizou que a monocultura, a extensa propriedade de terras, o trabalho escravo e a exportação de produtos tropicais de alto valor comercial foram os responsáveis pela constituição das fortunas na América portuguesa.

Nesta perspectiva, a economia luso-americana estruturava-se na agricultura de exportação e no monopólio metropolitano do comércio, além das formas de acumulação endógena. Ou seja, é uma economia subordinada às flutuações do mercado internacional, e da metrópole. E à economia de subsistência é atribuída um papel secundário por ser vista como dependente da economia mercantil, com ínfima participação de mão de obra escrava, voltada ao mercado interno e com características das pequenas explorações.

⁴Ver: PRADO JÚNIOR, 2000; FURTADO, 1967; NOVAIS, 1995.

Conforme esse modelo explicativo, a base da riqueza pós colonial assentava-se na economia agroexportadora, na qual os senhores de terras e de escravos e negociantes lusos eram os principais detentores de riqueza produzida na Colônia, enquanto os demais sujeitos viviam subordinados à *plantation*, vivendo graças a produção de subsistência (FURTADO, 1967, p.289).

Todavia, pesquisas recentes como as de Fragoso (1998), Faria (1998) e Silva (2005), têm demonstrado a importância da economia de subsistência, do comércio de cabotagem e do tráfico negreiro para a acumulação de um capital interno, que por vezes financiou a lavoura agroexportadora.

Nessas novas interpretações historiográficas a participação do capital mercantil, para o final do período colonial e durante o Império, foi ampliada. A partir de fontes documentais comprova-se a existência de um mercado interno, movimentado mediante as compras realizadas pela *plantation*, tanto pelos setores urbanos quanto de outros setores da sociedade.

João Luis Fragoso ao analisar a fortuna dos habitantes da capitania do Rio de Janeiro constatou que as sete maiores fortunas possuíam ligação com os negócios mercantis e que representavam o topo da hierarquia econômica. Ressaltou ainda que a hierarquia social encontrava-se encabeçada nos senhores de terras e escravos. Demonstrando que a organização social, nessa localidade, possuía uma lógica que não restringia-se somente a riqueza e nem se explicava exclusivamente por fatores econômicos. Assim, evidencia-se, o papel importante desempenhado pelos negociantes na reprodução do sistema escravista na Colônia (FRAGOSO, 1998, p.313-314).

Kátia Mattoso demonstrou que na Bahia do século XIX, a posse de terras, escravos, animais e dívidas ativas foram elementos significativos na composição das fortunas dos baianos, principalmente naquelas categorias relacionadas ao mundo agrário, como os senhores de engenho e os proprietários agrícolas. Ao classificar a fortuna dos baianos, a autora enfatizou que os seus elementos constituintes, centraram-se na seguinte ordem: imóveis, terras, escravos, dinheiro líquido, dentre outros (MATTOSO, 1992).

A mesma ordem de importância desses ativos foi constatada na Comarca do Rio das Mortes e de Vila Rica, em Minas Gerais. Carla Maria Carvalho de Almeida ao analisar a estrutura produtiva dessa Capitania, no período de 1750 a 1820, destacou que as atividades econômicas na região foram dinâmicas, sendo comum a prática de consorciar-se com as atividades mercantis. Porém, o enriquecimento dos homens do lugar provinha de negócios, da posse de terras e escravos. A composição da fortuna dessa elite local, conforme Almeida baseava-se no trânsito entre as esferas, política e econômica. Desta forma, a junção entre

riqueza e influência política tornou-se, também, fator relevante na organização e composição daquela sociedade (ALMEIDA, 2001).

Para a Capitania de Paraíba do Sul, especificamente os Campos de Goitacases, Sheila de Castro Faria apresentou diversos casos entre os inventários *post mortem* analisados, em que a riqueza foi premiada com patentes civis, militares e eclesiásticas. Faria destacou também, que entre esses casos havia africanos e crioulos alforriados que se dirigiram para novas áreas de fronteira, aspirando o acesso a terra e a escravos (FARIA, 1998, p114).

Nesta pesquisa, a escolha pelos inventários *post mortem* deu-se em virtude da riqueza de informações neles contidas. A utilização destes documentos na pesquisa histórica possibilita ao cientista social captar uma série de aspectos que compõem as facetas materiais de uma determinada sociedade. Permite também que se conheça na localidade estudada, a estratificação econômica e social tendo "como ponto de partida a confecção de uma hierarquia econômica por faixas de fortuna" (FRAGOSO, 1998).

Nos últimos anos, a realização de pesquisas com a utilização de inventários *post mortem* tem trazido ricas informações sobre o funcionamento do sistema escravista no Brasil, uma vez que possibilita "a abordagem de questões importantes sobre o cotidiano da escravidão urbana e rural e identificação de redes de relações comerciais, estrutura de posse escrava, cultura material, entre outras" (BORGES, 2005). João Luis Fragoso e Manolo Florentino, Helen Osório, Bert J. Barickman, entre outros, realizaram trabalhos exemplares com o uso desse tipo de fonte, demonstrando, inclusive, a variedade de informações possíveis de serem retiradas dessa documentação.

João Luis Fragoso e Manolo Florentino na obra "O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840", pautados nos inventários *post mortem* fizeram a identificação de uma elite mercantil e aristocrática, denominado por eles de "negociantes de grosso trato". Demonstraram que a distribuição de riquezas entre as pessoas do Vale do Paraíba Fluminense, no período estudado, baseava-se em acontecimentos como: abertura dos portos ao comércio internacional, o fim do pacto colonial, o crescimento demográfico da Corte, o desenvolvimento do setor cafeeiro, a constituição inicial do Estado Brasileiro, além de outros acontecimentos fluminense, como a abolição do tráfico atlântico, entre outros. Nesse sentido, a interpretação dos bens econômicos permitiu aos autores o entendimento das estratégias e motivações de uma parte da elite mercantil ao se transformarem em proprietários mais ricos, donos de terras e escravos (FLORENTINO e FRAGOSO, 2001).

Barickman em sua obra “Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860”, com uso de uma série de documentos, entre eles, os inventários *post mortem* demonstra a distribuição da propriedade fundiária, a estrutura da posse escrava, as relações de dívidas, a configuração da posse da terra e o tipo da mão de obra predominante em cada propriedade, assim como, as técnicas agrícolas aplicadas, hábitos de alimentação e as práticas da política agrária (BARICKMAN, 2003).

Helen Osório em “Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822” com a utilização dos inventários *post mortem* realizou uma análise das principais características da estrutura agrária da Capitania do Rio Grande do Sul. Demonstra assim, que a maioria dos estancieiros de sua amostragem possuía escravos e dedicavam-se especialmente às atividades de pecuária. Em seu estudo, Osório chama atenção para a importância de se pensar sobre as tarefas agrícolas, pois, a soma destas atividades, a sua constância ou acúmulo em determinado período é que determinavam as necessidades de força de trabalho (OSÓRIO, 1999).

José Augusto Leandro na tese de doutoramento intitulada “Gentes do grande mar redondo: riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá, 1850-1888”, apresenta considerações interessantes sobre a população paranaense do século XIX. A partir da análise de hierarquias socioeconômicas e de aspectos da composição do patrimônio dos inventariados, argumentou que a característica econômica da sociedade da Comarca de Paranaguá, no período estudado, era retrógrada. E tinham a posse escrava como principal elemento da segurança patrimonial das famílias. Sustentou ainda, que os lavradores constituíram a categoria ocupacional que melhor representava a contraface da modernização capitalista no Paraná, no período estudado (LEANDRO, 2003).

Fernando Franco Netto em “Senhores e escravos no Paraná Provincial” ressaltou questões importantes quanto aos padrões de riqueza em Guarapuava. Constatou que quase metade dos inventários de Guarapuava, no período de 1850-1880 era constituído por escravistas. O autor afirma que o principal ativo inventariado no período estudado correspondeu aos bens de raiz, seguidos sempre pelos semoventes. Porém, os proprietários de cativos detinham os maiores níveis de riqueza da região, sendo assim, a posse de escravos determinava os maiores padrões de riqueza em Guarapuava (FRANCO NETTO, 2011).

Seguindo estes exemplos, entendemos que a leitura e utilização dos inventários *post mortem* estruturados na análise sistemática acerca do patrimônio inventariado pelos sujeitos castrenses do oitocentos e a distribuição do montante empregado (propriedade de terras,

animais, escravos, entre outros) permite entender como se estruturou a fortuna da sociedade campeira da Vila de Castro, da primeira metade do século XIX.

A pesquisa aqui empreendida objetivou através dos bens inventariados investigar o tipo de atividade econômica predominante em cada propriedade dos inventariados; além disso, buscou-se também identificar as relações da mão de obra escrava com a sociedade campeira. O trabalho apresenta-se organizado em três capítulos, seguido das considerações finais.

O capítulo 1 **DOS CAMPOS GERAIS PARANAENSE: CAMINHOS, POVOADOS E HABITAÇÕES** – contextualiza historicamente os Campos Gerais do Paraná, no século XIX, apresentando a importância das rotas e trilhas para a formação da região, bem como, do tropeirismo para consolidação da economia local. A Vila de Castro é inserida no debate, como umas das localidades que se formou e desenvolveu aliada às atividades da pecuária e do tropeirismo. Buscou-se ainda, discutir aspectos da vida material das sociedades castrenses, a partir das habitações e dos bens arrolados. Percebe-se que a ideia da rusticidade e simplicidade apresentada na literatura de viajantes do século XIX, podem por diversos momentos ser relativizadas.

O capítulo 2 - **OS INVENTÁRIOS *POST MORTEM* COMO FONTES PRIMÁRIAS PARA O ESTUDO DAS FORTUNAS** – aborda as fontes de pesquisas e sua importância na investigação histórica. Trata-se de uma exposição que procura contemplar além do patrimônio inventariado, os sujeitos envolvidos na confecção dos inventários *post mortem*, como por exemplo, os avaliadores, herdeiros e cativos. Este capítulo também tece considerações a respeito da população cativa que foi arrolada nos inventários.

Com relação ao capítulo 3 - **COMPOSIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FORTUNA INVENTARIADA EM CASTRO (1820-1844)** – propõe-se a análise da distribuição do patrimônio dos inventariados, a partir das faixas de fortunas. Para melhor visualização da composição do patrimônio acumulado pelos inventariados pesquisados, estabeleceu-se as faixas de fortunas em: muito pequenas; pequenas; médias baixas; médias; médias altas; grandes; grandes médias e grandes altas. Com uso do recurso criado por quadros buscou-se elaborar o perfil dessas fortunas, para percepção dos elementos de concentração de riqueza, e estabelecimento de uma determinada posse escrava nas faixas de fortunas pesquisadas.

Por último, nas **CONSIDERAÇÕES FINAIS** é apresentada uma síntese geral acerca dos pontos relevantes obtidos nesta pesquisa.

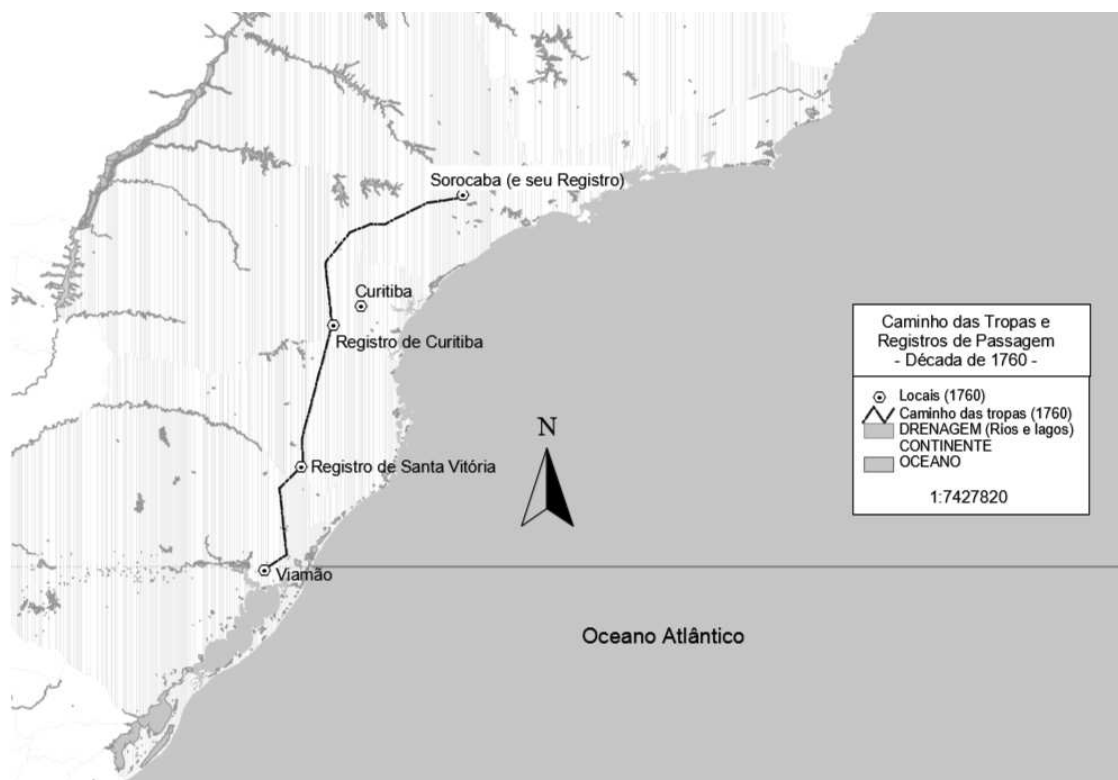
CAPÍTULO 1

DOS CAMPOS GERAIS PARANAENSE: CAMINHOS, POVOADOS E HABITAÇÕES

1.1 Dos caminhos de idas e vindas

Ao tratarmos do contexto histórico paranaense do século XIX, percebe-se que as chamadas rotas e trilhas que ligavam as áreas do Sul ao Sudeste brasileiro, passando pelo Paraná foram relevantes no processo de formação da sociedade paranaense. Algumas foram criadas também com o objetivo do deslocamento dos tropeiros de uma região à outra. Paulatinamente e concomitante a essas rotas e trilhas surgiram os caminhos, como é o caso de Viamão, que passava pela região dos Campos Gerais.

Figura 01 Mapa do Caminho de Viamão (aproximadamente 1760)



Fonte: GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009, p.45.

As estradas que ligavam as áreas do Sul ao Sudeste brasileiro necessariamente passava pelo Paraná. Foram trilhadas por muitos sujeitos no decorrer dos séculos XVIII e XIX, fossem: viajantes, negociantes, aventureiros, escravos, “forasteiros” (conforme denominação da época). Pode-se imaginar que muitos desses estabeleceram laços afetivos por meio do matrimônio, amizades e/ou relações patronais ao longo desse trajeto. Aliados a esse fator e uma vez com a possibilidade do cultivo da terra para produção e sobrevivência, acabaram também fixando moradia pela região dos Campos Gerais. Assim, contribuíram com o processo de povoação e mudanças das características das vilas e povoados que existiram ao longo do trajeto Sul-Sudeste do Império.

A abertura e utilização dessas vias trouxeram mudanças para a sociedade paranaense, além de favorecerem a ocupação do espaço, também contribuíram para amenizar as constantes ameaças de ocupações espanholas nos domínios portugueses. A partir de 1730, com Viamão, ligando o Rio Grande do Sul ao interior paulista, muitos povoados, freguesias e/ou vilas foram se formando e prosperando ao longo desse caminho. “Em 1770, Afonso Botelho, Chefe de Expedições Militares, providenciou para que fossem criadas duas freguesias nos Campos Gerais, a de Sant’anna do Iapó (Castro) e a de Santo Antonio do Registro (Lapa)” (PORTELA, 2007, p.09).

De acordo com Miriam Hartung a inauguração de Viamão para os Campos Gerais “marca a passagem da atividade de criação para a de invernagem” (HARTUNG, 2005, p.147). A autora acrescenta que na região, após esse período, a invernagem passou a constituir-se na principal atividade econômica. Na segunda metade do século XVIII, diferentemente do início do século, alguns dos grandes proprietários de terras resolveram transferir a residência principal e sua família para a fazenda. “Verdadeiras autarquias, essas propriedades pouco participavam do governo colonial e eram auto-suficientes” (HARTUNG, 2005, p.147-148). Vale lembrar que, em finais do século XVIII e início do XIX, muitas propriedades nos Campos Gerais ainda eram unidades absenteístas, administradas pelos escravos⁵.

As fazendas dos Campos Gerais, nas primeiras décadas do século XIX, encontravam-se, de alguma forma, envolvidas nas atividades de pecuária e/ou agricultura de subsistência. Gutiérrez informa, que no ano de 1824, na região de Castro “havia desde fazendas com rebanhos acima de 3000 cabeças até uma outra que não possuía nenhum animal próprio (dedicava-se apenas ao aluguel de pastos)” (GUTIÉRREZ, 1986, p.54).

⁵ A respeito das unidades absenteístas nos Campos Gerais buscar: LIMA, Carlos Alberto e MELO, Kátia Vieira de. A distante voz do dono: a família escrava em fazendas de absenteístas de Curitiba (1797) e Castro (1835). IN: Afro-Ásia, 31 (2004), 127-162.

A historiografia do Paraná demonstra que as populações paranaenses estiveram envolvidas com a agricultura e pecuária desde o setecentos. Octávio Ianni argumenta que no início do século XVIII essas atividades passaram a ocupar a atenção das populações do Paraná, especialmente a dos Campos Gerais, aproveitando-se da impossibilidade das vilas paulistas em suprir a demanda por alimentos nas Minas Gerais (IANNI, 1988). Desse modo, os Campos Gerais, que até finais do século XVII, pouco interesse despertava, passou a ser interessante por conta das excelentes pastagens. Ilton César Martins afirma que:

Até a abertura do caminho ligando o Rio Grande aos Campos Gerais, que aconteceu entre 1728 e 1730, o gado vacum para alimentação e também muitos cavalos para montaria eram criados na região dos Campos Gerais. Depois disso, a criação continua na região, mas os criatórios gaúchos passaram a responder pela maioria dos animais que chegavam até São Paulo e depois às Minas Gerais. Com a entrada do Rio Grande do Sul no mercado de abastecimento das minas, outro animal surgiu como importante fonte de negociação - as mulas - indispensável para os transportes (MARTINS, 2011, p.48-49).

Neste ínterim, apesar de existirem outros caminhos que levavam ao interior paulista, Viamão passou a ser utilizado principalmente pelos tropeiros que saíam com os animais criados no Sul rumo às feiras em Sorocaba. A partir de então,

a integração do Sul com o restante da Colônia se intensificou uma vez que esta estrada, que ficou conhecida como Caminho do Viamão, ligava as terras gaúchas às paulistas, passando pelos Campos Gerais, o que incluía Castro, até chegar a Sorocaba. Daí partiam outros caminhos para diferentes localidades da América portuguesa, facilitando o escoamento da produção sulina (PORTELA, 2007, p.09).

A constante utilização desta rota pelos tropeiros contribuiu na ampliação das atividades de pecuárias nos Campos Gerais, que já eram desenvolvidas na região antes do declínio da economia aurífera, no litoral paranaense. Na medida em que reduzia os minérios, os moradores intensificaram a produção de alimentos, criação de animais, e envolveram-se no tropeirismo. No século XVIII, o preço elevado do gado na região das Minas contribuiu para a multiplicação das fazendas de criação e de inverno num leque que ia do Nordeste ao Sul de Curitiba (MACHADO, 2008, p.27).

As fazendas nas proximidades da Vila de Castro, conforme Kátia Melo, que se dedicaram as atividades de pecuária, no contexto de forte demanda por gado, se inseriram no mercado e conseqüentemente tornaram-se susceptíveis à acumulação. A autora acrescenta que:

Em condição melhor, todavia, estavam aquelas fazendas que além de gado, desenvolviam também a lavoura. Além dos lucros derivados da comercialização de animais, tendiam a sofrer menos com as despesas exigidas para a manutenção de seus moradores por que produziam muito dos gêneros que precisavam, justificando seus expressivos rendimentos (MELO, 2004, p.30).

Muitos viajantes montados no lombo dos cavalos, ou das mulas, cruzaram as estradas do Sul do Império encarregados do transporte de animais - vacuns, muares e cavalares - rumo ao comércio no interior paulista. Ao longo do século XVIII, consolidou-se na Vila de Sorocaba um importante centro comercial que ligava a pecuária do Sul da Colônia com as regiões mineiras do Sudeste. Herbert Klein observou que, entre os anos de 1780 e 1800 estima-se que cerca de 10.000 mulas por ano foram enviadas do Sul para São Paulo; e entre 1800 e 1826 esse número subiu para 20.000 por ano. A relação entre as duas regiões se intensificou no decorrer do século XIX, entre os anos de 1825 e 1889 e chegou a ser levado mais de dois milhões de animais a Sorocaba, sendo a maior parte mulas (KLEIN, 1989, p.356).

Da Província do Rio Grande de São Pedro ao interior paulista, pelo Caminho de Viamão a viagem levava dias, sendo necessário local de pouso para peões e animais. Esses viajantes, na maioria das vezes, longe de seus familiares, contavam com auxílio dos moradores das freguesias e vilas que foram se formando em torno desse caminho. E assim, conseqüentemente movimentando a economia local. Vial e Franco Netto enfatizam que o interesse comercial nesta área foi despertado após 1730, com a abertura do Caminho de Viamão (VIAL e FRANCO NETTO, 2013, p.02).

Os animais que saiam do Rio Grande do Sul com destino às feiras em Sorocaba estabeleciam-se, durante certo período, em pastos alugados nos Campos Gerais a fim de ganharem peso para depois seguirem rumo ao interior paulista.

Os Campos Gerais do Paraná ficaram conhecidos na historiografia pelo seu envolvimento com as atividades de criação e engordas de animais. A posição geográfica em que se situava em relação aos centros comerciais do Império, fez com que se constituísse num importante entroncamento e ponto de parada, de viajantes e tropeiros que transitavam entre a Província do Rio Grande de São Pedro e o Sudeste brasileiro. Desse modo, as localidades dos Campos Gerais “mais do que parada [...] eram pontos de criação e de comércio, onde muitas pessoas fixaram moradia levando em consideração a possibilidade de crescimento” (MARTINS, 2011, p.54).

As pastagens contribuíram para o surgimento de uma sociedade campeira. Aos olhos de viajantes do século XIX, os aspectos da paisagem natural dos Campos Gerais o distinguíam das demais áreas. O francês Saint-Hilaire ao passar pela localidade, na década de 1820, registrou que:

Os Campos Gerais, assim chamados devido à sua vasta extensão, não constituem uma comarca, nem um distrito. Trata-se de um desses territórios que, independentemente das divisões políticas, se distinguem em qualquer região pelo seu aspecto e pela natureza de seus produtos e de seu solo; onde deixam de existir as características que deram à região um nome particular – aí ficam os limites desses territórios. Na margem esquerda do Itararé começam os Campos Gerais, região muito diversa de terras que a precedem do lado do nordeste, e eles vão terminar a pouca distância do Registro de Curitiba, onde o solo se torna desigual e as verdejantes pastagens são substituídas por sombrias e imponentes matas (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 15).

Os relatos de viajantes a respeito desta localidade, além de voltar-se para as características culturais e sociais, atém-se também as paisagens naturais, por vezes enaltecidas, como no caso de Saint-Hilaire. Em sua visão, a região formava-se por paisagens verdejantes que encantavam os olhos de quem a transitava. E para ele, constituía-se como uma das mais belas que conhecera na América. Afirmou que a paisagem natural era composta por extensa pastagem e pequenos capões com presença de araucária. O tom verde das árvores se misturava entre o “verde claro viçoso do capinzal” (SAINT-HILAIRE, 1978, p.15-16).

A historiografia tem repetido que a vegetação dos Campos Gerais era favorável a criação de rebanhos bovinos, atividade econômica que favoreceu a exploração dos campos naturais e a instalação de vilas e povoados na região (FRANCO NETTO e VIAL, 2013, p.02).

Nos primeiros anos do século XIX, a área que conhecemos como Paraná, passava por um aumento populacional. As Listas Nominativas de Habitantes de 1824 registraram 32.887 indivíduos vivendo nesse território, já em 1854 sua população quase dobrou, atingindo 62.258 habitantes (WESTPHALEN, 1997, p.26). Esse cenário de crescimento populacional não foi caso isolado para a área paranaense, ou seja, a Província Paulista como um todo, na primeira metade do século XIX, passava também por um crescimento em sua população.

Nesse período, os Campos Gerais formavam a região menos povoada do Paraná. Para o ano de 1824, conforme Cecília Maria Westphalen, as Listas Nominativas de Habitantes, demonstram que para as Vilas da Lapa e Castro, haviam um total de 8.502 habitantes, correspondendo pouco mais de 25% do total da população paranaense. E desse total, 1.794 eram escravos. Já no censo de 1854, após a criação da Província do Paraná, 22.187 habitantes

estavam vivendo nesse território. A população cativa somava pouco mais de 23% do total dos habitantes dos Campos Gerais do Paraná (WESTPHALEN, 1997, p.35).

Os Campos Gerais também passavam por um alargamento em suas fronteiras. Neste período tem-se a ocupação e povoamento de algumas áreas na região, entre elas: Palmas e Guarapuava. O processo de povoamento destas áreas ocorreu a partir de expedições ordenadas pela Coroa portuguesa. Muitos homens, sozinhos e/ou acompanhados de sua família foram enviados a essas terras. Conforme Franco Netto, as milícias destinadas a essa missão deveriam ser formadas pela figura do soldado-povoador. Que além da atuação na defesa territorial fosse capaz de atuar nas atividades de lavoura e criação de animais. Desse modo, “a família era um elemento fundamental nesse processo, pois, sem a formação desses núcleos familiares, seria praticamente impossível a formação desses núcleos populacionais, bem como a consolidação e permanência de tropas para tal fim” (FRANCO NETTO, 2007, p. 48).

No oitocentos, o setor econômico na região já obtinha importância significativa com as atividades de pecuária e tropeirismo. Conforme Franco Netto e Vial essas atividades além de possibilitarem uma dinamicidade na economia, forneciam aos moradores dos Campos Gerais e redondezas, vantagens econômicas, pois “a economia encontrava suporte no tropeirismo, onde várias atividades se sustentavam com o comércio e a prestação dos serviços aos tropeiros que pelos Campos Gerais passavam” (FRANCO NETTO e VIAL, 2013, p.3).

Nesta perspectiva, o dinamismo econômico nas áreas paranaenses, no início do século XIX, conforme Cacilda Machado poderia ser avaliado “pela riqueza das fazendas dos Campos Gerais, pelo movimento de expansão em direção aos Campos de Guarapuava e Palmas, pelo intenso comércio entre o planalto e o litoral e especialmente ao longo Caminho de Viamão” (MACHADO, 2008, p.35).

1.2 Castro: uma vila nos Campos Gerais

A Vila de Castro faz parte da região que hoje conhecemos como Campos Gerais do Paraná. No início do século XIX o Paraná pertencia à Comarca Paulista⁶. A ocupação da área

⁶ O território do Paraná foi desmembrado de São Paulo em 1853, quando foi criada a Província do Paraná.

denominada de Campos Gerais do Paraná, deu-se pela distribuição da sesmaria⁷ no início do século XVIII. Mirian Hartung enfatiza que:

A ocupação dos Campos Gerais no início do século XVIII por homens ricos de São Paulo, Santos e Paranaguá não resultou, entretanto, em uma efetiva ocupação da área. Os fazendeiros ali instalados não se deslocaram com suas famílias, tratava-se apenas de um negócio a ser explorado comercialmente. A fundação e manutenção das fazendas ficavam ao encargo dos prepostos e escravos (HARTUNG, 2005, p.146).

As primeiras famílias que se instalaram na região exploraram os campos naturais para a engorda e criação de animais. Com o povoamento dessas terras favoreceu a formação de um grupo de fazendeiros que se formou na localidade da Vila de Castro, amparado principalmente no trabalho escravo. Conforme Cacilda Machado “o escravo era mão-de-obra fundamental nas fazendas, e os grandes proprietários dos Campos Gerais eram geralmente senhores de escravarias maiores do que os das terras curitibanas” (MACHADO, 2008, p.30).

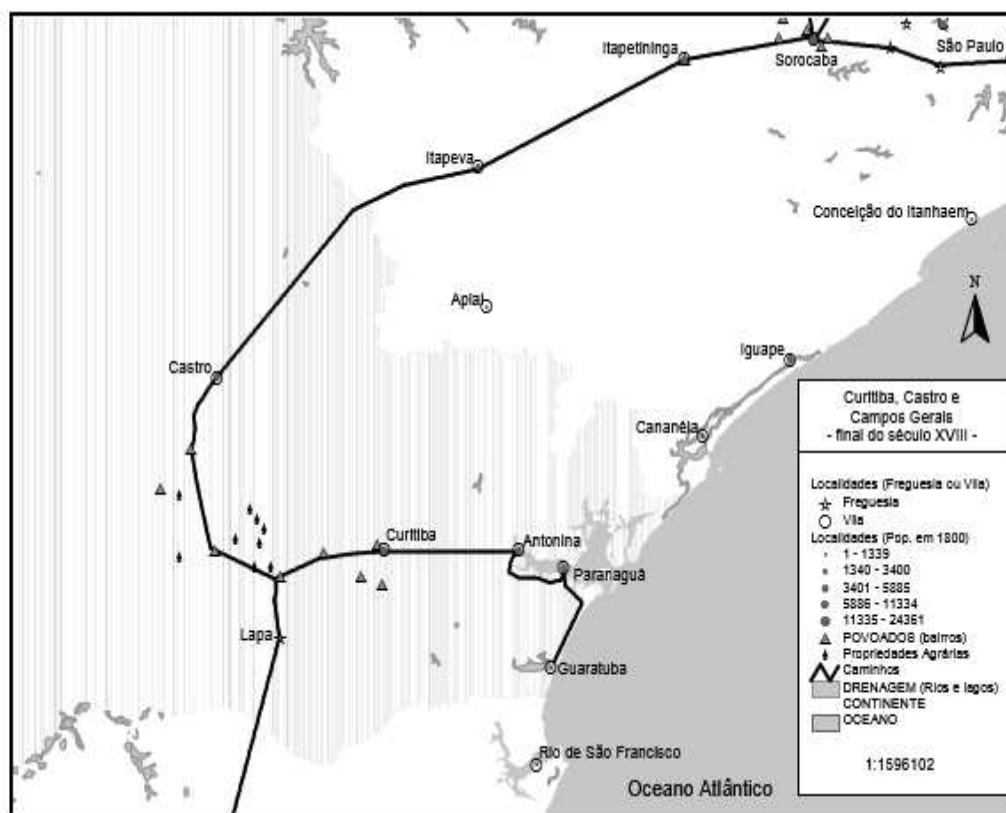
Carlos Lima e Kátia Melo em investigações sobre as fazendas dos Campos Gerais, da primeira metade do século XIX constataram que algumas dessas propriedades possuíam características específicas, como as unidades absenteístas⁸, onde os proprietários não costumavam permanecer em suas fazendas, deixando-as aos cuidados de capatazes de sua confiança, na maioria administradas pelos escravos. Os autores ressaltam que diferentes unidades absenteístas foram identificadas nos domicílios de Castro. A Fazenda Capão Alto, é uma delas, de propriedade dos padres Carmelitas, sua maior parte foi administrada por capatazes cativos. E nas Listas Nominativas de 1835 aparece como a maior escravaria de Castro, contando com 99 escravos, no mínimo (LIMA e MELO, 2004, p.140).

Desde o século XVIII, os Campos Gerais conviviam com o caminho de passagens de viajantes e tropeiros que transitavam pela região. A Vila Nova de Castro estava, portanto, dentro deste processo. Desenvolveu-se ligada as influências do tropeirismo que contribui com a formação de pequenos ranchos, os quais consolidaram na ocupação dos espaços e constituição dos vilarejos ao longo do caminho das Tropas. Tal aspecto pode ser verificado na figura 02:

⁷ Há um Alvará datado de 19/03/1704 em que Pedro Taques de Almeida, representante das principais famílias paulistas, requeriam por sesmarias as terras nas proximidades do Rio Iapó, atualmente região dos Campos Gerais do Paraná. Esse pedido foi concedido parte da área localizada na paragem chamada Iapó, nas proximidades do rio Iapó (PINTO, 1992, p.42).

⁸ As unidades absenteístas são aquelas que “não contavam com a presença de seus donos, mas que também não possuíam capatazes livres, assalariados, ficando a administração por conta dos próprios escravos. Os senhores às vezes residiam em habitações urbanas” (LIMA e MELO, 2004, p.128).

FIGURA 02 Mapa de Curitiba, Castro, Lapa e Campos Gerais (Final do XVIII)



Fonte: GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009, p.94.

Ilton César Martins registrou que a Vila de Castro foi:

a primeira região a ser habitada nos Campos Gerais basicamente por conta do rio Iapó e suas cheias, que obrigava tropeiros de Curitiba, Viamão e de Sorocaba, a repousar em suas margens, preferencialmente em sua margem esquerda, onde podiam se pôr ao abrigo dos ataques de índios que habitavam a região (MARTINS, 2011, p.54).

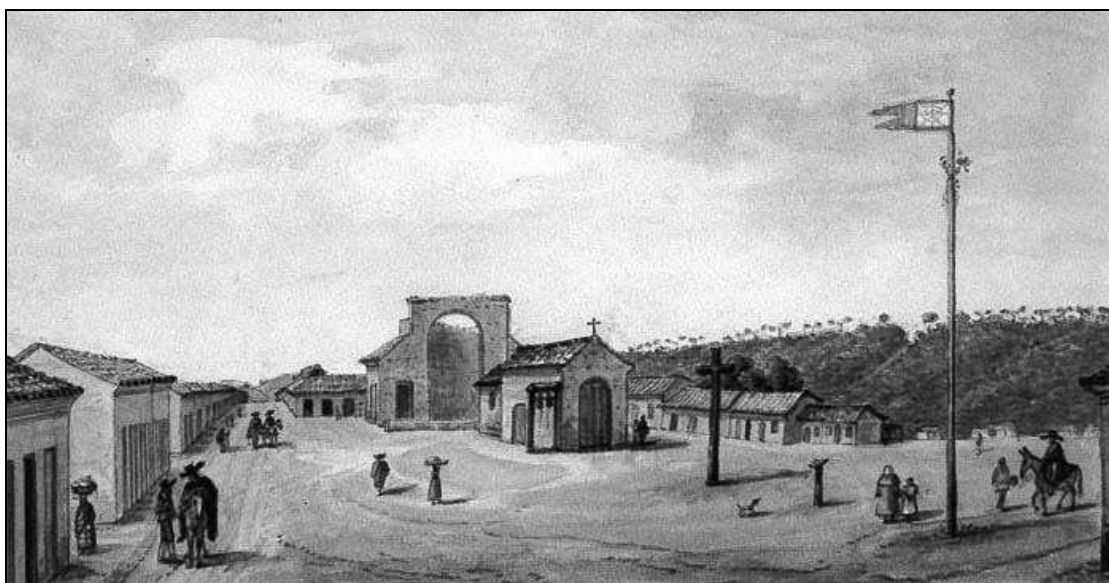
O naturalista Augusto de Saint-Hilaire, atravessou os Campos Gerais, na década de 1820, pelo Caminho de Viamão, e registrou que os índios coroados habitavam a região e a presença desses era temida pelos habitantes da localidade. Nas palavras do viajante: “as terras que percorríamos eram vizinhas das matas habitadas pelos índios selvagens, eu não desejava afastar-me muito da minha comitiva, e assim fui obrigado a desistir de colher algumas plantas” (SAINT-HILAIRE, 1978, p.42).

Em síntese, essas observações do francês tende a reforçar a tese dos aborígenes como selvagens, corroborada por suas afirmações acerca do perigo que os indígenas ofereciam aos habitantes da região. Criando uma imagem pouco realista dos nativos, ainda que tenha sido aquela que viu, ouviu e/ou quis ver. Apesar das afirmações impostas, a partir dos relatos do viajante, as observações sobre a dinamicidade social dos Campos Gerais e da vila castrense apresentadas na literatura do viajante são interessantes, especialmente quando retrata o peso que as atividades pecuárias desempenhavam naquele universo oitocentista.

Para o período de 1820-1844 é interessante destacar que Castro constituía-se na mais importante vila da região platina paranaense. E administrativamente exercia influência sobre todo o interior. Entre as áreas integrantes das Ordenanças de Castro estavam: Jaguariaíva, Ponta Grossa, Tibagi e Guarapuava. O desmembramento dessas áreas ocorreu após esse período, ou seja, Guarapuava em 1849, Ponta Grossa em 1864, Tibagi em 1872 e Jaguariaíva em 1876.

Quanto ao aspecto físico da povoação da vila castrense pode-se levar em conta o olhar de Jean-Baptiste Debret que passou pela região na década de 1820 e apresentou um ambiente urbano bastante rarefeito.

FIGURA 3 A cidade de Castro, de Jean Baptiste Debret (1829)



FONTE: BANDEIRA, Julio e LAGO, Pedro Correia do. *Debret e o Brasil: Obra completa 1816-1831*. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2007, p. 284.

Tomando como base a aquarela de Debret, temos a Vila de Castro no início do século XIX ainda pouco povoada, e isso, não é muito diferente das demais vilas paranaenses, ou até mesmo das espalhadas pelo interior brasileiro nesse período.

A vila castrense é representada com a igreja ao centro e algumas casas em torno dessa. O pintor destaca a presença de pessoas circulando pelas ruas - ainda em processo de formação - e a presença dos homens montados nas tropas. Os animais dos cavaleiros encontram-se posicionados em direções distintas, não sendo possível identificar se estes estão chegando ou saindo da Vila, mas dão ideia da circulação de pessoas nesta localidade.

Se recorrermos novamente às observações de Saint-Hilaire quanto aos costumes das sociedades dos Campos Gerais, especialmente da Vila de Castro constatamos a afinidade dos indivíduos com as atividades campeiras, muito mais do que os habitantes de Minas Gerais e do Norte de São Paulo. O viajante afirma que nos Campos Gerais do Paraná, na época de sua viagem os homens andavam sempre a cavalo e quase sempre a galope, levando um laço de couro preso a sela, que é de um tipo especial denominado lombilho, que servia para laçar cavalos e bois (SAINT-HILAIRE, 1978, p.18).

Nos primeiros anos do oitocentos não era possível uma definição precisa do que era urbano ou rural na Vila de Castro, ou seja, existiam aspectos tênues entre um e outro. O universo oitocentista castrense era composto por diversos sujeitos, os quais constituíam a sociedade do período: ricos fazendeiros, detentores de poder econômico e político, sitiantes, trabalhadores pobres, cativos e assalariados, daqueles cujas atividades supriam apenas as necessidades de subsistência e dos sitiantes (PINTO, 1992, p.04).

Quando investigamos a respeito dos ofícios desempenhados pelos cativos na vila castrense, apesar das limitações na documentação, constatamos a presença de serviços especializados – que normalmente eram vistos entre os escravos urbanos – como alfaiates, ferreiros, costureiras. No ano de 1837, quando faleceu Manoel da Costa Mesquita⁹, os cativos: Antonio, mulato, 31 anos e o africano Rufino, com 23 anos, desenvolviam as atividades de sapateiro e alfaiate, respectivamente. Em 1828 na Vila de Castro, faleceu Delfina Carneiro¹⁰, entre os bens listados encontram-se a posse de onze escravos. Desses, dois possuíam ofícios especializados: o mulato João, que apesar da doença de asma trabalhava como alfaiate e José, com 30 anos, que era aprendiz de ferreiro.

⁹ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário do Capitão Manoel Antonio da Costa Mesquita. Tombo: 1830. Vila de Castro, 1838.

¹⁰ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Delfina Carneiro. Tombo: 1820. Vila de Castro, 1828.

Nas fontes pesquisadas, a maioria dos ofícios escravos refere-se às atividades de lavoura (roceiros) e as lidas com o gado e tropa (campeiro, vaqueiro, arrieiro e domador). No inventário de João Carneiro Lobo¹¹, aberto em 1844, entre os bens arrolados, foram listados alguns escravos com ofícios: Simão, Miguel, Francisco e Matheus ambos denominados como roceiros, além de outros cativos, como: Luiz, Bernardo, Amaro, Manoel dos Santos, Francisco Ignacio e João mulato com ofícios de campeiros e domadores. Ainda neste plantel, temos o crioulo Mariano, com ofício de carpinteiro e o alfaiate Salvador.

Esses dados apontam para uma sociedade que ainda se mesclava entre o urbano e o rural. Importante registrar que embora fosse tênue a relação entre um e outro, a Vila de Castro foi constituindo-se num espaço obviamente mais movimentado, o que caracterizava a utilização de tais serviços que vão ao encontro das necessidades daqueles que no momento fixaram residência na localidade, ou ainda, daqueles que por ela transitavam.

Num espaço parcialmente ocupado, a transitoriedade delineava os contornos da vida material. A Vila de Castro situada num caminho de passagem, era um lugar com fluxo relativamente constante de gente, chegando ou saindo, dependendo da disposição e/ou necessidade de cada um. As pessoas buscavam o enriquecimento ou a melhoria nas condições de sobrevivência. A localidade também se configurava como espaço de sociabilidade, permitindo o encontro de pessoas. As notícias da corte chegavam principalmente via tropeiros e viajantes que passavam pela região.

Os moradores castrenses mantinham relações comerciais com diversas vilas do sudeste do Império. Bruna Marina Portela menciona que algumas dessas relações eram interdependentes, “não só na negociação de gado vacum e cavalariço, mas também nas transações envolvendo seres humanos” (PORTELA, 2007, p.50). A autora argumenta que as viagens empreendidas pelos proprietários de Castro a fim de comprar e vender animais, também contribuíram com o aumento da comunidade escrava castrense, uma vez que muitos desses proprietários retornavam de suas viagens com novos escravos.

A história desta localidade nesse período é marcada pelas trajetórias de fazendeiros, sitiantes, trabalhadores livres e escravos, tropeiros e viajantes, de sucessos e insucessos, numa área de pastoreio que acolhia pessoas dos mais variados graus de riqueza. O cotidiano dos habitantes seguia o ritmo das lidas nos currais, o trabalho na agricultura e o comércio de animais. E ainda, outras famílias buscavam garantir a sobrevivência prestando auxílio aos tropeiros que passavam pela localidade (MELO, 2004, p.15).

¹¹ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de João Carneiro Lobo. Tombo: 1840. Vila de Castro, 1844.

CAPÍTULO 2

OS INVENTÁRIOS *POST MORTEM* COMO FONTES PARA O ESTUDO DAS FORTUNAS

Este capítulo aborda as fontes da pesquisa: os inventários *post mortem*. A intenção é enfatizar a importância destes na investigação histórica. Também busca-se discutir elementos presentes nos documentos, os quais trazem revelações a respeito dos costumes, modos de organizações e vida material das sociedades castrense do século XIX.

O *corpus* documental pesquisado é composto por 150 inventários, que foram abertos entre os anos de 1820-1844, na Vila de Castro. Esse acervo documental pertencia ao Fórum da Comarca de Castro, porém em 2009 foi doado ao Museu do Tropeiro, na cidade de Castro.

Para a realização desta pesquisa foram consultadas as transcrições dos originais feitas pelos funcionários do Museu do Tropeiro. Os inventários encontram-se disponibilizados no acervo em Livros Tombos, organizados por décadas conforme o quadro abaixo:

QUADRO 01 NÚMERO DE INVENTÁRIOS (1820-1844)

PERÍODO	SEM ESCRAVOS	COM ESCRAVOS	TOTAL	%
1820-1829	08	41	49	32,6
1830-1839	16	43	59	39,4
1840-1844	17	25	42	28
TOTAL	41	109	150	100

Fonte: MUSEU DO TROPEIRO. Conjunto de inventários *post mortem*. Castro: 1820-1844.

Observa-se, no quadro acima, que a maioria dos inventariados possuíam escravos, correspondendo a quase 73% do percentual analisado. Rogério Vial em pesquisa sobre a Vila de Castro constatou que 67% dos inventários abertos na Vila nos anos de 1846-1864 eram de proprietários de cativos (VIAL, 2014, p.73). Neste contexto, esses documentos tornam-se significativos para pensar a composição social das sociedades castrense, nas primeiras

décadas do século XIX, especialmente no que refere-se a investigação à comunidade escrava e o papel dos cativos na economia da região.

2.1 Registro da vida material a partir dos inventários

Os inventários *post mortem* constituem-se como uma importante fonte de investigação, que possibilita captar uma série de aspectos, que fizeram parte do cotidiano material das sociedades castrense do oitocentos. Uma variedade de itens eram arrolados nesses documentos e abarcavam alguns bens materiais dos indivíduos: uma lamparina velha, uma saia de baeta azul, já com muito uso, escravos – novos, velhos e/ou muito doentes, casas – de telhas ou palhas, terras, animais, oratórios, rosários, cordões de ouro, anéis, catres, talheres, xícaras, enxadas, machados, foices, botões, lenços, calças, camisa, facas, moedas e uma infinidade de miudezas que felizmente nos permite uma ideia aproximada da vida material e cotidiana desses indivíduos que viveram e habitaram os Campos Gerais no período pesquisado.

Rogério Vial destaca que os inventários *post mortem* são reveladores sobre os modos de vida material das sociedades do passado, podendo inclusive informar sobre a constatação das atividades econômicas, das ferramentas de trabalho e o processo de partilha do século XIX. Além dos aspectos relacionados à escravidão, crenças e religiosidade (VIAL, 2014, p.52). Talvez não seja inútil acrescentar que esses registros guardam informações sobre os costumes, organizações e vivências da sociedade do seu tempo.

Sheila de Castro Faria assinala que “os inventários eram feitos para os que tiveram algo a deixar” (FARIA, 1998, p.225). Infelizmente nem todos os indivíduos conseguiram acumular bens ao longo da vida e/ou fizeram a opção em deixar seus inventários. Nesta perspectiva, a pesquisa com os inventários acaba não incluindo uma parcela da sociedade composta por homens e mulheres que viveram em seu tempo, com mentalidades e valores construídos sobre o seu mundo.

Katia Mattoso, em estudo sobre a Bahia do século XIX, revelou que somente cerca de 5% da população pesquisada deixava bens dignos de serem inventariados¹² (MATTOSO, 1992, p.605). Mesmo a prática de inventariar sendo comum nos séculos anteriores e, recomendada pela legislação portuguesa (que era conhecida como as Ordenanças Filipinas),

¹² Kátia Mattoso destacou ainda que na Bahia do século XIX, mesmo entre os dignos de inventários existia uma desigualdade na distribuição de riqueza (MATTOSO, 1992, p.605).

muitos indivíduos morreram sem deixar suas fortunas registradas com tabeliões da época. Barickman enfatiza que embora,

Exigisse-se normalmente a feitura de um inventário após toda a morte, a documentação que resta deixa claro que a grande maioria da população livre não recebia essa atenção. Só quando o espólio incluía bens de raiz ou escravos, os herdeiros se dispunham a fazer gastos com inventário. São extremamente raros os inventários do século XVIII e XIX que não arrolam escravos ou terras. Assim, como fonte, os inventários *post mortem* lançam luz sobre o segmento da população rural que possuía terras ou escravos (BARICKMAN, 2003, p. 34).

Os inventários *post mortem* constituem-se como uma importante fonte para conhecer-se a vida material das sociedades passadas, como a distribuição da riqueza e os aspectos que o formatavam. Esses “possibilitam ao cientista social captar uma série de aspectos que compõem as facetas materiais de uma determinada sociedade” (LEANDRO, 2003, p.123).

Sheila de Castro Faria assinala que os inventários *post mortem* são “uma fonte que permite a observação de um momento da vida material de determinadas pessoas, como uma fotografia. Dificilmente pode-se perceber a dinâmica ou o processo de mudança, em termos individuais” (FARIA, 1998, p.227). De fato, a abertura deste documento estava condicionada a morte dos sujeitos. O patrimônio inventariado refletia um momento específico da trajetória do sujeito, o seu falecimento. As mudanças ocorridas ao longo da vida não são facilmente evidenciadas. Juliana Garavazo afirma que:

a utilização dos inventários permite apenas detectar o tipo de atividade econômica realizada ou o tipo de produto agrícola que o mesmo cultivava no momento do falecimento do proprietário, porém não permite identificar quando do início dessas atividades (GARAVAZO, 2006, p.75).

Apesar da riqueza contida nesse *corpus* documental a investigação histórica com estas fontes requer algumas ressalvas, visto que tal documentação também apresenta suas limitações. Bert Jude Barickman afirma que “os inventários são, por natureza, uma fonte tendenciosa” (BARICKMAN, 2003, p.34). Esses documentos são resultados de variáveis do seu momento histórico, e foram construídos com finalidades específicas para a sua época. Neste sentido, as fontes históricas estão repletas de armadilhas, e “lê-las apressadamente é o melhor meio de fazê-las mentir” (FLORENTINO e GÓES, 1997, p. 22).

A interpretação dessas fontes requer leitura atenta e criteriosa. O documento refere ao sujeito no seu contexto individual, porém, cabe ao historiador estabelecer uma conexão entre

os demais sujeitos de seu tempo. E apesar das limitações esse corpo documental guarda muitas informações que interessa ao pesquisador. André do Nascimento Corrêa afirma que:

Sabemos que os inventários *post mortem* têm as suas limitações, porém, esta fonte é extremamente rica. Revela-nos o patrimônio de uma parcela da sociedade no qual os cativos faziam parte. A expressiva quantidade destes documentos corrobora para que tenhamos uma sequência considerável de informações sobre o tempo passado, e isso será fundamental para o seu entendimento (CORRÊA, 2012, p.60).

A feitura do inventário gerava despesas aos herdeiros. A opção em registrar os patrimônios materiais possivelmente era analisada pelo inventariante e a soma acumulada possivelmente fosse levada em consideração. Já que parte dos valores acumulados destinava-se às despesas com o documento. Talvez, dependendo da situação, nem sempre fosse vantajoso investir tempo e dinheiro com inventário.

No caso dos herdeiros de terras, escravos e animais muitos foram os motivos que levaram os indivíduos a documentar seus patrimônios materiais com os tabeliães da época. O registro daria a garantia de posse aos herdeiros, em uma possível contestação de algum dos bens do morto, principalmente nos casos com propriedade de terras e/ou escravos. Também, não deixava de ser uma forma de mostrar perante a sociedade que o falecimento do ente querido não deixava os familiares totalmente desprovidos, ou seja, a riqueza inventariada daria possibilidades de continuar vivendo ou sobrevivendo na sociedade. De maneira geral, o documento revelava publicamente a fortuna do indivíduo.

O sujeito com os bens inventariados, já se encontrava em uma posição que se diferenciava dos demais. Conforme lembra José Augusto Leandro “o fato de um indivíduo ter deixado inventário já o coloca em uma situação de afortunado ou minimamente afortunado entre seus contemporâneos. Isso, no entanto, foi pouco comum no Brasil do século XIX” (LEANDRO, 2003, p.124). Desse modo, a investigação com essas fontes requer logo de início muita atenção do pesquisador. Por muitas razões, também muitos sujeitos não deixaram registrados seus patrimônios materiais, suas fortunas acumuladas no decorrer da vida.

Para confeccionar-se um inventário nos séculos XVIII e XIX entre outros cuidados era necessário seguir as regras. Conforme Adriano Braga Teixeira “a constituição do inventário obedecia, com poucas exceções, a uma mesma lógica: abertura, avaliação dos bens (móveis, imóveis ou semoventes), documentos comprobatórios com avaliação das dívidas e partilha dos bens” (TEIXEIRA, 2012, p.65).

Os inventários pesquisados neste trabalho seguiam praticamente o mesmo padrão. Principiavam informando o ano em que foi aberto, o nome do falecido (inventariado) e do inventariante (responsável em informar a morte ao tabelião). Em seguida, a listagem dos herdeiros, na maioria das vezes, iniciando pelos mais velhos e com indicação do grau de parentesco. Na sequência tem-se o registro dos avaliadores, geralmente entre duas ou três pessoas. E posteriormente, são descritos e avaliados todos os bens deixados em herança.

Na maioria, os bens foram arrolados conforme uma ordem sistemática: bens semoventes (escravos e animais – vacum, muares, cavalares, ovelhas); bens de raiz ou imóveis (casas, propriedades de terras, fazendas, poteiros, chácaras, lotes, terrenos, senzalas); ouro; diamantes; cobre; prata; ferro; madeira; dinheiro em espécie; trastes (móveis, mobílias, louças, ferramentas, mantimentos, roupas, etc.); entre outros. E por fim, a soma de todos os ativos do indivíduo que constituía o monte mor, e ainda, em alguns a partilha dos bens do falecido.

O monte mor aparece com ênfase no final do documento. Os valores individuais dos itens arrolados misturavam-se entre si. Assim, tem-se um resumo geral do montante deixado pelo falecido. O conhecimento do montante nos ajuda a perceber o nível de riqueza em que se encontravam esses proprietários.

Em alguns documentos o monte mor aparece como resultado da soma total dos itens arrolados (monte mor bruto). Já em outros, é apresentado com a subtração das dívidas do falecido (monte mor líquido ou partível).

Na documentação pesquisada pouco são as informações a respeito do procedimento das partilhas. Em alguns encontram-se - no final ou no início - do documento uma nota informando a data do falecimento, se o inventariado deixou testamento ou não, nome dos pais, local de nascimento, residência, se contraiu matrimônio, se teve filhos bastardos, dados sobre negócios, dívidas, entre outros¹³. Essas informações tendem a enriquecer a fonte ampliando o trabalho do pesquisador.

A prática de inventariar, além de constituir-se como um ato jurídico, tinha como principal finalidade “relacionar, avaliar e dividir os bens deixados por alguém que morreu” (ANDRADE, 1988, p.19). Após a abertura do inventário *post mortem* e avaliação do patrimônio inventariado, este deveria ser apresentado publicamente e dividido “corretamente” entre todos os seus herdeiros e/ou amigos que fossem listados conforme o desejo do falecido.

¹³ Junto com alguns inventários foram encontrados em anexo os Testamentos, porém, nesta pesquisa nossa análise centrou-se nos inventários *post mortem*.

2.2 Herdeiros e heranças

Os herdeiros constituem-se como os receptores das fortunas inventariadas. Após o pagamento das dívidas, caso houvesse, e o desconto das despesas geradas pela realização do inventário, o monte mor partível seria dividido entre inventariante e os herdeiros nomeados. Conforme Bacellar, a divisão dos bens inventariados era realizada da seguinte maneira:

Sobre este [monte mor partível] era efetuada a meação dos bens, a cada cônjuge cabendo 50% do patrimônio. A seguir, a parte de cada cônjuge era dividida em três terços de igual valor: dois terços para serem repartidos, sob a forma de legítimas, entre os herdeiros arrolados no inventário, e um terço, ou a 'terça', para ser livremente legada pelo testador, de acordo com seu testamento escrito ou recomendações verbais (BACELLAR, 1991, p 59).

Geralmente, a listagem dos herdeiros era composta por familiares do falecido, porém, isso nem sempre era a regra. Caso fosse o desejo do inventariado, outras pessoas também poderiam ser incluídas.

Dentre os inventários *post mortem* pesquisados, na listagem dos herdeiros encontram-se contemplados, além de familiares, pessoas amigas do inventariado. Há casos em que o inventariado reservou seu montante somente aos amigos, como é o caso, por exemplo, de Antonio Gonçalves Torres que teve seu inventário aberto em 1831. No espaço da descrição dos herdeiros, apenas uma nota de esclarecimento:

Antonio Gonçalves Torres deixou um documento dizendo ser de sua livre e espontânea vontade deixar seus bens ao seu companheiro Francisco José do Carmo, mas o mesmo fica encarregado de pagar as missas pela alma do Sr. Antonio, bem como as dívidas que ele tem.¹⁴

A destinação da herança, neste contexto, segue carregada de responsabilidades. O herdeiro ao receber a fortuna deveria cumprir com os compromissos sociais e religiosos, conforme os costumes da época (especialmente encomendar as missas à alma do falecido) e arcar com as dívidas do inventariado. O patrimônio inventariado e destinado ao amigo por Antonio Gonçalves Torres somava um total de 1:766\$130 (um conto, setecentos mil e cento e trinta réis). Quanto ao valor das dívidas o documento não informa. Possivelmente, Francisco José do Carmo na condição de herdeiro encarregou-se em pagar todos os credores do então companheiro.

¹⁴MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Antonio Gonçalves Torres. Livro Tombo: 1830, Castro, 1831.

A existência do inventário nem sempre era garantia de uma partilha justa. Porém, a divisão de herança via inventário, além de recorrente, possuía confiabilidade. Fato este que levou José Mariano, no ano de 1829 a proceder com inventário de Angelo da Silva e Maria de Almeida. No documento encontram-se nomeados quatro herdeiros diretos: Lucia, com 58 anos, casada com Bento Massiel; Francisco com 53 anos, casado com Escolástica Maria; José, falecido, deixou herdeiros; e Antonia, falecida, deixou herdeiros.

Logo no início do documento segue a declaração:

José Mariano não soube precisar a data de falecimento dos inventariados, devido ao fato da morte ter ocorrido há muito tempo. Quando os inventariados faleceram não foi feito inventário e o Sr Bento Massiel, na qualidade de herdeiro se apoderou dos bens. Já no ano de 1829 o Sr. José Mariano, também herdeiro requereu que inventariasse os bens do falecido Angelo Mariano e sua mulher Maria de Almeida¹⁵.

Verifica-se que a pratica de inventariar no século XIX, poderia ser procedida a qualquer momento pelos membros da família do falecido, mesmo após anos da morte do inventariado. Com relação à abertura dos documentos, Sheila de Castro Faria assinala que, nos Campos de Goitacases, embora não fosse regra, exigia-se um prazo de trinta dias após a morte do inventariado para que o documento fosse aberto e assim fosse procedido com a partilha (FARIA, 1998, p.225).

No caso mencionado acima, temos um processo que se iniciou anos após o falecimento dos inventariados. Não foi possível identificar na documentação a relação de parentesco dos inventariados com o inventariante (José Mariano), apenas foi informado que se tratava de um dos herdeiros.

Geralmente, o inventariante era alguém que encontrava-se próximo ao inventariado: esposos ou esposas, e na ausência desses, os filhos, de preferência o mais velho ou quem estivesse convivendo perto do falecido. No caso de José Mariano, não se pode afirmar com precisão, mas possivelmente fosse também parente próximo dos falecidos, e quem sabe em virtude do trabalho ou outro motivo estivesse ausente da Vila de Castro por alguns anos. E ao retornar resolveu proceder com o inventário, deixando Bento Massiel em uma situação desconfortável.

Pelos indícios Bento Massiel (que se apoderou dos bens), possivelmente fosse genro, já que era casado com Lucia, descrita entre os herdeiros. E este se vendo na posição de genro apoderou-se de todo patrimônio material do casal que se resumia em: um escravo velho; um

¹⁵MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Angelo da Silva e Maria de Almeida. Livro Tombo: 1820, Castro, 1829.

rincão de campo; alguns animais (cavalos, éguas, potros, novilhas); algumas ferramentas, coletes de tecido, lenços de algodão e outros poucos utensílios de uso doméstico.

Nesse caso, a divisão da herança pode ter sido fator decisivo para José Mariano a proceder com o inventário. Na fonte não há informações a respeito do procedimento da partilha dos bens de Angelo da Silva e Maria de Almeida, apenas que o documento foi aberto em 1829. No entanto, provavelmente Sr. Bento Massiel, em virtude da existência do inventário tivera que dividir entre os demais herdeiros os bens que somavam em torno de 208\$900 (duzentos e oito mil e novecentos réis). Afinal, o inventário “trata-se, portanto, de documento judicial que além dos herdeiros, interessava ao fisco e a eventuais terceiros que tinham direito de herança ou que fossem credores do finado” (VOGT e RADUNZ, 2013, p.27-28).

Na busca de rastros e vestígios das sociedades do passado, segue-se a investigação pautada nos 150 inventários, *post mortem* na tentativa de conhecimento dos sujeitos que viveram e/ou sobreviveram na sociedade castrense do século XIX.

2.3 Dos avaliadores e avaliações

Ao analisar um inventário, além dos bens arrolados muitos indivíduos podem ser identificados: inventariante, herdeiros, escravos, avaliadores, o próprio inventariado, entre outros. Cada um com importância singular na construção do documento. Nesse contexto, buscou-se esboçar parte da realidade verificada pelos designados de avaliadores.

Cada item arrolado no inventário estava sujeito a uma avaliação. Não bastava sua descrição, era necessária a atribuição de um valor monetário. Geralmente, isso era feito pelos avaliadores (pessoas da comunidade designadas para atribuir um valor monetário aos bens listados no inventário) após a morte do inventariado, ou seja, no momento da abertura do documento e procedimento da partilha.

A abertura dos inventários era procedida pela “família ou, na falta desta, pelo juiz de órfãos, quando havia filhos menores. Estranhos, invariavelmente vizinhos, também poderiam abrir inventários, caso o defunto não tivesse parentes presentes” (FARIA, 1998, p.225). Também ficava a cargo do juiz de órfão nomear as pessoas responsáveis em atribuir valores aos itens deixados pelo falecido (os avaliadores). Desse modo, a soma total do montante ficava também de certo modo, aos cálculos dos avaliadores.

Atribuir valores monetários aos itens listados não deixava de ser uma tarefa árdua e minuciosa que exigia conhecimentos e empenhos de quem as executavam. Além do mais, como destaca Rogério Vial:

Esses objetos representavam parte da vida material de uma população, que os utilizavam em seu dia a dia. É quase impossível determinar um real valor atribuído aos objetos, pois a sua significância no uso diário, ou seu uso em casos especiais, não aparecem nos registros das partilhas estudadas. O significado atribuído pelo proprietário a cada um dos seus objetos é incalculável. Mas o valor monetário surge através da avaliação realizada por pessoas designadas pela Justiça (VIAL, 2014, p.51).

Geralmente, o preço atribuído aos itens arrolados nos inventários *post mortem* era designado em consonância com os valores vigentes no mercado local. Entretanto, acontecia alternância entre os avaliadores e conseqüentemente, poderiam ocorrer diferenças nas avaliações entre bens iguais ou semelhantes no mesmo período. Também existe a possibilidade de subavaliação e/ou omissão por parte dos herdeiros com vista à redução de impostos. Ou ainda, por interesses dos avaliadores, caso fossem nomeados entre os herdeiros, ou para beneficiar-se em possíveis leilões do patrimônio inventariado.

A venda de itens arrolados nos inventários antes da partilha ocorria com freqüência na Vila de Castro, principalmente entre as famílias com menores fortunas. Ana Felícia¹⁶ teve seu inventário aberto em 1821. Havia três herdeiros: José Antonio de Mattos, casado; Maria Joaquina, casada com Manoel dos Santos; e Joaquina Maria, falecida, deixou herdeiros. O patrimônio deixado por Ana Felícia resumia-se em duas cativas: Thereza com 40 anos, avaliada em 128\$000 (cento e vinte e oito mil réis) e Maria com 3 para 4 anos, avaliada em 51\$200 (cinquenta e um mil e duzentos réis).

Verifica-se no documento uma cuidadosa nota esclarecendo que, como os bens deixados pela inventariada se resumiam em duas escravas, as mesmas foram leiloadas e arrematadas por Manoel Novaes Guimarães, para depois se proceder a partilha. Neste caso, como se trata de três herdeiros, e apenas duas cativas, a saída para uma partilha amigável, foi a venda do patrimônio inventariado antes do procedimento da partilha.

No exemplo mencionado acima, o que chama atenção não é o fato dos bens arrolados nos inventários serem vendidos ou leiloados antes do procedimento das partilhas, mas os arrematadores ou compradores dos leilões de heranças. É inegável que os negociadores eram

¹⁶ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Ana Felícia. Livro Tombo: 1820, Castro, 1821.

habilitados nesse tipo de negócio que ocorria em um momento em que familiares ainda estavam em luto e sensibilizados com a morte do ente querido.

Manoel Novaes Guimarães vendo-se diante das circunstâncias e luto dos familiares de Ana Felícia tratou de arrematar as duas cativas: Maria e Thereza. Como uma coisa é o valor atribuído ao bem arrolado no documento, e outra, o valor pago, o negociante generosamente pagou aos herdeiros da falecida, mais do que valia pelo patrimônio inventariado. Pela escrava Maria ofereceu uma quantia de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) e por Thereza uma quantia de 147\$000 (cento e quarenta e sete mil réis). Importante frisar que o Manoel Novaes pagou pela pequena Maria quase três vezes a mais do valor atribuído pelos avaliadores e pouco mais pela cativa Thereza.

Neste contexto, Manoel Novaes Guimarães, quem sabe, tenha se comovido com a situação vivenciada pelos familiares da falecida, e naquele momento desejou expressar sua generosidade ficando com as cativas. Por outro lado, como se trata de um negócio, também não é descartada a possibilidade do jogo de prestígio social, uma vez que a posse de cativos naquela sociedade pudesse demarcar alguma diferenciação. Importante ressaltar que como a documentação mostra apenas um momento dessa história, não é possível seguir os passos das cativas para identificar se as mesmas foram, de fato, servir ao seu comprador ou foram submetidas ao comércio.

Manoel Novaes Guimarães, neste mesmo período, também aparece como um dos avaliadores de inventários. Convém ressaltar que não foi possível identificar o seu envolvimento na avaliação do inventário de Ana Felícia, pois neste caso específico, a documentação omite o nome dos avaliadores. No entanto, essas informações levam-nos a suspeitas da influência que esses avaliadores e/ou negociantes acabavam exercendo sobre a família do falecido.

Com relação aos preços atribuídos aos itens inventariados e aos vigentes no mercado, Mello enfatizou:

Esses problemas não se mostram de maior relevância (...) podemos supor, mesmo admitindo a possível discrepância entre os preços de mercados e preços de avaliação ou diferença nesta entre os diversos avaliadores, que os valores apresentados refletem pelos menos a tendência, e que há certa proporcionalidade entre os bens, a cada ano (MELLO, 1990, p.30)

Quanto as subavaliações e omissões, a autora acrescentou:

Sem discutir se o homem do século XIX se colocava a questão da resistência à tributação, contornamos essa eventualidade ao considerar que, se há fraude, esta possui um caráter sistemático, e por isso a temos como uma constante a influenciar todos da mesma maneira. Se houvesse uma tendência maior quanto a este comportamento por parte dos ricos, resultaria na subavaliação e, portanto, na sua presença, as distâncias entre os vários grupos aumentariam, mas em nada modificaria o caráter da nossa análise (MELLO, 1990, p.30).

Essas informações servem de alerta ao pesquisador na interpretação dos dados de suas fontes. Este deve cuidar-se para não prender-se nas armadilhas presentes nos vestígios do passado. Lembrando que essas foram produzidas com finalidades específicas e são resultados de uma determinada época. Nem sempre o que se lê ou se interpreta condiz com a realidade. Enfim, é necessária uma investigação minuciosa e cuidadosa nas fontes.

Com relação a função dos avaliadores na confecção do inventário é importante destacar a sua atuação no cálculo dos itens listados no documento. A partir das avaliações têm-se o monte mor bruto (a soma de todos os itens arrolados). A função do avaliador era calcular a fortuna deixada pelo falecido para prosseguir com a partilha entre os herdeiros. Neste caso, o avaliador tinha o cuidado de analisar item por item a fim de atribuir um valor monetário ou não.

Os bens considerados sem valor monetário pelos avaliadores, não eram excluídos do documento, porém, mantidos como *sem valor*¹⁷. Ou seja, as avaliações eram realizadas minuciosamente, e não excluía itens arrolados. Pelas evidências, os cálculos seguiam a lógica de mercado. O valor sentimental do proprietário por cada objeto era substituído pelo valor monetário.

Dos itens arrolados pelos avaliadores como sem valor monetário que aparecem com mais frequência, nas fontes pesquisadas, estão os objetos de madeira, como: mesas, bancos, cadeiras, caixotes e caixas; além de itens de vestuário. Foi assim no inventário de Antonio Gonçalves Torres¹⁸, aberto em 1831. Entre os bens arrolados constaram uma mesa de madeira, um colete de sarja, duas camisas, um lenço e um lençol com furo no meio, ambos julgados como sem valor. Nesse caso, o valor atribuído a esses objetos estavam relacionados também ao seu estado de conservação.

Nos inventários foram identificados também cativos atribuídos como sem valor. Em 1827, foi aberto o inventário *post mortem* de Bernarda Soares de Oliveira¹⁹. Dos bens

¹⁷Grifo nosso.

¹⁸ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Antonio Gonçalves Torres. Livro Tombo: 1830, Castro, 1831.

¹⁹ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Bernarda Soares de Oliveira. Livro Tombo: 1820, Castro, 1827.

arrolados constaram: alguns animais (vacas, éguas e ovelhas); uma casa velha; ferramentas (enxadas, machados, martelo, foices, serras de mão, balanças, tachos e enxós); utensílios de usos domésticos (colheres) e escravos. Dentre os cativos avaliados, uma escrava foi considerada pelos avaliadores, Francisco Xavier de Moraes e Ignácio Xavier de Toledo, como sem valor. Trata-se de uma crioula - não foi informado o nome - muito doentia e com 60 anos.

Rogério Vial ressalta que as condições físicas e idade eram variáveis consideráveis quando atribuíam valores aos cativos (VIAL, 2014, p.85). Nesta mesma linha de raciocínio, Fernando Franco Netto destaca que atribuir preço aos escravos era um elemento que dependia “do sexo, da idade, de sua origem, do estado físico do cativo, de sua produtividade com relação às atividades desenvolvidas, da conjuntura interna e internacional” (FRANCO NETTO, 2011, p.186). O autor acrescenta ainda que:

O estado físico do escravo constituía outro ponto fundamental para a sua avaliação; aqueles que possuíam problemas físicos eram considerados doentes e, por isso, eram avaliados a um preço inferior ao escravo que não tinha problema físico. A produtividade surge como uma variável importante dentro do contexto econômico para o proprietário, pois ele procurava verificar o retorno do capital investido em escravo durante seu período produtivo, o que afetava as condições de preço do escravo (FRANCO NETTO, 2011, p.186).

Nos inventários *post mortem* os escravos, geralmente, eram listados junto com os bens semoventes. Desse modo, sujeitos escravizados e animais são expostos em uma mesma categoria. A ideia de calcular valor monetário ao escravo evidencia a singular ambiguidade em que vivia a sociedade na qual o ser humano era colocado na posição de mercadoria.

Com relação ao preço atribuído aos escravos com mais idade, Fernando Franco Netto argumenta que “a idade mais avançada normalmente tinha seus preços depreciados, pois, além das dificuldades de manutenção, muitas vezes, o preço dos escravos velhos eram até menores do que os dos escravos recém-nascidos” (FRANCO NETTO, 2011, p.186).

Pelo que sugere os dados, nas partilhas buscavam-se uma divisão equilibrada, sem prejuízo a nenhum dos herdeiros. No caso dos herdeiros de Bernarda Soares de Oliveira, não se sabe como foi procedida a divisão dos bens, pois a documentação não registra a respeito da partilha. Desta forma, também não foi possível identificar o desfecho da história da crioula considerada pelos avaliadores como sem valor.

Manolo Florentino e José Roberto Góes ressaltam que:

Os inventários, iniciados por ocasião do falecimento dos que possuíam algo a arrolar, na maioria das vezes são pródigos em informações acerca destas estranhas mercadorias humanas. São peças escritas por judiciosos funcionários (os havia) que nos dão a conhecer o nome dos escravos, suas idades, condições físicas, preços,

além dos laços parentais mais evidentes (quase sempre os de primeiro grau) (FLORENTINO e GÓES, 1997, p.43).

Percebe-se, que o relator do inventário, mencionado acima, não teve a preocupação em apresentar o nome da cativa considerada sem valor, porém, informa que é uma crioula com idade avançada (cerca de 60 anos) e descrita como muito doentia. Conforme Sheila de Castro Faria, no século XIX era comum omitir-se informações nos inventários, e segundo ela, isso acontecia por ser um dado considerado do conhecimento geral. Acrescenta que “a ausência de informações indica tratar-se de uma sociedade que não se preocupava com o registro, documento, então, sem maior importância além do interesse imediato” (FARIA, 1998, p.225).

Tendo em vista a análise do patrimônio inventário dessa sociedade campeira do oitocentos, seguindo os vestígios de sua vida material²⁰, resolveu-se lançar um olhar atento às habitações, examinando o interior dessas, a fim de destacar alguns aspectos do seu cotidiano.

2.4 Das habitações

As casas eram muito pequenas e feitas com paus cruzados, parecendo bastante com as dos nossos camponeses de Solangne, com a diferença de que eram mais iluminadas, talvez, e razoavelmente mobiliadas. Depois das emigrações provocadas pelo caminho de Guarapuava, a maioria das habitações, como já tive a ocasião de dizer, estava abandonada e em ruína (SAINT-HILAIRE, 1978, p.52).

No trecho acima temos as impressões do francês Saint-Hilaire que destacou as habitações na Vila de Castro semelhantes às dos camponeses de seu país. A diferença consistia na luminosidade e na presença de mobílias. As construções foram apresentadas como modestas e em mau estado de conservação. Destacou, ainda, que quando chegou a Castro sentiu descontente com o alojamento que reservaram a ele, por conta do péssimo estado de conservação, porém, o descontentamento desvaneceu quando verificou que a casa que reservaram a ele, era a melhor que havia na localidade (SAINT-HILAIRE, 1978, p.55).

Outro aspecto observado pelo viajante são as construções iniciadas e que não foram concluídas. De acordo com a literatura do francês, a conquista de outras áreas foi fator

²⁰Jean-Marie Pesez, afirma que apesar das limitações da história da cultura material, ela possuiu sua importância, uma vez que, apresenta o interesse de introduzir o homem na história, por meio da vivência material. E proporciona: “as condições de trabalho, as condições de vida ou a margem entre as necessidades e sua satisfação. E já que é a história dos grandes números e da maioria dos homens, é em primeiro lugar o explorado que ela coloca em primeiro plano” (PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.210-211).

determinante, para que muitas habitações estivessem em estado de abandono e/ou em ruínas. A igreja da Vila de Castro também foi mencionada nos relatos do naturalista:

A igreja paroquial, dedicada a Santo Amaro, muito baixa e muito pequena, era desprovida de ornamentos e se achava em quase tão mau estado quanto as casas particulares. Depois que cheguei ao Brasil vi poucas igrejas tão mal cuidadas quanto essa. Fora iniciada a construção de duas outras, mas as obras haviam sido interrompidas (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 52).

A partir dos elementos presentes na narrativa de Saint-Hilaire, observa-se a depreciação, tanto da casa de oração, quanto das casas de moradas. A literatura do viajante apresenta as habitações de Castro como: modestas, com ausência de luxo, estilo rústico e com poucas mobílias.

A rusticidade e o estilo simples das construções brasileiras, do período colonial e imperial, estiveram presentes por diversos momentos nos relatos dos viajantes, do século XIX. Ou seja, isso não foi característica apresentada exclusivamente para a região dos Campos Gerais. O próprio Saint-Hilaire ao relatar o interior das “casas de vivenda” de fazendas mineiras, na comarca do Rio das Mortes, nas primeiras décadas do século XIX, enfatizou que essas também eram marcadas pela simplicidade e rusticidade, e que “em muitas delas estava reduzido a poucas mesas, bancos e algumas cadeiras (ANDRADE, 2008, p. 128). O mesmo foi constatado para as residências de Curitiba. Conforme Saint-Hilaire, essas eram compostas por paredes simples e poucas mobílias. A sala, onde recebia as visitas compunha-se por apenas uma mesa e alguns bancos (SAINT HILAIRE, 1978, p. 71).

Sheila de Castro Faria apresenta uma discussão interessante sobre as casas de moradas e a pluralidade nas habitações, no século XVIII, incluindo figuras que nos permitem visualizar o cotidiano agrário nas unidades produtoras de alimentos, gado e cana-de-açúcar, nos Campos de Goitacases. Faria ressalta que os constantes conflitos de terra na região refletiam nas construções, “toscas e rústicas” (FARIA, 1998).

Se considerarmos os relatos de Saint-Hilaire a respeito dos Campos Gerais, encontramos uma sociedade pouco preocupada com ornamentos e estilo material das suas moradas, muito menos, com as casas de orações. Por outro lado, temos uma sociedade disposta à mobilidade, capaz de abandonar suas construções e lançar-se rumo ao desconhecido, a conquista de novos territórios. Sendo assim, talvez, a mobilidade corroborasse com o estilo de vida simples e rústico dos moradores dos Campos Gerais do Paraná.

Para os Campos de Goitacases, Faria destacou que:

As mais ricas famílias viviam com uma pequena variedade de objetos. A riqueza estava associada ao número de cabeça de gado e de escravo. As casas de moradas e algumas benfeitorias não mereciam nem mesmo descrição muito detalhada nos inventários, bastando a indicação genérica: ‘casas de morada [ou de vivenda] e demais benfeitorias’ (FARIA, 1998, p.356).

Nos inventários aqui pesquisados, nem todos mencionam as casas de moradas, e quando aparecem vêm arroladas entre os bens de raiz e nem sempre sua descrição é muito detalhada, omitindo-se maiores informações sobre as “casas de vivendas” e as senzalas. Se, por um lado, a escassez de dados impossibilita o conhecimento detalhado do padrão das habitações, por outro, constata-se a importância econômica de algumas delas, pelo preço em que foram avaliadas, quanto pelas benfeitorias anexas, comumente cobertas de telhas.

É frequente nos inventários algumas propriedades serem avaliadas junto com benfeitorias, como foi no documento de Maria Clara do Nascimento, aberto em 1843. Entre os bens arrolados consta “uma morada de casa coberta de telhas, com suas benfeitorias, quintal e mangueiras, avaliada em 60\$000”²¹ (sessenta mil réis).

As casas de moradas, na maioria dos inventários, são apenas indicações genéricas: “casas de morada com parede de pilão, coberta de telhas, ou palhas”. Pelos indícios, facilmente construídas e facilmente abandonadas, as construções tinham vida curta. Eram referidas, quase sempre, como “bastante arruinadas” ou “com muito uso”.

A construção das casas não tomava muito tempo, não só pelo tipo de material empregado como pelo tamanho reduzido. Poucos inventários informam sobre os materiais utilizados nas construções das habitações. Desses, na sua maioria, registram que eram construídas com barro, “taipa de mão”, e cobertas com palhas ou telhas. Em nenhum dos inventários encontra-se descrição de medidas das casas, nem mesmo tamanho de frente, ou fundo do terreno.

Nem todas as avaliações diziam a quantidade de portas e janelas, nem número de cômodos. As que a trouxeram registraram, na maioria dos casos, muito mais portas do que janelas. Rosa do Espírito Santo, falecida em 1827, possuía “uma casa de morada com parede de taipa, coberta de telhas com seis portas e duas janelas”²². As portas da casa de Rosa do Espírito Santo eram internas ou externas? Pelos dados dos inventários não é possível identificar onde ficavam as portas.

²¹ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Maria Clara do Nascimento. Livro Tombo: 1840. Castro, 1843.

²² MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Rosa do Espírito Santo. Livro Tombo: 1820. Castro, 1827.

A documentação não informa explicitamente onde estavam as portas, se só eram externas ou se separavam cômodos. Presume-se que muitas deveriam separar cômodos, já que vários inventariados, como no caso de Rosa do Espírito Santo, mencionada acima, possuía apenas uma morada de casa e era proprietária de 11 escravos, e não tinha senzalas avaliadas. Desse modo, pode-se indicar que os cômodos dos senhores ou os de seus escravos tinham portas para estabelecer certa diferenciação.

Sheila de Castro Faria ressalta que no Brasil Colônia a “casa de morada” possuía uma pluralidade de funções, podendo inclusive, em alguns casos, abrigar a população cativa (FARIA, 1998). Nos Campos Gerais, em alguns casos, os dados demonstram a vivência de escravos no interior das “casas de moradas”. Felícia Maria de Jesus²³ faleceu em 1822, entre os bens arrolados constam a posse de uma morada de casa coberta de palha, sete escravos, seis vacas, sete éguas e três catres. Não consta na documentação a avaliação de senzalas. Onde dormiam os escravos de Felícia Maria de Jesus? Provavelmente não dormiam no relento, dividiam espaços na mesma habitação.

Saint-Hilaire ao passar pela Vila de Castro, nos Campos Gerais, ressaltou que:

A casa onde me achava alojado, como na maioria das habitações da cidade, obrigava uma porção de gente extremamente desagradável, o que me causava muito problema e contrariedades. O índio Firmiano procurava desculpar suas escapadas com uma série de mentiras; além disso, faltou-me com o respeito várias vezes, tentou fugir e me causou verdadeiro desgosto (SAINT-HILAIRE, 1978, p.56).

Apesar do olhar etnocêntrico do viajante, a respeito dos moradores dos Campos Gerais do Paraná, suas observações trazem informações interessantes ao pesquisador, pois ressaltam para a localidade a existência de sociedades multifacetadas. Se depreende dele, que as habitações locais eram palcos de vivências entre proprietários, livres, cativos e indígenas.

Tomando como base a literatura do viajante, observa-se que as senzalas nos Campos Gerais quase inexistiram ou foram desnecessárias. De modo geral, suas observações tendem a reforçar a tese da benignidade do sistema escravista, criando-se uma imagem pouco realista da escravidão. E por longo período, reproduzida pela historiografia tradicional da escravidão no Paraná.

Na Vila de Castro, as avaliações das moradias eram, em geral, bastante modestas frente aos outros bens. José Martins de Oliveira²⁴ faleceu dia 16 de abril de 1843, casado com

²³ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Felícia Maria de Jesus. Livro Tombo: 1820. Castro, 1822.

²⁴ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de José Martins de Oliveira. Livro Tombo: 1840. Castro, 1843.

Maria Angélica, pai de dois filhos, proprietário de dezesseis escravos. Entre os bens arrolados consta a descrição de uma morada de casa na vila, avaliada em 50\$000 (cinquenta mil réis). Três vezes menos que o valor de um escravo seu, o crioulo chamado João, com 05 anos, estimado em 150\$000 (cento e cinquenta mil réis). José Martins de Oliveira pode ser considerado rico para a época, seu montante totalizou 13:416\$780 (treze contos, quatrocentos e dezesseis mil e setecentos e oitenta réis). Também em 1838, Francisco Cordeiro Alvarenga²⁵, dono de três escravos, morava em uma casa coberta de telha na vila, avaliada em 30\$000 (trinta mil réis). Cada escravo de Francisco valia mais de dez vezes que o valor de sua residência.

Nos inventários de José Martins de Oliveira e Francisco Cordeiro Alvarenga, observamos dados que apontam para uma sociedade em que a posse escrava possuía um status social, naquele contexto, muito mais elevado do que a estrutura material de suas habitações.

As formas das construções e os materiais utilizados refletiam o estilo de vida material da sociedade campeira que se formou ou estabeleceu na região no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Embora o valor das casas não representasse um montante apreciável nas fortunas locais, porém, não significa desprezo pela sua posse.

Quando adentra-se ao espaço interno das habitações dos inventariados, para vasculhar o interior de suas moradias, em busca de maiores informações e detalhes sobre o estilo de vida, observou-se que a ideia da rusticidade, de estilo de vida simples apresentada na literatura de viajantes do século XIX, a primeira vista parece-se confirmar. Mas uma análise detalhada do interior das moradias, a partir das informações contidas nos inventários, constata-se que alguns aspectos podem ser relativizados ou, quem sabe, apontarem para mudanças nos hábitos e nos costumes de uma parcela da elite daquela sociedade, naquele período.

O estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil, nos primeiros anos do oitocentos, produziu mudanças importantes na ordem sociopolítica, econômica e cultural. Evidentemente que essas alterações não ocorreram de imediato, mas, no decorrer do século XIX, novos hábitos e costumes puderam ser percebidos na sociedade brasileira, tanto na forma de construir, quanto de mobiliar as residências, de se vestir e/ou de se alimentar. O próprio consumo de produtos alimentícios industrializados da Europa, de início restrito apenas a Corte, estenderam-se, em parte, para algumas vilas e fazendas do Império (ANDRADE, 2008, p.130).

²⁵ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Francisco Cordeiro Alvarenga. Livro Tombo: 1830. Castro, 1838.

Tendo em vista o enfoque deste tópico, recorreremos aos dados presente na documentação que remetem ao cenário interno das habitações. Certamente que, mais do que utilitários, esses objetos são, em sua maioria, portadores de importância simbólica e valores sociais, capazes de abrigar lembranças individuais e/ou coletivas. Percebe-se, assim, a relevância em examinar os objetos, já que por meio deles, pode-se identificar traços socioculturais de uma sociedade.

Observa-se nos inventários que nas residências castrenses, além da presença de mobílias, móveis e utensílios domésticos encontra-se com frequência as jóias. Conforme Marcos Ferreira de Andrade, “as jóias poderiam, ao mesmo tempo, representar um investimento e também denotar prestígio social, sendo geralmente utilizados em cerimônias religiosas, profanas e civis” (ANDRADE, 2008, p.130).

As jóias estiveram presentes na maioria dos documentos pesquisados. Nos inventários eram arrolados: cordões de ouro, brincos de pérolas, botões, anéis com pedras preciosas. Foi assim no inventário de Francisco de Paula Ribas²⁶, aberto em 1821, no qual se listava dois cordões de ouro, um par de brincos de ouro, outro par de brincos com pedras marinhas, um par de botões de ouro, outro par de botões de ouro com pedras e um anel topázio.

Algumas peças religiosas, desde que ornamentadas com ouro e pedras preciosas, são arroladas como jóias, como por exemplo, no inventário do casal Cipriano Eleutério dos Santos e Joaquina Lanhzoa²⁷, aberto em 1832, que incluía dois rosários com crucifixos, uma cruz e um relicário com corrente. No inventário de Antonio José de Madureira e Souza²⁸, aberto em 1844, constam três cordões grossos de ouro, um colar com coração, outro colar de lantejoulas, uma cadeia de relógios denominada de modernas, dois pares de brincos, dois anéis grandes, outro anel com tetéias, dois botões de amor perfeito, dois rosários com cruz, quatro cruces em ouro, duas imagens de santos, dois sinos de Salomão, um alfinete com Espírito Santo, outros dois alfinetes com pedras de topázios e sete pares de botões.

Os utensílios domésticos, como talheres e facas de prata, também são descritos com frequências na documentação, talvez indicando que “a maioria das famílias detentoras de algum grau de riqueza poderia adquiri-los e até mesmo ostentá-los em ocasiões especiais” (ANDRADE, 2008, p.133). Embora a presença frequente dos talheres não implique em seu uso cotidiano durante as refeições, mas pode-se levantar a suspeita que, no início do século

²⁶ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário do Coronel Francisco de Paula Ribas. Livro Tombo: 1820. Castro, 1821.

²⁷ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Cipriano Eleutério dos Santos e Joaquina Lanhzoa. Livro Tombo: 1830. Castro, 1832.

²⁸ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Alfêres Antonio José de Madureira e Souza. Livro Tombo: 1840. Castro, 1844.

XIX, as “*boas maneiras*”²⁹ de se portar à mesa já permeavam entre a elite campeira dos Campos Gerais do Paraná.

Os grandes fazendeiros da Vila de Castro, do período pesquisado, encontravam-se ambientados em suas fazendas, fossem nas proximidades da vila ou das freguesias. Nesse caso, para insatisfação do historiador, a documentação não informa separadamente os itens pertencentes as residências das fazendas e das moradas da vila.

A fortuna se mantinha entre os fazendeiros e interessava aos socialmente bem colocados estabelecer relações com pessoas enriquecidas, na expectativa de injeção de crédito ou de outros recursos nos bens familiares.

2.5 Escravos nos Inventários

A escravidão esteve presente nos Campos Gerais desde a chegada dos primeiros habitantes no início do século XVIII. Pesquisadores do escravismo na Província do Paraná demonstram que as regiões de predominância campeira, como no Planalto Curitibano e os Campos Gerais com a atividade da pecuária foram as possuidoras de maiores plantéis de escravos. (PEREIRA, 1996; MACHADO, 2008; GUTIÉRREZ, 1986).

Constata-se assim, que os cativos fizeram parte dessa sociedade desde os primórdios do século XVII. Ocupavam-se das atividades de colheita e beneficiamento do mate, nas atividades de criação de gado, no cultivo de lavouras nas fazendas de subsistência, exercendo ocupações domésticas e até mesmo executando ofícios de artesanatos ou alugando seus serviços no meio urbano (PENA, 1999).

Com o passar dos anos, o número de habitantes livres e de escravos na região foi crescendo. Conforme Cecília Maria Westphalen, no decorrer da primeira metade do século XIX, os moradores dos Campos Gerais tiveram um crescimento acentuado. Segundo a autora, “a presença de pardos e pretos, todavia é mais significativa, pois oscilou de 37,5% em 1830 a 49% em 1836, evidenciando forte contingente negro na sua composição” (WESTPLALEN, 1997, p.35).

²⁹ O termo foi empregado na França a partir de meados do século XVIII, com a intenção de demarcar diferenças socioculturais da nobreza e da burguesia em ascensão em relação aos hábitos rústicos das populações pobres e rurais (ELIAS, 1994).

As fazendas de crias e engordas de animais nos Campos Gerais do Paraná justificaram a concentração dos escravos na região. As atividades desenvolvidas nas propriedades contavam com a participação escrava.

O regime escravo foi predominante nas relações de produção nas fazendas, as condições históricas e econômicas prevaleceram na implantação do regime escravo na economia paranaense, visto que, com a decadência da atividade mineradora, quantidades importantes de mão-de-obra escrava se tornaram ociosas, fator de preocupação social e de pressão demográfica na estrutura interna da sociedade (FRANCO NETTO, 2011, p.136).

Horácio Gutiérrez em investigação sobre Castro, a partir das Listas Nominativas de Habitantes, constatou que no ano de 1825 havia 45 fazendas de criar em torno da Vila de Castro, 12 dessas concentrava-se na Freguesia de Ponta Grossa. Segundo o autor em todas as fazendas residiam escravos. Para o ano de 1824, Gutierrez afirma que: “na localidade de Castro os donos de fazendas representavam por volta de 20% do conjunto dos proprietários de escravos e, por outro lado, nas suas propriedades viviam mais de 63% do total de cativos da vila” (GUTIERREZ, 1986, p.55). Os proprietários das fazendas são apontados como os possuidores dos maiores plantéis de escravos na localidade.

Verificando as propriedades de terras nos inventários, observa-se que essas eram classificadas como: campos, fazendas, internadas, campos de criar, capoeiras e casas. E a concentração de escravos entre os maiores proprietários de terras é evidente na documentação. E principalmente entre os inventariados com maior quantidade de propriedades. Talvez isso, não fosse novidade na localidade. Fernando Franco Netto, em investigação sobre os Campos de Guarapuava constatou que “quanto maiores os valores apresentados em termos de campos e casas com relação às propriedades, maior o número de escravos possuídos” (FRANCO NETTO, 2011, p.206).

Como mencionado anteriormente, os escravos nos inventários *post mortem* são listados na categoria de bens semoventes (lado a lado com os animais). Neste ínterim, os cativos estavam sujeitos as avaliações e também entravam como parte considerável nas partilhas. O cativo era exposto como um objeto de negócio, uma mercadoria disposta como parte significativa na soma do montante das fortunas dos inventariados.

Na Vila de Castro, entre os anos de 1820-1844, quase 73% dos inventariados tiveram escravos computados nas listagens dos seus bens. Em alguns casos, o cativo representava a maior fatia na soma do monte mor do inventariado. Em 1826, foi assim com Pedro, escravo

de Ana Maria Paes³⁰, falecida na Vila de Castro. Os bens da inventariada consistiam em: um escravo, três vacas, três porcos, duas roças – de milho e feijão - um par de canastras, três vestias, um calção de pano, um banco grande e uma morada de casas, coberta de telhas. Na época, o patrimônio de Ana Maria Paes foi avaliado em 243\$680 (duzentos e quarenta e três mil e seiscentos e oitenta réis). Na soma do patrimônio da inventariada, o mulato Pedro representava 82%.

O relator do documento não informa a naturalidade do cativo, quem eram os seus pais, se possuíam outros irmãos, muito menos, onde atuava, apenas registra que era um mulato, com 30 anos e avaliado em 200\$000 (duzentos mil réis).

Nos registros, por vezes, são reservadas poucas informações dessas “estranhas mercadorias humanas”. Conforme Manolo Florentino e José Roberto Góes, os inventários “são peças escritas por judiciosos funcionários que nos dão a conhecer o nome dos escravos, suas idades, condições físicas, preços, além dos laços parentais mais evidentes (quase sempre os de primeiro grau)” (FLORENTINO e GÓES, 1997, p.43).

Com relação a figura dos cativos e a feitura dos inventários, Manolo Florentino e José Roberto Góes destacam que esses eram desiguais nos detalhes de informações, uma vez que:

Se havia homens verdadeiramente metódicos na anotação das características conhecidas dos escravos (e relevantes para o mercado), havia também os que pareciam ter pressa na execução de seu ofício. Por vezes, nem sequer anotavam-lhes a idade, um elemento-chave na avaliação deste peculiar bem (FLORENTINO e GÓES, 1997, p.44).

Nos inventários pesquisados, também observa-se desigualdade nos detalhes de informações a respeito dos itens arrolados. No caso dos cativos, com frequência registravam o nome, idade, cor, procedência e valor. Em alguns casos, apresentam a ocupação e situação física, especialmente dos doentes e aleijados. Por outro lado, alguns registros não informam nem mesmo os nomes dos cativos.

Nos últimos anos, a realização de pesquisas com a utilização de inventários tem trazido ricas informações sobre o funcionamento do sistema escravista no Brasil, uma vez que possibilita “a abordagem de questões importantes sobre o cotidiano da escravidão urbana e rural e identificação de redes de relações comerciais, estrutura de posse escrava, entre outras” (BORGES, 2005, p.13).

³⁰ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Ana Maria Paes. Livro Tombo: 1820, Castro, 1826.

A análise nos 150 inventários *post mortem* abertos na Vila de Castro, nos anos de 1820-1844 indicou que 109 inventariados (72,7%) faleceram na condição de escravistas, deixando 903 escravos para ser divididos entre seus herdeiros.

2.6 Das ocupações escravas

As referências aos ofícios dos escravos são raras nos documentos pesquisados. Dos 903 escravos computados nos inventários, somente 27 cativos tiveram suas profissões especificadas, o que corresponde a pouco mais de 3% do total. Aqui trabalha-se com números mínimos. Luís Augusto Farinatti argumenta que o silêncio dos ofícios dos cativos nas fontes, pode estar relacionado a duas questões: primeiramente a forma do inventariante ou escrivão designarem sumariamente os termos no documento ou ainda, a omissão pode indicar que o cativo fosse empregado em atividades diversificadas (FARINATTI, 2010, p. 353). A limitação da documentação é outra questão que pode ser considerada. Os ofícios dos escravos não eram variáveis obrigatórias nos inventários *post mortem*. Trata-se de um documento em que sua função primordial era o registro dos bens do falecido.

Paulo Afonso Zarth em estudo sobre o Rio Grande do Sul rural, levantou a hipótese que os cativos nas estâncias sulinas atuavam em atividades diversificadas, ou seja, eles eram empregados tanto na agricultura, como também no costeiro do gado e, em serviços domésticos (ZARTH, 1997). As observações de Zarth para as estâncias sulinas podem ser consideradas para os Campos Gerais do Paraná. Tomemos alguns exemplos. Joaquim Barboza Leite³¹, quando faleceu em 1823 deixou 37 escravos, nenhum com declaração de ocupação. Possuía 1.589 reses, 60 carneiros, 76 cavalos, 80 éguas, foices, enxadas, machados, campos de fazenda e terras com benfeitorias. Situação semelhante pode ser observada no inventário de Antonio Dias Batista³², falecido em 1838. Possuía 21 cativos, ambos sem ofícios especificados; além de 289 reses, 67 mulas e bestas, 5 moradas de casas, uma chácara, terras e campos lavrados.

³¹ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Joaquim Barboza Leite. Livro Tombo: 1820, Castro, 1823.

³² MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Antonio Dias Batista. Livro Tombo: 1820, Castro, 1826.

Os dois inventariados acima mencionados possuíam uma produção pecuária diversificada, da qual parte de seus escravos deveriam participar cuidando da terra e/ou do gado. Fernando Franco Netto afirma que:

É certo que o escravo participava ativamente de diversas atividades ligadas direta ou indiretamente ao processo produtivo. Quando necessário, e para se obterem retornos econômicos importantes, ele era utilizado de forma indiscriminada, pois como propriedade do senhor, tinha que obedecer e se sujeitar a qualquer tipo de trabalho, além de cuidar do gado e de sua manutenção, era utilizado como meio de transporte, como capataz das fazendas, até mesmo como artesão e nas atividades domésticas (FRANCO NETTO, 2011, p. 137).

Na Vila de Castro, algumas vezes, a multiplicidade de funções está declarada: em um plantel com 54 escravos, o crioulo João foi designado como campeiro e domador³³. Em geral, os cativos atuavam em todas as atividades, mesmo aquelas não especializadas. A omissão da descrição dos seus ofícios nas fontes pode estar relacionada tanto a forma objetiva de quem relatou o documento, como também, aos aspectos socioculturais da sociedade da época, em que não havia a preocupação em detalhar informações que fossem do conhecimento das partes interessadas.

Nos inventários pesquisados, os escravos identificados com ofícios, foram encontrados disseminados em nove plantéis. Vale destacar que nesses, possuíam um total de 277 cativos, porém, apenas 27 escravos foram atribuídos ofícios. Apesar das limitações presentes na fonte utilizada, a análise incidiu-se sobre os inventários com escravos com ofícios especificados. Observa-se nos dados do quadro 02, as respectivas ocupações dos escravos.

QUADRO 02 OCUPAÇÃO DOS ESCRAVOS (1820-1844)

OCUPAÇÕES	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Cozinheiro	01	--	01
Ferreiro	02	--	02
Barbeiro	01	--	01
Sapateiro	02	--	02
Pedreiro	01	--	01
Sacristão	01	--	01
Costureira	--	01	01
Fiandeira	--	01	01
Carpinteiro	02	--	02
Domador	02	--	02

³³ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de João Carneiro Lobo. Livro Tombo: 1840, Castro, 1844.

Campeiro	03	--	03
Campeiro e domador	01	--	01
Roceiro	04	--	04
Alfaiate	05	--	05
TOTAL	25	02	27

FONTE: MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Conjunto de inventários *Post mortem* de proprietários de escravos. 1820-1844.

As informações obtidas no quadro 02 permitiram desdobrar as atividades dos escravos em diferentes ocupações, como: pedreiro, ferreiros, sapateiros, barbeiro, religioso: sacristão, serviços domésticos: cozinheiro, costureiro; artesanatos: fiandeira, alfaiates; na agricultura e pecuária: roceiro, domador e campeiro.

Das ocupações dos escravos levantadas nos documentos, as atividades ligadas ao trabalho na agricultura, pecuária e alfaiates são as que sobressaíram. Foram identificados 5 cativos com ofícios de alfaiates, correspondendo a quase 19% do total. Na pecuária e agricultura concentraram-se em torno de 10 escravos (4 roceiros, 2 domadores, 3 campeiros e um que era domador e campeiro), correspondendo a pouco mais de 37% do total.

Os alfaiates encontravam disseminados em plantéis distintos. Em 1828 foi registrado o mulato João, de propriedade de Delfina Carneiro³⁴. Em 1829, o mulato José, do proprietário Francisco Xavier da Silva³⁵. Em 1835, José também mulato, com 32 anos, escravo de Maria Guilhermina Machado³⁶. Com 23 anos, em 1838 encontrava-se o africano Rufino, como propriedade de Manoel Antonio da Costa Mesquita³⁷. Em 1844, Salvador, de nação, de João Carneiro Lobo³⁸. Convém ressaltar que no final da vida de seus proprietários, ambos os escravos conviviam em plantéis com outros companheiros. Foi assim, com o mulato João, em 1828, quando o luto desceu sobre a família de Delfina Carneiro. O mulato dividia o cativeiro com mais 10 companheiros. E desses, somente José, com 30 anos, na época, ainda aprendiz de ferreiro teve seu ofício especificado.

Já os escravos roceiros: Simão, 30 anos, Miguel, com 20 anos, Francisco, 32 anos e Matheus, com 36 anos, ambos de nação; os campeiros: Luiz, 25 anos, de nação; Bernardo, de nação, com 26 anos e o crioulo Amaro, com 12 anos; e os domadores: Manoel dos Santos, 35

³⁴ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Delfina Carneiro. Livro Tombo: 1820, Castro, 1828.

³⁵ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Francisco Xavier da Silva. Livro Tombo: 1820, Castro, 1829.

³⁶ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Maria Guilhermina Machado. Livro Tombo: 1830, Castro, 1835.

³⁷ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Manoel Antonio da Costa Mesquita. Livro Tombo: 1830, Castro, 1838.

³⁸ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de João Carneiro Lobo. Livro Tombo: 1840, Castro, 1844.

anos e Francisco Ignácio, 20 anos, ambos crioulos; e o mulato crioulo João, doentio, 24 anos especificado como campeiro e domador, em 1844, dividiam o mesmo plantel e eram de propriedade de João Carneiro Lobo.

Helen Osório ressalta que os escravos campeiros nas estâncias sulinas, do século XVIII, eram encontrados com mais frequência nas propriedades com mais de 20 cativos. Para a Vila de Castro, no recorte temporal deste trabalho, identificamos esses, em apenas um plantel que era constituído por 54 escravos. Osório acrescenta que “os escravos campeiros e domadores, na grande maioria dos casos, eram os escravos de maior valor em seus respectivos plantéis. Este seu custo mais alto deveria implicar em estratégias por parte de seus senhores para mantê-los nas estâncias” (OSÓRIO, 2005, p.11).

As tarefas dos campeiros estendiam-se desde as lidas nos currais, aos afazeres nos campos. A autora não descarta a hipótese de que os escravos que atuavam nos campos, com os animais usufríssem de algumas regalias frente aos demais cativos de seu plantel. No caso da Vila de Castro, embora, a documentação analisada não aponte para isso, essa hipótese também não pode ser descartada.

Entre os diversos escravos computados nos inventários, observa-se que os com designação de ofícios foram avaliados, na maioria dos casos, com preços mais elevados. Os escravos nomeados com ofícios de barbeiro, ferreiro, alfaiate, cozinheiro, fiandeira, roceiro, sapateiro e sacristão foram avaliados, em média, por 300\$000 (trezentos mil réis) a 500\$000 (quinhentos mil réis) cada um. Já os cativos com ofícios de carpinteiro, pedreiro, campeiro e domador foram avaliados, em média, por 600\$000 (seiscentos mil réis) a 1:000\$000 (um conto réis). Isso permite levantar a hipótese que essas profissões, dentro do contexto social e período, possuíam seu grau de status, especialmente ao proprietário desses cativos.

Ainda, com relação ao valor atribuído a esses cativos, vale destacar que os escravos com ofícios de campeiro e domador apresentaram valores, em sua maioria, mais expressivos que os demais. Foi assim com os cativos: Simão e Bernardo, de propriedade de João Carneiro Lobo. Bernardo com 26 anos, africano, ofício de campeiro, avaliado em 600\$000 (seiscentos mil réis) e Simão com 30 anos, também africano, roceiro, avaliado em 300\$000 (trezentos mil réis).

A documentação mostra que o registro da especialização dos cativos foi atribuído tanto aos crioulos, quanto aos africanos. A tarefa de peão, na vila castrense, assim como nas estâncias do Rio Grande do Sul (OSÓRIO, 2005) era desempenhada por escravos de todas as origens, ou seja, tanto os africanos quanto os crioulos desempenhavam essa atividade.

Os cativos que tiveram suas profissões registradas nos inventários, quase todos são masculinos. A ocupação dos escravos na vila castrense, embora não fosse regra, deu-se em maior parte nos plantéis com maior número de escravos. Além disso, esteve na maioria dos casos relacionada ao escravo do sexo masculino. Encontra-se apenas duas mulheres com designação de ofícios: Maria, com 20 anos, costureira e Gertrudes, 18 anos, fiandeira. Essas cativas pertenciam a Francisco Xavier da Silva, inventariado em 1829. Entre os bens arrolados constaram 78 escravos (sendo 34 mulheres, correspondente a 43,5% dos cativos desse plantel).

Tais documentos pesquisados trazem informações e vestígios para inúmeras possibilidades, algumas tratadas discretamente neste capítulo e no seguinte, mas que não descarta outros olhares, conforme o enfoque que queira tratar, seja sobre os sujeitos, o cotidiano, as sociedades, as relações de sociabilidade, relações de poder, entre outros.

CAPÍTULO 3

COMPOSIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FORTUNA INVENTARIADA EM CASTRO (1820-1844)

O presente capítulo ocupa-se da análise dos bens arrolados nos inventários *post mortem*, abertos na Vila de Castro, no período entre 1820-1844. Pretende-se adentrar nas especificidades da vida material dos inventariados, a fim de compreender parte da dinâmica da distribuição dos recursos apresentados, através dos dados encontrados nessa documentação. Tentou-se delinear o perfil dessas fortunas, buscando perceber as variáveis de concentração de riqueza.

Neste contexto, o termo “fortuna³⁹” é entendido no sentido material, de posse de qualquer bem, de “haveres” (independente se muitos ou poucos) (MATTOSO, 1992, p.608). Segundo João Fragoso (1998), o “estudo das fortunas é um dos meios para se identificar a lógica que perpassa o processo de reprodução da sociedade” (FRAGOSO, 1998, p.334). A fortuna é, portanto, de fundamental importância na compreensão do funcionamento destas sociedades.

Para melhor visualização das fortunas construídas pelos inventariados da Vila de Castro, agregou-se os bens arrolados nas seguintes categorias: bens de raiz (propriedade de terras e moradias), bens escravos, animais (vacuns, cavalares e muares) e outros (ferramentas, ouro, prata, trastes domésticos, enxovais, etc.). Convém ressaltar que em alguns inventários cativos e animais aparecem incluídos na mesma categoria, porém, neste estudo optou-se em analisá-los separadamente. Deste modo, esses ativos foram dispostos em quadros, a fim de serem comparados entre si.

Estratificou-se as fortunas dos inventariados em oito categorias por monte mor, a fim de delinear-se seus perfis socioeconômicos, assim como demonstrar a distribuição da fortuna de acordo com cada categoria. Para essa classificação recorreu-se, sobretudo, ao modelo proposto por Kátia Mattoso quando analisou a riqueza na Bahia do século XIX. Porém, levando em consideração as peculiaridades regionais, optou-se em fazer algumas alterações. Para o período de 1801-1889, a autora classificou as fortunas em Salvador a partir dos seguintes critérios: 1) muito pequenas: até 200 mil réis; 2) pequenas: de 201 mil réis a 1 conto de réis; 3) médias baixas: de 1 conto e 100 mil réis até 2 contos; 4) médias: de 2 contos e 100

³⁹ Sheila de Castro Faria utiliza o termo num sentido mais diversificado, compreendendo também como “destino”, “fardo”, “sorte” (FARIA, 1998, p.21).

mil réis até 10 contos; 5) médias altas: de 10 contos e 100 mil réis até 50 contos; 6) grandes baixas: de 50 contos e 100 mil réis até 200 contos; 7) grandes médias: de 200 contos e 100 mil réis até 500 contos; 8) grandes: de 500 contos e 100 mil réis a mil contos de réis. (MATTOSO, 1992, p.608). Entretanto, nosso modelo de análise segue conforme quadro abaixo:

QUADRO 03 CLASSIFICAÇÃO DAS FORTUNAS DOS ESCRAVISTAS. VILA DE CASTRO – 1820/1844 (EM CONTOS DE RÉIS)

Faixas de fortunas	Valor Monte-Mor Bruto	Número de inventariados	%
Muito pequenas	Até 500\$000	16	14,7
Pequenas	500\$001 a 1:000\$000	11	10,1
Média baixa	1:000\$001 a 3:000\$000	36	33,0
Média	3:000\$001 a 5:000\$000	13	11,9
Média alta	5:000\$001 a 10:000\$000	18	16,5
Grande baixa	10:000\$001 a 20:000\$000	07	6,5
Grande média	20:000\$001 a 100:000\$000	05	4,6
Grande alta	Acima de 100:000\$000	03	2,7
TOTAL		109	100,0

FONTE: MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Conjunto de inventários *post mortem* de proprietários de escravos da Vila de Castro. 1820-1844.

A economia castrense, na qual se refere, é relativamente pobre, se comparada, por exemplo, com os negócios desenvolvidos na Bahia ou no Rio de Janeiro na mesma época. Um indivíduo considerado rico nos Campos Gerais do Paraná, não o seria, necessariamente em Salvador ou no Rio de Janeiro.

Enquanto Kátia Mattoso apresenta nos inventários dos baianos de 1801-1889, uma das maiores fortunas como sendo no valor de 716:247\$000 (setecentos e dezesseis contos, duzentos e quarenta e sete mil réis) (MATTOSO, 1992), e João Fragoso, nos inventários fluminenses de 1794-1846, uma sólida fortuna calculada no valor de 926:757\$480 (novecentos e vinte e seis contos, setecentos e cinquenta e sete mil e quatrocentos e oitenta réis) (FRAGOSO, 1998), na Vila de Castro, a maior fortuna pessoal encontrada nos

inventários foi de 156:395\$460 (cento e cinquenta e seis contos, trezentos e noventa e cinco mil e quatrocentos e sessenta réis)⁴⁰.

De acordo com a classificação exposta acima, no quadro 03 é possível observar que a maioria dos inventariados pesquisados possuía um patrimônio que não ultrapassava dez contos de réis. 94 dos inventariados pesquisados (pouco mais de 86%) transitavam entre as faixas muito pequenas a média alta, não alcançavam a faixa grande baixa (10:00\$001 a 20:000\$000). Ao contrastar esses dados com as observações levantadas por Kátia Mattoso para a Bahia do oitocentos, verifica-se que muitos inventariados da Vila de Castro não alcançariam a classe dos ricos. Mattoso ressalta que em Salvador, um sujeito “com mais de 10:100 de réis já era rico, especialmente na primeira metade do século XIX” (MATTOSO, 1992, p.609). Em Castro, um indivíduo com fortunas acima de 10:000\$000 (dez contos de réis) possuía um patrimônio mais diversificado e contava com posse de terras, animais e maior plantel escravo.

Dos 109 inventários analisados vinte sete (24,5%) tiveram suas fortunas avaliadas em até um conto de réis; trinta e seis (33%) possuíam um patrimônio que somava acima de 1 a 3 contos de réis; na faixa média encontra-se treze (12%); dezoito na média alta (16,5%); sete na faixa grande baixa (6,5%); na grande média apenas cinco proprietários, correspondendo a 4,5% ; e por fim, na faixa grande alta 3 inventariados, correspondendo a aproximadamente 3% do percentual dos inventários estudados.

Na sequência realizar-se-á uma análise do patrimônio dos inventariados considerando as faixas de fortunas estabelecidas.

3.1 Fortunas muito pequenas

Os inventariados com patrimônios calculados até 500\$000 (quinhentos mil réis) somavam 16, equivalendo a 14,5% dos documentos pesquisados. Apesar de possuírem cativos, não eram considerados afortunados, em comparação aos das faixas altas. Em alguns casos, a fortuna inventariada resumia-se apenas na posse de cativos, mas em geral, essa variava entre 1 ou 2 escravos, poucos animais, algumas ferramentas, móveis e raramente com bens de raiz.

⁴⁰ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de João Carneiro Lobo. Livro Tombo: 1840. Castro, 1844

Para melhor visualização das fortunas dos inventariados analisados, de modo a distinguir níveis ou limiares, agrupou-se os bens arrolados nas seguintes categorias: escravos; raiz (propriedades de terras e moradias); animais e outros bens (que englobam desde ferramentas, móveis, mobílias, jóias, dinheiro e outros), conforme quadro seguinte:

QUADRO 04 PATRIMÔNIOS ESCRAVISTAS (ATÉ 500 MIL RÉIS)

INVENTARIADOS	MONTE	ESCRAVOS		BENS DE RAIZ		ANIMAIS		OUTROS	
	MOR	%	RÉIS	%	RÉIS	%	RÉIS	%	RÉIS
Ana Gertrudes do Sacramento	111\$480	89	100\$000		N/P*	6	7\$000	5	4\$480
Manoel Nunes Siqueira	171\$760	67	115\$000		N/P*	7,5	12\$500	25,5	44\$260
Angelo da Silva e Maria de Almeida	208\$900	11,5	24\$000	67	140\$000	10	20.400	11,5	24\$500
Ana Maria Paes	243\$680	82	200\$000	4	10\$000	5,5	12\$160	8,5	21\$520
Catharina Theodora da Silva	294\$649	59	173\$954	11	33\$332	30	89\$760		N/P*
Ana Felícia	297\$000	100	297\$000		N/P*		N/P*		N/P*
Antonio Martins Lemos	307\$060	71,5	220\$000	16,5	50\$000		N/P*	12	37\$060
Margarida Rodrigues da Silva	312\$960	96,7	302\$400		N/P*		N/P*	3,3	10\$560
Miguel Antonio Antunes	355\$960	70	250\$000		N/P*	26	92\$320	4	13\$640
Elena Pires da Silva	372\$880	74	275\$000	13	49\$000	8	29\$000	5	19\$680
Ignacia Ferreira Bueno	384\$500	60	230\$000		N/P*	29	111\$600	11	42\$900
Joaquim Barboza Rego	402\$690	69,5	280\$000	8	32\$130	21	85\$600	1,5	4\$960
Maria Thereza de Jesus	432\$540	45,5	196\$000	3	12\$000		N/P*	51,5	224\$540
Izabel Maria de Mello	435\$000	73,5	320\$000		N/P*	26,5	115\$000		N/P*
Antonio Luis Duarte	452\$760	22	100\$000	40	180\$000	18,5	84\$200	19,5	88\$560
Joaquim Pinheiro	485\$540	61,5	300\$000		N/P*	33,5	162\$480	5	23\$060

FONTE: MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Conjunto de inventários *post mortem* de donos de escravos. Vila de Castro (1820-1844).

*N/P: Não Possui

Pelos dados do quadro 04, a riqueza dos incluídos na faixa das fortunas muito pequenas, contemplava principalmente a posse de escravos, animais, bens de raiz e alguns poucos móveis. Na verdade, 13 dos inventariados desta faixa concentraram a maior parte de

sua riqueza na posse escrava. Foi assim, em 1826, com Elena Pires da Silva⁴¹; entre os bens arrolados constaram: 3 escravos (equivalendo a 74% do total de sua fortuna); um sítio com morada de casas e campos com terras lavradas (correspondendo a 13% da fatia do seu monte mor); animais: 5 cavalos e uma vaca (somando 8%) e 3 machados, uma enxada, uma arma, uma par de canastras, uma panela e dois catres (equivalente a 5% da soma total dos bens inventariados).

Situação semelhante aconteceu com Joaquim Barboza Rego⁴², em 1822. Entre os bens arrolados listavam: o escravo João, com 20 anos; um sítio com terras, campos e uma casa coberta de telhas; alguns animais: 11 vacas, 3 cavalos, 10 éguas e um casal de ovelhas; outros bens: um machado, três foices, um lombinho e um catre. Joaquim Barboza Rego possuía um patrimônio calculado em 402\$690 (quatrocentos e dois mil e seiscentos e noventa réis). O cativo João correspondia a quase 70% do valor da sua fortuna; os animais somavam 21%; o sítio e a morada de casa equivaliam a 8%; e os outros bens menos de 2%.

Nessa faixa, a média de escravos por plantel ficou em quase dois cativos por proprietários (1,8). Metade dos inventariados possuía apenas um cativo. Quatro chegaram ao final de suas vidas com dois escravos cada um. Como foi, por exemplo, o caso de Ana Felícia⁴³. Em 1821, com um patrimônio calculado em 297\$000 (duzentos e noventa e sete mil réis) que consistia em apenas duas cativas: Thereza e Maria. Em 1825 a fortuna de Margarida Rodrigues da Silva⁴⁴ era constituída pela escrava Genoveva, com filho pequeno e um par de brincos de ouro. Outro caso, foi de Antonio Martins Lemos⁴⁵, em 1837, entre os bens arrolados estavam dois escravos: Joaquim, com 60 anos e João, com 89 anos. Também em 1835, Ignácia Ferreira Bueno⁴⁶ possuía dois cativos: Juliana e Manoel.

As inventariadas Elena Pires da Silva⁴⁷ e Maria Thereza de Jesus⁴⁸ possuíam três escravos cada uma. Os documentos das duas foram abertos na década de 1820, da primeira

⁴¹ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Elena Pires da Silva. Livro Tombo: 1820. Castro, 1826.

⁴² MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Joaquim Barboza Rego. Livro Tombo: 1820. Castro, 1822.

⁴³ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Ana Felícia. Livro Tombo: 1820. Castro, 1821.

⁴⁴ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Margarida Rodrigues da Silva. Livro Tombo: 1820. Castro, 1825.

⁴⁵ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Antonio Martins Lemos. Livro Tombo: 1830. Castro, 1837.

⁴⁶ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Ignácia Ferreira Bueno. Livro Tombo: 1830. Castro, 1825.

⁴⁷ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Elena Pires da Silva. Livro Tombo: 1820. Castro, 1826.

⁴⁸ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Maria Thereza de Jesus. Livro Tombo: 1820. Castro, 1824.

em 1826 e da segunda em 1824. Nos bens de Elena Pires da Silva constaram: uma propriedade de terra, alguns animais, ferramentas e os escravos: Maria, do Congo, com 20 anos, Pedro, mulato, com 4 anos e a mulatinha Casemira, com 6 meses. Os cativos correspondiam a mais de 70% do total da fortuna da inventariada.

No inventário de Maria Thereza de Jesus foram arrolados três escravos: Vitória, com 35 anos, Benedito, com 6 anos e Benedita, com 1 anos de idade; uma casa com quintal; 2 catres; uma gamela; 2 machados; 2 enxadas; uma marca de marcar animais; um prato de estanho; 4 saias; uma camisa de linho; um cobertor de lã e 5 varas de algodão. A posse escrava mantinha uma fatia significativa na soma total da fortuna. Porém, neste caso, o cálculo das ferramentas e vestimentas equivalem a pouco mais da metade do percentual de seu patrimônio inventariado.

Dos inventariados incluídos na faixa das fortunas muito pequena, apenas Catharina Theodora da Silva⁴⁹ era proprietária de cinco escravos. Dos bens inventariados listaram-se: um sítio com terras lavradas; 21 vacas; 10 éguas e potros; e os cativos: Maria, Benedito, Manoel, Júlia e Teobaldo. O patrimônio da inventariada somava 294\$649 (duzentos e noventa e quatro mil e seiscentos e quarenta e nove réis). Os cinco cativos juntos correspondiam a 173\$954 (cento e setenta e três mil e novecentos e cinquenta e quatro réis). Diante desses dados, curiosamente questiona-se: quais as especificidades dos cativos do plantel de Catharina Theodora da Silva? Adentrando nas singularidades da documentação, constatou-se que os cativos: Maria, Benedito, Manoel e Júlia, apesar de constarem no rol do inventário, seus valores são calculados considerando partes desses, pois esses não são propriedade exclusiva da inventariada. Cabe a ela, apenas parte dos quatro cativos. A posse desses são resultados de uma herança deixada pelo seu sogro.

Observa-se também nesta faixa, a presença de animais no patrimônio desses inventariados. Joaquim Pinheiro⁵⁰, em 1833, possuía um patrimônio orçado em 485\$540 (quatrocentos e oitenta e cinco mil e quinhentos e quarenta réis). Entre os bens arrolados constaram: 3 catres, 4 janelas, 6 portas, 3 bancos, uma mesa com gavetas e 1.500 telhas; dois cativos: Maria e Francisco; alguns animais: 34 vacas, 3 cavalos, 7 éguas e 30 ovelhas. Da soma total do seu monte mor, os animais correspondiam a 162\$480 (cento e sessenta e dois mil e quatrocentos e oitenta réis), equivalente a quase 34% do valor de sua fortuna.

⁴⁹ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Catharina Theodora da Silva. Livro Tombo: 1820. Castro, 1821.

⁵⁰ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Joaquim Pinheiro. Livro Tombo: 1830. Castro, 1833.

Na faixa de fortunas muito pequenas, em apenas quatro inventários não foram constatados a presença de animais. Foram os casos de: Antonio Martins Lemos, em 1837; Maria Thereza de Jesus, em 1824; Ana Felícia, em 1821; e em 1825, Margarida Rodrigues da Silva. Convém destacar que mais de 85% dos inventariados incluídos nesta faixa tiveram suas fortunas concentraram na posse de escravos.

Ainda nessa faixa das fortunas muito pequenas, observa-se que mais da metade (53,5%) desses proprietários de escravos, não eram possuidores de propriedade de terras, nem moradia. Como exemplo do que afirma-se, tem-se o caso de Ana Gertrudes do Sacramento, falecida em 1831. Nomeou três herdeiros: “Antonio (falecido); Maria Thereza, 50 anos, casada; Josefa de tal, também casada”⁵¹. Não era afortunada, apesar de possuir uma escrava. Tinha três vacas, um par de canastras velhas, um catre tecido de couro, uma mesa, um caldeirão de cobre e um tacho pequeno.

“Mulher pobre”, Ana Gertrudes, não possuía morada de casa, nem propriedade de terras. O documento não informa onde morava a inventariada com sua escrava. Estamos diante de uma sociedade campeira, na qual, alguns são proprietários de diversas fazendas, que contavam com a mão de obra livre e escrava. Cacilda Machado (2008) em estudo sobre a população de São José dos Pinhais, do início do século XIX, ressaltou a presença de pessoas residindo como agregados em alguns domicílios dessa região, especialmente nos chefiados por mulheres. Nesse caso, a presença de mais um membro residindo no domicílio era considerado mais um benefício do que um fardo.

De acordo com a autora supracitada, os dados, geralmente não trazem informações de vínculos parentais, nem mesmo detalhes sobre as ocupações exercidas por esses agregados. Entretanto, “possivelmente a maior parte deles trabalhavam na lavoura ou no serviço doméstico, como, de resto, o conjunto da população do lugar” (MACHADO, 2008, p. 117).

Os inventários não mencionam a presença de agregados, porém, não é descartada a possibilidade desses “pobres” donos de escravos, “sem moradia” da Vila de Castro viverem prestando serviços em fazendas vizinhas, ou pudessem viver em terras alugadas, e quem sabe, tivessem a permissão de um lote de terra para nele morar e criar um pequeno rebanho de gado, o que pode, por exemplo, ter acontecido com Ana Gertrudes do Sacramento.

Por outro lado, também se pode levantar a hipótese de que esses inventariados que não possuíam moradas de casas, ou propriedades de terras, mas eram donos de escravos e animais, ocupavam-se na propriedade de pais ou sogros. A permissão dos pais ou sogros à moradia e

⁵¹ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Ana Gertrudes do Sacramento. Tombo: 1830. Vila de Castro, 1831.

ao trabalho em suas terras era possível devido ao tamanho das áreas, próprias ou alugadas, que excediam, em muito, as necessidades do casal (MACHADO, 2008). As referências à moradia ou ocupação de terras, por parte de filhos ou genros, não eram absolutamente necessárias nos inventários.

3.2 Pequenas fortunas

Na faixa de fortunas pequenas, que somaram acima de 501 a 1\$000, correspondeu a um número de 11 inventariados, equivalente a 10% do percentual pesquisado. Entre esses, encontrou-se Francisco Ricardo de Oliveira⁵², inventariado em 1821, com uma fortuna avaliada em 903\$160 (novecentos e três mil e cento e sessenta réis). Seus bens constaram 2 “casas de morar”, ambas cobertas de telhas e situadas na Vila de Castro, uma com três portas e uma janela e a outra com seis portas e três janelas; um sítio com campos e terras lavradas.

Nessa propriedade, em 1821, ele criava 13 vacas com crias, 24 novilhas, 15 bois, 25 éguas, 16 cavalos e um potro. No interior das “casas de morar” havia alguns móveis e ferramentas: uma mesa de pinho, outra mesa com gaveta, seis talheres, uma chocolateira, 4 panelas de ferro, 10 pratos de estanhos, uma bacia de arame, 2 pares de canastras, 2 catres, um machado velho, 7 cangalhas e um par de esporas de prata.

Francisco Ricardo nomeou somente um herdeiro, Policarpo, com 16 anos. Possuía 4 jovens escravos: Antonio, 16 anos; Benedito, 12 anos; Evaristo, com 10 anos e Benedita de apenas 4 anos de idade. Entre os bens inventariados não constava senzala. Uma das casas foi avaliada em 4\$000 (quatro mil réis) e a outra em 2\$000 (dois mil réis).

Embora, nas fontes não apareça declarada a profissão de Francisco Ricardo é provável que ele tivesse envolvimento com as atividades de transportes de cargas de uma região a outra, a julgar pelo número de cavalos e cangalhas arrolados em seu inventário.

A fortuna de Francisco incluía bens de raiz, escravos, animais, ferramentas e móveis. Porém, a maior concentração da riqueza consistiu na propriedade de animais e escravos. Os animais de Francisco Ricardo de Oliveira corresponderam a 50% da fatia de seu patrimônio inventariado e os cativos foram equivalentes a quase 34% do total.

⁵² MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Francisco Ricardo de Oliveira. Tombo: 1820. Vila de Castro, 1821.

Na faixa das fortunas pequenas, todos os inventariados possuíam animais, como pode ser observado no quadro 05.

QUADRO 05 PATRIMÔNIOS ESCRAVISTAS (ENTRE 500\$001 A 1:000\$000)

INVENTARIADOS	MONTE MOR	ESCRAVOS		BENS DE RAIZ		ANIMAIS		OUTROS	
		%	RÉIS	%	RÉIS	%	RÉIS	%	RÉIS
Antonio Alves Alberto	516\$960	85,3	441\$000	13,5	70\$000	1	5\$000	0,2	\$960
Sebastião Subtil de Oliveira	527\$400	73	384\$000	N/P*		27	143\$400	N/P*	
José Subtil de Oliveira	612\$000	65,5	400\$000	1,5	10\$000	3	18\$000	30	184\$000
João Martins de Oliveira	647\$663	47	304\$800	3	20\$000	31	202\$240	14,5	94\$575
Ana de Quadros de Oliveira	654\$360	13,7	89\$600	N/P*		42,3	275\$720	44	289\$040
João Baptista Pinto	683\$770	19	128\$000	3	21\$600	38	259\$000	40	275\$170
Manoel Pinto dos Santos Lange	691\$620	82	569\$200	N/P*		18	125\$060	N/P*	
Luciana das Dolores	745\$760	66,2	493\$760	N/P*		10,8	81\$100	23	170\$900
Francisco de Quadros	900\$760	88,8	800\$000	2,2	20\$000	7	62\$000	2	120\$760
Francisco Ricardo de Oliveira	903\$160	33,5	301\$200	11,5	106\$000	50	452\$240	5	43\$720
Francisco Ferreira Alberma	915\$280	65,5	600\$00	23	212\$000	8	71\$880	3,5	31\$400

FONTE: MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Conjunto de inventários *post mortem* de donos de escravos da Vila de Castro (1820-1844).

N/P: Não Possui

Nessas pequenas fortunas, encontrou-se uma média de 3 escravos por inventariado. Apesar da presença frequente da posse de animais, a riqueza em mais de 63% dos inventários consistiu na posse de escravos. Foi assim com Manoel Pinto dos Santos Lange⁵³. Dos bens arrolados constaram: 6 escravos: Ignacio com 40 anos, Antonio com 32 anos, Gertrudes com 36 anos, Romualda com 38 anos, Reginalda com 10 anos e Felicidade com 1 ano; 18 vacas com crias; 5 vacas soltas; 5 novilhas; 6 touros; 6 éguas; uma mula; um potro; duas foices; dois machados e uma enxada. O patrimônio do inventariado foi calculado em 691\$620 (seiscentos e noventa e um mil e seiscentos e vinte réis). A soma dos cativos foi equivalente a 82% do seu monte mor.

Os dados nos mostram que entre os pequenos afortunados, assim como nos muito pequenos, a posse escrava equivalia a maior fatia na soma dos patrimônios avaliados. Porém,

⁵³ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Manoel Pinto dos Santos Lange. Tombo: 1820. Vila de Castro, 1820.

na faixa das fortunas pequenas, a posse de animais atingiu um nível mais expressivo na soma do montante dos inventariados.

De modo geral, nessas duas primeiras faixas, a pobreza era remediada com atividades na lavoura, pecuária e contava com pequenos plantéis escravos. E como afirma Kátia Mattoso, com “um ou dois cativos que, mesmo sem grande qualificação, somavam alguma coisa ao orçamento familiar” (MATTOSO, 1992, p.609). A posse escrava nessas duas faixas de fortunas se caracteriza por pequenos plantéis.

3.3 Fortunas médias baixas

Os inventariados cujas fortunas foram classificadas como médias baixas, avaliadas entre 1:000\$001 (um mil contos e um réis) e 3:000\$000 (três mil contos de réis) corresponderam a 36, equivalendo a 33% do total pesquisado. Entre estes, a média de escravos por proprietário saltou de 3 do grupo anterior, para 4,6. A partir dessa faixa, além da posse escrava e animais, os bens de raiz e outros bens ganharam uma maior participação. Observar quadro 06 abaixo:

QUADRO 06 PATRIMÔNIOS ESCRAVISTAS (ENTRE 1:000\$001 A 3:000\$000)

INVENTARIADOS	MONTE MOR	ESCRAVOS		BENS DE RAIZ		ANIMAIS		OUTROS BENS	
		%	RÉIS	%	RÉIS	%	RÉIS	%	RÉIS
Joaquim Antonio Moreira	1:018\$660	54,8	558\$000	22,5	230\$000	1	9\$400	21,7	221\$260
Margarida Pinheiro	1:029\$680	19,5	200\$000	19,5	200\$000	46	473\$400	15	156\$280
José Lemes de Godoy	1:030\$180	46,5	480\$000	39	400\$000	13	135\$000	1,5	15\$180
Sebastião Bicudo	1:038\$640	41	425\$600	15	155\$000	18,5	193\$500	25,5	264\$540
Francisco Rodriguez de Araújo	1:072\$880	42	450\$000	N/P*		54	581\$000	4	41\$880
Antonia Pinto Sampaio	1:082\$840	72,5	787\$000	10,5	110\$000	N/P*		17	185\$840
Francisco Borges de Oliveira	1:088\$970	46	500\$000	N/P*		15	162\$400	39	426\$570
Joaquim Bernardo Chaves	1:100\$000	100	1:100\$000	N/P*		N/P*		N/P*	
Ana Luiza Ferreira	1:128\$480	9	100\$000	22	250\$000	4	42\$400	65	736\$080
Felícia Maria de Jesus	1:117\$680	75,5	844\$800	20,5	226\$000	4	44\$480	N/P*	
Luzia de Sá	1:158\$760	69	800\$000	2	23\$000	23,5	271\$800	5,5	63\$960

Miguel Sutil de Oliveira	1:264\$680	51,5 654\$600	24,5 310\$000	13,5 169\$640	10,5 130\$440
João Marcos da Silva	1:301\$283	61,5 800\$000	37,5 488\$403	0,7 10\$000	0,3 2\$880
Anna Barboza	1:331\$000	89,5 1:190\$000	3 42\$000	6 80\$000	1,5 19\$000
Bento da Rocha Carvalhaes	1:335\$700	64,5 864\$000	15 200\$000	14 185\$000	6,5 86\$700
Francisco Machado e Silva	1:453\$690	41 600\$000	10,5 150\$000	17 244\$000	31,5 459\$690
José Francisco da Silva	1:541\$908	94,7 1:460\$000	3,6 56\$000	N/P*	1,7 25\$908
Bernarda Soares de Oliveira	1:588\$580	44,5 707\$200	4 63\$200	2 32\$940	49,5 785\$240
Maria Caetana	1:657\$240	75 1:240\$000	13 220\$000	9,5 160\$200	2,5 37\$040
Antonio Rodrigues Penteado	1:671\$280	77 1:290\$000	3,5 60\$000	14,5 239\$040	5 82\$240
Ignácia da Silva Lara	1:702\$740	44 749\$600	27 466\$000	6 101\$000	23 386\$140
Brizido da Silva Furtado	1:707\$823	32,5 550\$400	30,5 520\$000	24 416\$600	13 220\$823
José Francisco Ferreira	1:839\$160	32 - 590\$000	23,5 430\$000	19 347\$660	25,5 471\$500
Antonio Ferreira de Anunciação	1:881\$500	54- 1:020\$000	21 400\$000	11 214\$000	14 247\$500
Francisco Cordeiro de Alvarenga	2:101\$280	52,3 1:100\$000	32,8 690\$000	17 355\$920	1,7 36\$320
Thereza dos Santos Martins	2:141\$280	39,5 850\$000	58,5 1:250\$000	0,8 16\$000	1,2 25\$280
José Antunes de Oliveira	2:343\$680	38,5 900\$000	19 450\$000	24,5 574\$800	18 418\$880
Joaquim Pinto de Magalhães	2:452\$900	34,5 844\$800	16,5 406\$600	1,5 39\$000	47,5 1:162\$500
Luis Castanho	2:496\$580	72 1:804\$000	19,5 490\$000	6 144\$520	2,5 58\$060
Joana Bueno de Almeida	2:706\$450	97 2:628\$000	N/P*	1,2 31\$660	1,8 46\$790
Ana Maria do Espírito Santo	2:617\$160	17,5 460\$400	2,5 57\$600	14 362\$560	66 1:736\$600
Maria da Silva	2:675\$800	81 2:185\$600	14,2 380\$000	4,1 110\$000	N/P*
Francisco José de Paula	2:827\$340	51 1:470\$000	37 1:052\$000	9,5 264\$400	1,5 40\$940
Antonio Machado da Silva	2:936\$822	37 1:088\$000	13 382\$400	17 499\$480	33 966\$942
Joaquina Maria de Araújo	2:940\$260	30,5 900\$000	8,5 244\$000	35,5 1:039\$600	25,5 756\$660
Felipe Ferreira Bueno	2:942\$140	48,5 1:430\$000	4,5 128\$800	34 1:002\$600	13 380\$740

FONTE: MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Conjunto de inventários *post mortem* de donos de escravos da Vila de Castro (1820-1844).

*N/P: Não Possui

Conforme apresentado no quadro 06, apenas 4 inventariados não possuíam bens de raiz: Francisco Rodriguez de Araújo⁵⁴, Joana Bueno de Almeida⁵⁵, Francisco Borges de Oliveira⁵⁶ e Joaquim Bernardo Chaves⁵⁷. Em 1837, a fortuna inventariada do último foi avaliada em 1:100\$000 (um conto e cem mil réis) e consistia somente na posse de quatro cativos: Maria, Joaquim, Pedro e Vicência.

Joana Bueno de Almeida, em 1834, possuía um patrimônio calculado em 2:706\$450 (dois contos, setecentos e seis mil e quatrocentos réis). Dos bens inventariados constaram: 8 escravos: Eduardo, Manoel, Ana, Genoveva, Joaquim, Felício, Dionízio com 50 anos e outro Dionízio com 12 anos, 3 vacas, 2 novilhas, uma égua, um touro, um par de canastras, uma rede, uma saia de chita, uma mantilha, uma toalha de algodão, um casal de colheres de prata, um par de botões de ouro e um par de bichas de pedras.

No inventário de Joana Bueno de Almeida, como já mencionado, não consta propriedade de terras, nem moradas de casas. A soma dos animais correspondeu a pouco mais de 1% do valor de sua fortuna, os *outros bens*⁵⁸, equivalia a quase 2% do percentual inventariado. A riqueza desta inventariada, como de Joaquim Bernardo Chaves, consistia na posse escrava, ou seja, os oito cativos de Joana corresponderam a 97% do valor do seu monte mor.

Situação semelhante aconteceu com o patrimônio de Francisco Borges de Oliveira, aberto em 1841. Dos bens inventariados constaram: os escravos Simão e Gertrudes, 2 cavalos, 8 éguas, 5 vacas com crias, 5 bois, 2 casacas, um vestido azul, uma calça de casimira, um boné, 2 armas de fogo, um tabuco, um serrote, 2 machados, 2 foices, um tacho e 6 pares de colheres e garfos de prata, tudo avaliados em 1:088\$970 (um conto, oitenta e oito mil e novecentos e setenta réis). A soma dos animais correspondeu a 15% do total de sua fortuna, os outros bens a 39%, e por fim, os dois cativos concentraram a 46%, quase metade do valor de seu monte mor.

O inventário de Francisco Rodriguez de Araújo foi aberto em 1842. Dos bens arrolados constaram: o escravo Francisco, 11 éguas, 5 potros, um touro, 5 novilhas, 10 bois, 30 vacas, 7 terneiros, 8 cavalos, 4 mulas, 4 potrancas, um par de canastras, uma enxada, dois

⁵⁴ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Francisco Rodriguez de Araújo. Tombo: 1840. Vila de Castro, 1842.

⁵⁵ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Joana Bueno de Almeida. Tombo: 1830. Vila de Castro, 1834.

⁵⁶ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Francisco Borges de Oliveira. Tombo: 1840. Vila de Castro, 1841.

⁵⁷ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Joaquim Bernardo Chaves. Tombo: 1830. Vila de Castro, 1837.

⁵⁸ Grifo nosso.

machados, uma cavadeira, uma tesoura, uma foice, um facão, um ferro de engomar, 2 painéis de ferro, 2 chaleiras, 3 pares de bichas, outro par de bichas de pedras, 2 cruzeiros de ouro, uma fivela de cinto, um par de esporas de prata e uma bomba de prata. Os bens inventariados foram avaliados em 1:072\$880 (um conto, setenta e dois mil e oitocentos e oitenta réis). O cativo Francisco correspondeu a 42% do valor da sua fortuna e os outros bens equivalia a 4% do total de seu monte mor. A concentração de riqueza consistiu na posse de animais.

A documentação informa que, na ocasião do falecimento do inventariado, a maioria dos animais arrolados encontrava-se na Vila de Lages - Província de Santa Catarina - prontos a seguirem em direção a Vila de Castro. Como aponta a documentação, com certeza, Francisco Rodriguez de Araújo foi um dos pequenos proprietários da Vila de Castro que negociava animais em outras províncias do Império.

Em 1837, faleceu no sítio São José, Thereza dos Santos Martins⁵⁹, deixando um patrimônio calculado em 2:141\$280 (dois contos, cento e quarenta e um mil e duzentos e oitenta réis). Em seus bens constou uma morada de casa, situada no sítio com campos, lavoura e um potreiro. Além do cultivo da terra, ela criava um cavalo, uma égua e três ovelhas. No interior da casa havia: 4 enxadas, 2 catres, uma caixa velha sem fechadura, uma sela velha, um capote de pano com gola e banda de veludinho, um par de brincos e um par de esporas de prata.

Thereza teve nove filhos: Francisco, Luciano, Anna Joaquina, José Antonio, Honória Balbina, João, Manoel, José Marques e Guilmar Balbina. A véspera de sua morte, somente cinco dos filhos encontravam presentes no distrito da Vila de Castro. Guilmar Balbina já havia falecido. E João, Manoel e José Marques estavam ausentes, em viagens para a Província do Rio Grande do Sul. A inventariada contava também com auxílio de três escravos: Ignácio, Bibiano e Antonia.

A documentação não apresenta detalhes a respeito dos negócios desenvolvidos na propriedade da inventariada, porém, é muito provável que se envolvesse nas atividades com aluguel de pastos e/ou venda de animais, a julgar pelo valor avaliado da sua propriedade, quantidade de animais e o valor atribuído ao potreiro. O sítio com a casa e potreiro somaram 1:250\$000 (um conto e duzentos e cinquenta mil réis), correspondendo a mais de 58% do montante da inventariada.

⁵⁹ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Thereza dos Santos Martins. Tombo: 1830. Vila de Castro, 1837.

A riqueza de Thereza dos Santos Martins, de fato, consistia nos bens de raiz, porém, a posse escrava não deixou de ser significativa. Os três cativos corresponderam a quase 40% do valor do seu monte mor.

Observa-se nessa faixa de fortuna que os inventariados passaram a contar com pouco mais de bens diversificados, como foi, por exemplo, em 1826, o caso de Ana Maria do Espírito Santo⁶⁰. Dos bens arrolados constaram: 3 cativos: Manoel, Miguel e Florisbela; 13 mulas, 3 éguas, 5 cavalos, 3 moradas de casas, 6 catres, 2 pares de canastras, 3 barris velhos, um ancorote, uma caixa pequena, uma espingarda, uma pistola, uma balança, 7 garrafas de vidros, um frasco de vidro, uma chocolateira de cobre, um tacho, 2 rosários de ouro com crucifixos, um par de brincos de ouro, dois pares de esporas de prata, 2 cangalhas velhas, um laço, uma enxada e um machado.

O patrimônio de Ana Maria foi calculado em 2:617\$160 (dois contos, seiscentos e dezessete mil e cento e sessenta réis). A soma dos cativos correspondeu a quase 18% do valor do monte mor; os animais equivaleram a 14%, os bens de raiz a menos de 3%, e os outros bens foram responsáveis por 66% da fatia de sua fortuna.

Diferente do patrimônio de Thereza dos Santos Martins, mencionada anteriormente, em que sua riqueza concentrou-se nos bens de raiz, o patrimônio de Ana Maria do Espírito Santo concentrou-se na posse de outros bens, principalmente nos itens de ouro, cuja posse gerava ostentação. Convém destacar que os objetos de ouro são listados com frequências nos inventários de Castro, e nos documentos com fortunas mais expressivas são apresentados em maiores quantidades.

3.4 Fortunas médias

A faixa das fortunas média é composta por 13 inventariados e caracterizou-se por apresentar fortunas variando de 3:000\$001 a 5:000\$000, cujos representantes eram possuidores de escravos e de animais. A média de cativos por proprietário ficou em torno de 6,7. À medida que as fortunas aumentam, nota-se um crescimento na posse escrava.

Enquanto a maioria dos inventariados incluídos na faixa muito pequena possuía no máximo 2 escravos, os inventários da faixa das fortunas médias oscilavam entre 1 a 13

⁶⁰ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Ana Maria do Espírito Santo. Tombo: 1820. Vila de Castro, 1826.

cativos por plantel. Também quase todos os inventariados incluídos nessa faixa, além da posse de escravos, possuíam animais e outros bens conforme o quadro 07.

QUADRO 07 PATRIMÔNIOS ESCRAVISTAS (ENTRE 3:000\$001 A 5:000\$000)

INVENTARIADOS	MONTE MOR	ESCRAVOS		BENS DE RAIZ		ANIMAIS		OUTROS	
		%	RÉIS	%	RÉIS	%	RÉIS	%	RÉIS
José de Souza Netto	3:079\$780	8	300\$000	19,5	596\$000	63	1:945\$060	9,5	238\$720
Delfina Carneiro	3:086\$020	75	2:317\$200	N/P*		16	487\$600	9	281\$220
Rosa do Espírito Santo	3:098\$200	48	1:491\$200	10,5	325\$600	11	340\$600	30,5	940\$800
Joaquim Antonio Pinto de Magalhães	3:161\$400	34,5	1:091\$200	10	316\$000	49,5	1:559\$00	6	195\$200
Antonio Pereira Lara	3:608\$000	44,5	1:600\$000	3	120\$000	32,5	1:167\$000	20	721\$000
Mª da Rocha Carvalhaes	3:609\$007	24,5	890\$800	27,5	992\$000	13	465\$210	35	1:260\$997
José Gaspar da Rocha Muniz	3:805\$188	51,5	1:950\$000	20	750\$000	16,5	629\$200	12	475\$988
Maria da Trindade	3:829\$220	37	1:420\$000	3,5	139\$000	31,5	1:211\$740	28	1:058\$480
Manoela Pires de Almeida	4:300\$000	49,5	2:130\$000	11,5	500\$000	7,5	319\$000	31,5	1:351\$000
Manoel Pereira Pinto	4:856\$367	41	1:980\$000	46,5	2:260\$000	6,5	330\$000	6	286\$367
Guiomar Balbina da Silva	4:845\$242	21,5	1:050\$000	3,5	174\$282	11,5	553\$480	63,5	3:067\$480
Domingos Pereira	4:883\$600	29	1:430\$000	N/P*		31	1:506\$400	40	1:947\$200
Margarida Soares Oliveira	4:095\$160	33,5	1:373\$600	10,5	416\$000	46,5	1:912\$740	9,5	392\$820

FONTE: MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Conjunto de inventários *post mortem* de donos de escravos da Vila de Castro (1820-1844).

N/P: Não Possui

Em apenas dois documentos não foi constatado a posse de bens de raiz. Foram os casos de Delfina Carneiro⁶¹ e de Domingos Pereira⁶². O inventário da primeira foi aberto em 1828, dos bens arrolados constaram: 3 cordões de ouro com Espírito Santo, um relicário com

⁶¹ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Delfina Carneiro. Tombo: 1820. Vila de Castro, 1828.

⁶² MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Domingos Pereira. Tombo: 1830. Vila de Castro, 1836.

correntes, um par de argolas de ouro, 2 pares de rosetas de ouro, 2 pares de brincos com pedras, 3 pentes, um par de estribos de prata, um freio de prata, um chapeado, 6 colheres e garfos de prata, um par de bocais de prata, um par de esporas de prata; os escravos: João, Bartolomeu, Antonio, José, Anastácio, Manoel, Agostinho, Ana, Thereza, Luzia e Benedita; 2 mulas, 9 cavalos, 4 éguas, uma junta de bois carreiros, 22 vacas, 12 novilhas e 38 carneiros.

O patrimônio de Delfina Carneiro somava 3:086\$020 (três contos, oitenta e seis mil e vinte réis). Era proprietária de 11 cativos: Antonio, Anastácio, Luzia e Benedito são identificados como gentis. O mulato João e José são nomeados com ofícios de alfaiate e aprendiz de ferreiro, respectivamente. A soma dos cativos de Delfina Carneiro correspondia a 75% do valor da sua fortuna.

O inventário de Domingos Pereira foi aberto em 1836. Os bens arrolados constaram: os escravos: João, José, Adão, Antonio e Ana; 37 cavalos, 2 potros, 33 éguas, um burro, 59 bois, 78 vacas, 6 machados, 3 enxadas, 3 foices, um formão, um tacho, 2 pares de canastras, uma espingarda, um par de esporas, um freio e 10 cargas de sal. O seu patrimônio inventariado foi calculado em 4:883\$600 (quatro contos, oitocentos e oitenta e três mil e seiscentos réis).

Apesar dos inventários de Delfina Carneiro e Domingos Pereira não constarem propriedade de terras, eles apresentam rebanhos de animais acima de 50 cabeças para cada um. Pelo que os dados indicam, a criação de animais não estava condicionada somente aos proprietários de terras e/ou fazendeiros dos Campos Gerais do Paraná. Horácio Gutierrez afirmou que em Castro, na primeira metade do século XIX, encontrava-se fazendas que dedicavam-se apenas ao aluguel dos pastos (GUTIERRÉZ, 1986, p.54). Se Delfina Carneiro não residisse em propriedade de familiares, como hipótese poderia estar criando seus animais alugando pastos de outros proprietários. E quem sabe, tenha encontrado possibilidade em propriedades como na de Thereza dos Santos Martins, mencionada anteriormente.

Na faixa das fortunas média, quase metade dos inventariados (6 inventários, equivalente a 46,5%) tiveram sua riqueza concentrada na posse escrava. Importante destacar que esses planteis eram constituídos por mais cativos que os das faixas anteriores. Margarida Soares de Oliveira⁶³ e Rosa do Espírito Santo⁶⁴, por exemplo, eram proprietárias de 13 cativos cada uma. Em 1828, no inventário de Delfina Carneiro⁶⁵ foram identificados, entre os bens

⁶³ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Margarida Soares de Oliveira. Tombo: 1820. Vila de Castro, 1823.

⁶⁴ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Rosa do Espírito Santo. Tombo: 1820. Vila de Castro, 1827.

⁶⁵ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Delfina Carneiro. Tombo: 1820. Vila de Castro, 1828.

arrolados, 11 cativos e em 1822, oito escravos no documento de Maria da Rocha Carvalhães⁶⁶. Desse modo, com uma fortuna acima de 3:000\$000 (três contos de réis) os moradores castrenses tiveram possibilidades de adquirirem maiores números de cativos e ampliarem seus investimentos.

Dos inventariados incluídos nessa faixa, 23% concentraram sua riqueza na posse de animais, foi o caso, por exemplo, de José de Souza Netto⁶⁷. Possuía 296 cabeças de animais bovinos, 69 equinos e um rebanho de 99 ovelhas. A sua fortuna foi calculada em 3:079\$780 (três contos, setenta e nove mil e setecentos e oitenta réis), e os animais foram avaliados em 1:945\$060 (um conto, novecentos e quarenta e cinco mil e sessenta réis), equivalente a 63% do valor de seu monte mor.

Outros 23% dos incluídos nesta faixa, tiveram sua riqueza concentrada na categoria outros bens, como foi o caso, por exemplo, de Guiomar Balbina da Silva⁶⁸, falecida em 1837. Dos bens inventariados constaram: os escravos José, Maria, Pedro e Luiz, uma casa coberta de telha com parte de campos, 31 vacas, 15 bois, 15 cavalos, 14 éguas, 7 cangalhas, 2 couros de vacas, um lombinho de couro cru, uma carreta com canga, 3 machados, 2 enxadas, 2 freios muares, um freio com 9 fivelas, uma tesoura, uma espingarda, uma pistola, um ferro de engomar, um penico de louça, 2 castiçais, 2 catres, 3 pares de canastras, um tacho, uma mesa de pinho, 2 bandejas, 5 casais de xícaras, um bule, um açucareiro, 11 pratos de louças, uma bacia de louça, 5 garrafas, um cinzeiro, uma chaleira de ferro, uma balança, 10 colheres de ferro, 4 facas, 4 garfos, 3 panelas de ferro, 2 cálices de vidro, 3 memórias de brilhantes, 4 imagens de santo de ouro, uma sapata de ouro, 5 coralinas, um rosário de contas de ouro, 24 contas de ouro, 4 figas de corais, um cordão de ouro com um coraçãozinho de ouro, um par de bichas de pedras, um par de esporas de prata, 20 oitavas de prata, um capote e uma mantilha de pano fino, um vestido de cetim, 3 redes, 3 colchas de baetas, 5 lençóis, 5 toalhas de algodão, um colchão, um travesseiro, 2 lenços de sedas, um cinto com fivela e um par de meias de seda. O patrimônio inventariado foi calculado em 4:845\$242 (quatro contos, oitocentos e quarenta e cinco mil e duzentos e quarenta e dois réis).

Guiomar Balbina da Silva possuía algumas dívidas ativas orçada no valor de 2:608\$380 (dois contos, seiscentos e oito mil e trezentos e oitenta réis), equivalendo a 54% da soma do seu monte mor. A documentação não informa a respeito da profissão da inventariada,

⁶⁶ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Maria da Rocha Carvalhães. Tombo: 1820. Vila de Castro, 1822.

⁶⁷ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de José de Souza Netto. Tombo: 1830. Vila de Castro, 1833.

⁶⁸ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Guiomar Balbina da Silva. Livro Tombo: 1830, Castro, 1837.

mas pelos dados, possivelmente atuasse como credora de pequenos valores aos moradores da Vila. Entre as pessoas listadas como devedoras, estão quatro cativos: Tomazia, Ignácio, João e Bibiano.

3.5 Fortunas médias altas

Na faixa das fortunas médias altas foram incluídos 18 inventariados, equivalente a 16,5% dos documentos pesquisados. Os componentes desse grupo eram donos de fortunas estabelecidas entre 5:000\$001 a 10:000\$000 contos de réis. A riqueza dos patrimônios inventariados consistiu principalmente na posse escrava, seguida dos animais e outros bens. Quase todos os inventariados possuíam propriedade de terras ou moradias, conforme observa-se no quadro 08:

QUADRO 08 PATRIMÔNIOS ESCRAVISTAS (ENTRE 5:000\$001 A 10:000\$000)

INVENTARIADOS	MONTE	ESCRAVOS	BENS DE	ANIMAIS	OUTROS
	MOR	% RÉIS	RAIZ % RÉIS	% RÉIS	% RÉIS
Manoel das Dores Machado	5:209\$560	56,7 2:955\$000	N/P*	17 881\$600	26,3 1:372\$960
Bernarda Moreira	5:320\$300	51 2:700\$000	8,5 466\$000	32 1:695\$780	8,5 458\$520
Francisco João Batista	5:280\$300	10 530\$000	9,5 500\$000	65,5 3:460\$400	15 789\$900
Francisco de Paula Ribas	6:367\$040	18 1:152\$000	21 1:325\$600	37 2:337\$720	24 1:551\$720
José Joaquim Monteiro de Mattos e Moraes	6:565\$510	24,5 1:608\$200	19,5 1:284\$000	44 2:895\$060	12 778\$250
Antonio Domingues Garcia	6:750\$016	45,5 3:060\$000	20,5 1:390\$000	16 1:086\$800	18 1:213\$216
Antonia Maria de Jesus	7:162\$740	39 2:812\$000	43 3:080\$000	15,5 1:109\$600	2,5 161\$140
Margarida da Luz	7:188\$767	31,5 2:260\$000	25,5 1:850\$000	0,3 21\$000	42,7 3:057\$367
João Batista Pereira	7:206\$391	N/E**	N/E**	N/E**	N/E**
Íria Balbina da Piedade	7:224\$541	28,5 2:050\$000	37,5 2:730\$000	5,5 370\$640	28,5 2:073\$901
Ana Josefa da Silva	7:477\$180	61 4:551\$200	21 1:582\$000	15,5 1:159\$260	2,5 184\$720
José Antonio Mello	7:624\$740	33,5 2:541\$200	0,5 50\$000	30 2:263\$700	36 2:769\$840
Joaquim Barbosa Leite	7:945\$920	32 2:552\$400	15,5 1:226\$800	50,5 4:025\$080	2 141\$640

Miguel da Rocha Carvalhaes	8:343\$980	22 1:815\$600	8,5 3:220\$000	5 407\$080	34,5 2:901\$3000
Joaquim José Teixeira	8:351\$460	48 4:012\$000	21,5 1:811\$500	15 1:254\$600	15,5 1:273\$360
José Maria de Lima	8:531\$576	23,5 2:000\$000	17,5 1:480\$000	4 352\$400	55 4:699\$176
Jeronimo Xavier de Lima e M ^a Candelaria	9:536\$800	38 3:632\$800	39,5 3:780\$000	9 855\$040	13,5 1:268\$960
Manoel Antonio da Costa Mesquita	9:937\$760	57 5:558\$000	2,5 240\$000	4 378\$000	36,5 3:561\$760

FONTE: MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Conjunto de inventários *post mortem* de donos de escravos da Vila de Castro (1820-1844).

*N/P Não possui

**N/E Não especificados

Observa-se no quadro 08 que as fortunas inventariadas são mais diversificadas. Quase todos os componentes dessa faixa possuíram escravos, animais, bens de raiz e outros bens. Na verdade, somente Manoel das Dores Machado⁶⁹ não possuía bens de raiz. Era proprietário de 7 cativos; alguns animais: 32 vacas e 52 cavalos e éguas; e algumas vestimentas: calças, coletes, jaquetas, ponchos, lenços, ceroulas, xales e camisas, esporas, tachos, armas, estribos, foices, machados, chicotes, esporas, cangalhas, rosários de ouros, crucifixos em ouro, imagens de santos em ouro, e ainda, 10 alqueires de algodão, 10 alqueires de feijão, uma roça de milho e uma de algodão.

O patrimônio de Manoel das Dores Machado foi calculado em 5:209\$560 (cinco contos, duzentos e nove mil e quinhentos e sessenta réis). A soma dos cativos equivalia a 56,7% do total de sua fortuna. Os animais correspondiam a 17% do seu monte mor; e os demais bens a 26,3% do seu montante. Pelos dados, os investimentos de Manoel das Dores Machado voltaram-se também às atividades de agricultura e pecuária.

De modo geral, os inventariados incluídos nesta faixa de fortuna possuíam de 2 a 37 cativos. A média de escravos por inventariado quase dobrou em relação a faixa anterior, ou seja, saltou de 6,7 para 12,5 cativos por proprietário.

O maior proprietário escravista desta faixa foi Joaquim Barboza Leite⁷⁰, falecido em 1823, na fazenda Tabor, com um plantel de 37 escravos. Entre os bens arrolados constaram: as casas da fazenda com mais benfeitorias, campos e terras, outra morada de casas cobertas de telhas, situada na Vila de Castro, 1.164 vacas, 425 bois, 60 carneiros, 20 burros e 46 bestas,

⁶⁹ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Manoel das Dores Machado. Tombo: 1840. Vila de Castro, 1842.

⁷⁰ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Joaquim Barboza Leite. Tombo: 1820. Vila de Castro, 1823.

40 éguas, 22 cavalos, 26 potros, um copo, um arreio com estribo de prata, meia libra de prata entre garfos e colheres, um par de esporas de prata, 2 tachos, 2 bacias de arames, um par de canastras, uma bandeja, um catre, 6 enxadas, 6 foices, 4 machados, 2 espingardas e um carro velho.

Os bens inventariados de Joaquim Barboza Leite foram avaliados em 7:945\$920 (sete contos, novecentos e quarenta e cinco mil e novecentos e vinte réis). Apesar de possuir trinta e sete escravos, a soma desses correspondia a 32% do percentual de seu monte mor. Os bens de raiz equivaliam a pouco mais de 15% da sua fortuna; os outros bens a 2%, e a propriedade de animais foram responsáveis por mais de 50% do valor do seu patrimônio inventariado.

O inventário de João Batista Pereira⁷¹ foi aberto em 1828. Ele faleceu em viagem ao Rio Grande do Sul. Possuía uma morada de casa coberta de telhas, na Vila de Castro e outra de pau a pique com parede de mão, no bairro do Tronco. Contava com o auxílio dos 6 escravos: João, Bernardo, Joana, Margarida, Manoel e Rita. Tinha 23 animais (incluindo éguas, mulas e cavalos), 17 vacas, cangalhas, canastras, botas, lombilhos, espingardas, machados, enxadas, foices, bacias, tachos, freios, estribos, anéis de ouro, imagens sacras em ouro, rosários de ouros, botões de ouros, correntes com cruz de ouro, rosetas e fívelas de ouro, chocolateiras, caldeirão, caixas, ferraduras, muitas roupas: vestidos de sedas, camisas, ceroulas, véus, xales, coletes, vestes de chitas, suspensórios, ponchos, capotes, meias, véus; mantas, sapatos, leques; chapéus, lençóis, toalhas, peças de chitas, lenços e agulhas portuguesas.

O patrimônio do inventariado foi calculado em 7:206\$391 (sete contos, duzentos e seis mil e trezentos e noventa e um réis). Dos inventariados pesquisados é o único que o valor dos itens arrolados não foi apresentado separadamente. Ou seja, os itens são descritos no documento, porém, os valores de cada um não são discriminados, somente consta a soma total de seu monte mor. Deste modo, não é possível identificar em quais itens concentraram a maior parte de sua riqueza.

No final do documento há uma nota que esclarece:

O Alferes João Batista Pereira não foi um tropeiro, embora tenha desempenhado a função de fazendeiro do Coronel Francisco Pinto do Rego nas fazendas de Boa Vista e Pinheiros por volta de 1772. Próximo a 1828, data de seu inventário, parece que era negociante de fazendas, fitas, lenços, etc. Os produtos que vendiam demonstram o poder econômico dos compradores, poder este gerado através do tropeirismo⁷²

⁷¹ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de João Batista Pereira. Tombo: 1820. Vila de Castro, 1828.

⁷² MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de João Batista Pereira. Tombo: 1820. Vila de Castro, 1828.

Nesta faixa de fortuna identifica-se inventariados desempenhando também as atividades de comércio, como foi o caso, por exemplo, de João Batista Pereira. Pelos dados, ele viajava de uma região a outra negociando animais e outros itens com os moradores. No seu inventário consta uma lista de bens que foi entregue pelo seu sócio, João Batista Ribeiro, que na ocasião encontrava-se em viagem ao Rio de Janeiro, negociando gado. A documentação informa que a parte que cabia ao inventariado foi repassada a viúva na espécie de mercadorias, como: peças de chitas e algodão, agulhas, camisas, vestidos e lenços de seda.

O inventário de Ana Josefa da Silva⁷³ também foi incluído nessa faixa de fortuna. Em 1831, ela era proprietária de 19 escravos: Ignacio com 30 anos, Salvador com 28 anos, Albino com 16 anos, Felizardo com 20 anos, Vitorino com 22 anos, Benedito com 46, Manoel com 22, Luis com 22, João com 40, Melquior com 12 anos, Valentim com 6 anos, Joaquim com 6 meses, Rita com 66, Joana com 40, Maria com 40 anos, Caetana com 16 anos, Esmenia com 10 anos, Gertrudes com 8 anos, Catarina com 3 anos. E diferente de Joaquim Barboza Leite, a soma dos cativos de Ana Josefa da Silva correspondiam a 61% do valor da sua fortuna.

Dos bens arrolados no documento de Ana Josefa da Silva constaram ainda: uma morada de casa coberta de telha, situada na localidade de Curralinho, um sítio denominado Boa Vista com seus campos, matos e pertences, um rincão de campo denominado Santa Ana com seus cultivos; outro rincão de campo no Bairro do Lago, uma morada de casa, coberta de telha, situada na Vila de Castro, ao lado da Igreja Matriz, 74 reses, 49 vacas com crias, 4 touros, 6 juntas de bois carreiros, 11 bois, 11 bestas, 28 éguas, 8 cavalos, 7 potros, 50 carneiros, um rosário de ouro, cordão de lantejola, um relicário com corrente de ouro, um copo com corrente de prata, 3 talheres velha de prata, umas peças de prata, um par de esporas de prata, um par de estribos, um freio, dois serrotes, um compasso, uma turquesa, uma balança, 6 machados, 5 foices, 3 enxadas, uma serra braçal, 2 enxós, um gancho de ferro, 3 espingardas, 10 cangalhas, uma sela e manta; um tacho velho, uma panela de ferro, uma chocolateira, uma mantilha, um vestido de seda, uma saia, um par de sapatos, um capote e uma caixa grande.

O monte mor de Ana Josefa da Silva somava 7:477\$180 (sete contos, quatrocentos e setenta e sete mil e cento e oitenta réis). Os bens de raiz corresponderam a 21% do valor de seu monte mor. Os animais equivaliam a 15,5% e os outros bens a 2,5% do seu montante. A inventariada deixou uma dívida equivalente a quase 10% do valor da sua fortuna (726\$952).

⁷³ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Joaquim Barboza Leite. Tombo: 1830. Vila de Castro, 1831.

Na faixa de fortuna médias altas as dívidas aparecem com mais frequências nos inventários. Como explica Kátia Mattoso, com patrimônios pouco mais expressivos, nem sempre os herdeiros estavam economicamente garantidos. Mattoso apresenta que nas fortunas dos baianos acima de 2:100 e 10:000 de réis, as dívidas também foram freqüentes. E afirma que em Salvador,

Tudo dependia da gestão dessas pequenas fortunas, e a abertura do inventário não era raro trazia amargas revelações: excesso de dívida ou empréstimos concedidos sem as devidas precauções podiam representar a ruína. As primeiras eram comuns, pois um proprietário tinha crédito fácil; quanto aos empréstimos, concedê-los era quase obrigatório, por uma questão de posição e prestígio (MATTOSO, 1992, p.609).

Mattoso argumenta que nessa faixa de fortuna havia uma diversificação pouco maior dos bens dos inventariados, podendo inclusive encontrar registro de uma segunda residência, para aluguel, ou adquirindo melhores móveis. Em alguns momentos, essa situação também se aplicava a Vila de Castro. Ana Josefa da Silva que possuía uma dívida de 10%, mencionada anteriormente, possuía no mínimo duas moradas de casas. E além das cabeças de gado, cativos era também detentora de objetos valiosos, como as jóias, por exemplo.

Nas faixas das fortunas média baixa, média e média alta observa-se que seus detentores podiam diversificar um pouco mais os seus bens, acrescentando maiores rebanhos de animais, mais bens de raiz (outras casas e propriedades de terras), ou comprando melhores móveis, maiores plantéis escravos. Vale lembrar que na faixa de fortuna média baixas a tem-se em média 3 cativos por proprietários, já na média alta tem-se uma quantia bem mais expressiva, chegando a 12,5 escravos por inventariados.

3.6 Fortunas grandes baixas

Na faixa das fortunas grandes baixas foram incluídos sete inventariados, correspondendo a 6,5% dos documentos pesquisados. Ao classificar o patrimônio desses inventariados, observa-se uma distribuição percentual, de certa forma, equilibrada entre: escravos, bens de raiz, animais e outros, conforme quadro 09:

QUADRO 09 PATRIMÔNIOS ESCRAVISTAS (ENTRE 10:000\$001 A 20:000\$000)

INVENTARIADOS	MONTE MÓR	ESCRAVOS % RÉIS	BENS DE RAIZ % RÉIS	ANIMAIS % RÉIS	OUTROS % RÉIS
M ^a Raquel Ferreira	10:468\$600	26,4 2:774\$000	15,6 1:635\$000	21,3 2:216\$900	36,7 3:842\$700
Manoel Rodrigues	11:184\$602	37,5 4:180\$000	17 1:908\$000	9 1:018\$840	36,5 4:493\$226
José Manoel Ferreira	12:683\$860	17 2:158\$000	48 6:100\$000	28 3:543\$600	7 882\$260
José Martins de Oliveira	13:416\$780	33 4:450\$000	48 6:450\$000	14 1:858\$500	5 658\$280
José Loureiro da Silva	16:642\$425	31,5 5:210\$000	9,5 1:550\$000	1,5 249\$000	57,5 9:633\$425
Firmina Rodriguez Borges	17:774\$625	15 2:655\$000	N/P*	7,5 1:301\$000	77,5 13:818\$625
Antonio Dias Batista	18:724\$826	38,5 7:220\$000	24 4:470\$000	11 2:091\$600	26,5 4:943\$226

FONTE: MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Conjunto de inventários *post mortem* de donos de escravos da Vila de Castro (1820-1844).

*N/P: Não Possui

Firmina Rodriguez Borges⁷⁴ é a única incluída nesta faixa que não possuía bens de raiz. Ela faleceu em 1841, deixando um patrimônio calculado em 17:774\$625 (dezesete contos, setecentos e setenta e quatro mil e seiscentos e vinte e cinco réis). 15% do valor da sua fortuna referia-se aos 7 cativos: Tobias, Pedro, José, Benedita, Euzébia, Vicência e Rita. Possuía 33 éguas e cavalos, equivalente a 7,5% do percentual do seu monte mor. A riqueza do montante da inventariada concentrava-se em outros bens, equivalente a 77,5% do valor de seu patrimônio.

⁷⁴ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Firmina Rodriguez Borges. Tombo: 1840. Vila de Castro, 1841.

No inventário de Firmina Rodriguez Borges foram classificados como *outros bens*⁷⁵, os seguintes itens: algumas jóias: rosários de ouros, cordão de ouro, um colar de ouro, caixilho de ouro, relicário com cordão de ouro, pares de brincos em ouro, pedras finas, relógios com correntes, moedas de ouro e alfinetes de ouro, copos, talheres, facas, esporas, canastras, estribos, castiçais, freios, peças de chitas, tecidos, mais de 20 lenços, peças de tecidos, bandejas, cadarços, xales, mais de 12 vestidos, mais de 80 peças de tecidos finos e dinheiro em papel. No montante da inventariada foi incluído um valor de 7:799\$820 (sete contos, setecentos e noventa e nove mil e oitocentos e vinte réis) referentes às dívidas ativas.

No documento não é informado a ocupação da inventariada, mas pelos dados, provavelmente Firmina lidava com armazém ou venda de fazendas secas. Ou ainda, a julgar pelo valor das dívidas, quem sabe, concedia pequenos empréstimos aos moradores da localidade. Consta na fonte que a inventariada tinha a receber uma dívida no valor de 7:799\$820 (sete contos, setecentos e noventa e nove mil e oitocentos e vinte réis), equivalente a 44% do valor de seu monte mor. Para a insatisfação da pesquisadora não é mencionado os nomes dos devedores, nem a que se referem essas dívidas.

Bruna Marina Portela ao analisar as dívidas de moradores da vila de Castro, da primeira metade do século XIX, constatou que os financiamentos entre os moradores aconteciam com frequências na região, sendo os grandes fazendeiros os principais credores da região. E esses aproveitavam suas mobilidades para estenderem seus negócios a outras regiões do império. Portela afirma que:

Analisando as dívidas ativas e passivas de Luciano Carneiro Lobo e sua falecida esposa percebemos a extensão dos negócios dessa família. Tinham dívidas a receber na vila de Jacaréi (SP) e na vila de Campanha (MG), além de algumas na própria vila de Castro. Já os credores, em maior número do que os devedores ao monte, moravam em Sorocaba (SP), Mogi das Cruzes (SP), São João de Atibaia (SP), cidade de São Paulo (SP), paço do Rio Verde (MG), Curitiba (SP), Rio de Janeiro (RJ) e também no “continente do sul”, como denominavam a capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul. Também havia credores entre alguns moradores de Castro (PORTELA, 2007, p.18).

A autora ressalta que entre os motivos das dívidas estão os financiamentos para a compra de animais, condução de tropas e pagamentos a tropeiros. Para o período investigado, pode-se também acrescentar o fornecimento de itens de armazéns. Pelo o que se evidencia nos inventários os proprietários com investimentos nesse ramo de atividade, acabavam

⁷⁵ Grifo nosso.

financiando alguns consumidores para facilitar a venda de seus produtos. E consequentemente, contribuindo com o aumento dos devedores.

Desse modo, pode-se inferir que o financiamento de crédito na vila castrense, do século XIX, não acontecia somente com os maiores fazendeiros. Dona Firmina Rodriguez Borges, como foi denominada em seu inventário, apesar de não possuir propriedade de terras ou fazendas, fazia parte da rede dos pequenos credores da Vila de Castro.

Kátia Mattoso ressalta que a prática de empréstimo foi frequente no século XIX, principalmente entre os indivíduos com fortunas acima de 300 réis, pois “era uma maneira de alçar uma categoria mais abastada” (MATTOSO, 1992, p.609). Hebe Maria Mattos de Castro também destaca que em Capivary o “o fornecimento de crédito interno à comunidade parece ter exercido papel de relevo no funcionamento das atividades agrícolas locais até pelo menos a década de 1870 (CASTRO, 1987, p.62).

Nesta faixa de fortuna, a posse escrava é acentuada. A média de cativos por proprietário ficou em torno de 13,7 escravos por inventariado. Em 1839, Antonio Dias Batista⁷⁶ contava com o auxílio de 21 escravos: Pedro, Francisco, Valentim, Benedita, Maria, Antonio, Zacarias, Manoel, Joaquim, Joaquina, Izabel, Gertrudes, Apolinária, Cipriano, Celestino, Clemência, Generozo, Antonia, Hemenegildo, Claudina e Fausta. Dos inventariados incluídos nessa faixa, ele era o possuidor do maior plantel escravo, correspondendo a 38,5% do percentual de sua fortuna.

Antonio Dias Batista, era proprietário de 5 moradas de casas, uma chácara, algumas terras: o campo de Tabatinga, campos de Carambeí com terras lavradas, terras na paragem denominada de São Miguel e propriedades na Vila do Príncipe. Os bens de raiz do inventariado, correspondiam a 24% do valor da sua fortuna. O inventariado possuía um rebanho de 255 reses e 66 cavalos e éguas, equivalendo a 11% da quantia do seu montante.

No interior de suas casas foram encontrados: um par de brincos, 3 anéis, outro anel com pedras de diamantes, um coração de ouro, uma caixa com pentes de pedras, 2 relicários de pedras, um cordão de ouro, um par de botões de ouro, uma pulseira, um par de brincos de pedras, um par de estribos, esporas, 8 talheres, 2 garfos, uma bacia grande de cobre, um forno, uma tenda de ferreiro, uma arroba e meia de ferro, um catre de armação, 7 catres, 3 mesas, 2 pares de canastras e 2 carros. Os bens do interior das moradas equivaliam a 26,5% do valor de sua fortuna.

⁷⁶ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Antonio Dias Batista. Tombo: 1830. Vila de Castro, 1839.

O inventariado possuía um patrimônio calculado em 18:724\$826 (dezoito contos, setecentos e vinte quatro mil e oitocentos e vinte e seis réis). Foi identificada uma dívida passiva no valor de 250\$500 (duzentos e cinquenta mil e quinhentos réis), equivalente a 1,5% do valor do seu monte mor. Embora a documentação não registre a profissão desempenhada pelo inventariado, pelos itens arrolados é provável que ele tivesse envolvimento nas atividades de pecuária, fosse alugando suas terras, criando animais e/ou comercializando-os. Ele possuía propriedades nas localidades de Carambeí e na Vila do Príncipe.

O documento de José Loureiro da Silva⁷⁷ foi aberto em 1841. Sua fortuna era constituída por escravos, bens de raiz, animais e outros bens. Os bens arrolados constaram: 3 moradas de casas, 3 partes de terras com campos, 9 cavalos e bestas, 15 escravos, 2 relógios, uma estante para livros, 4 breviários, 31 livros de vários autores, um missal, um oratório, uma imagem de São José, uma casula, um cálice, um freio de prata, um par de estribos, uma par de esporas, um copo, 16 colheres, 9 garfos, 4 facas, uma panela, 2 castiçais, uma chocolateira, uma panela de ferro, uma vestia de chita, 2 coletes de seda, 2 calças brancas, uma casaca, uma sobrecasaca, uma vestia, um capote de pano, 2 cadeiras, 2 catres tecidos de couros, 2 mesas, um banco, uma espingarda, uma panela de ferro, um forno de ferro, 2 foices, 2 enxadas, uma sela, 4 mesas, 2 catres, um banco e 2 pares de canastras.

José Loureiro da Silva era vigário, natural da Freguesia de Cutia, na localidade de São Paulo. A propriedade de cativos correspondia a 31,5% do valor de sua fortuna; os animais equivaliam a 1,5%; os bens de raiz a 9,5% e os demais bens correspondiam a 57,5% do total de sua fortuna.

De modo geral, nos inventariados incluídos na faixa das fortunas grandes baixas encontram-se uma maior variedade de objetos de uso pessoal, que englobam vestuários, maior número de jóias e relógios. Mascarenhas chama esses investimentos de entesouramento da riqueza, ou seja, era uma riqueza não circulante e para ser mostrada, onde a sua exibição deveria servir para diferenciar pública e socialmente às pessoas (MASCARENHAS, 1998, p.154). Essas exibições se faziam principalmente em dia de festa, mesmo no meio rural, quando então, “caiam cruces de ouro, medalhões, berloques sobre o colo das matronas e donzelas, mostrando, no seu silêncio, sua confecção” (BOAVENTURA, 1989, p.147).

⁷⁷ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de José Loureiro da Silva. Tombo: 1830. Vila de Castro, 1839.

Em 1838, os objetos de uso pessoal juntamente com alguns móveis e ferramentas foram responsáveis por mais de 30% da fortuna de Manoel Rodrigues⁷⁸. Entre os itens arrolados constaram: um capote, uma casaca de pano preto, 2 colchas, 2 relógios, 3 lisantes de ouro, 3 rosários com cruz, 58 oitavas de ouro, 3 pares de brincos com pedras, 4 mesas, 4 pares de canastras, 16 catres, 2 caixas, 2 castiçais, 5 tachos, 2 bacias, 3 caçarolas, 3 serrotes, um enxó, 3 colheres de pedreiro, 10 foices, 10 machados, 8 enxadas, uma alavanca de ferro e uma arma de fogo. O somatório do valor desses itens rendeu ao monte mor do inventariado uma participação de 36,5%. Valor equilibrado em relação o percentual da soma dos 13 cativos, que correspondiam a 37,5%.

Manoel Rodrigues possuía alguns animais: 16 vacas, 10 bois, 10 bestas, 16 cavalos e 33 éguas com crias. A soma desses correspondia a 9% do valor de sua fortuna. Dos bens de raiz: 2 casas, uma chácara com lavoura, 2 poteiros, capoeiras na região de Itaiacoca e outros terrenos na vila. A soma destes bens equivalia a 17% do valor de seu monte mor. O patrimônio inventariado foi calculado em 11:184\$602 (onze contos, cento e oitenta e quatro mil e seiscentos e dois reis). O inventariado possuía dívidas passivas no valor de 1:468\$894 (um conto, quatrocentos e sessenta e oito mil e oitocentos e noventa e quatro réis) equivalente a pouco mais de 13% do valor de sua fortuna.

3.7 Fortunas grandes médias

Cinco inventariados compunham a sétima faixa de fortuna que, ao longo de suas vidas, acumularam bens avaliados entre 20:000\$001 a 100:000\$000, equivalente a 4,5% dos documentos pesquisados.

Nesta faixa, a posse escrava também é bastante acentuada. Os proprietários possuíam em torno de 14 a 40 cativos, equivalente a uma média de 27 cativos por inventariado. A fortuna dos inventariados dispunha de mais variedades de bens. As propriedades de terras, cativos, animais e outros bens mantiveram, de certa forma equilibrada, porém, as dívidas também são mais freqüentes.

⁷⁸ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Manoel Rodrigues. Tombo: 1830. Vila de Castro, 1838.

QUADRO 10 PATRIMÔNIOS ESCRAVISTAS (ENTRE 20:000\$001 A 100:000\$000)

INVENTARIADOS	MONTE MOR	ESCRAVOS % RÉIS	BENS DE RAIZ % RÉIS	ANIMAIS % RÉIS	OUTROS % RÉIS
Antonio José de Madureira e Souza	29:421\$552	40 11:730\$000	22,5 6:650\$000	7,5 2:151\$600	30 8:889\$952
Maria Guilhermina Machado	32:189\$257	38 12:510\$000	19 6:200\$000	18 5:926\$000	25 8:183\$520
Ana Theodora de Oliveira	38:189\$257	14 5:438\$000	23,5 9:050\$000	32 12:207\$600	30,5 11:493\$657
Águida Joaquina Araújo	41:078\$080	11 4:424\$000	49 20:200\$000	26,3 10:812\$820	13,7 5:641\$260
Domingos Ferreira Pinto	46:102\$520	13,5 6:260\$000	49,8 22:950\$000	22,2 10:275\$400	15,5 6:617\$120

FONTE: MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Conjunto de inventários post mortem de donos de escravos da Vila de Castro (1820-1844).

Antonio José de Madureira e Souza⁷⁹ foi o inventariado menos afortunado dessa faixa. Entre os bens foram arrolados os seguintes escravos: Carlos, João, Joaquim, outro Joaquim, Lucas, Joaquina, Miguel, Rosa, Lourenço, outro Lourenço, Izabel, Balduino, Antonio, outro Antonio, Magdalena, outra Magdalena, Januária, Cesária, Venâncio, outro Venâncio, Maria Antonia, Maria Jacinta, Carolina, Verônica, Geraldo, Balduina, outra Balduina, Madalena, Geraldo e Venâncio. A soma dos cativos equivalia a 40% do valor de seu monte mor.

O inventariado possuía um rebanho vacum com 150 reses, 41 cavalares e 15 muares, correspondendo a 7,5% do percentual da sua fortuna; 5 moradas de casas, um sítio, 5 partes de campos com terras lavradas, 2 poteiros, um terreno com 31 braças de frente. Os bens de raiz equivaliam a 22,5% do percentual da soma do montante inventariado.

O patrimônio de Antonio José de Madureira e Souza foi calculado em 29:421\$552 (vinte e nove contos, quatrocentos e vinte e um e quinhentos e cinquenta e dois réis), e 30% dessa fatia, correspondia a soma de outros bens, como: relógios, cordões de ouro, colares de lantejoulas, botões de ouro, brincos, anéis, argolas de ouros, alfinetes de ouro e alfinetes com pedras de topázios, rosários de ouro, cruz de ouro, imagens de santos, catres, caixas, balanças, tesouras, ferro de engomar, enxós, enxadas, machados, foices, martelos, tachos, esporas, estribos, cangalhas, espingardas, mesas, garrafas, copos, bandejas, canastras, camas, armários e cômodas.

⁷⁹ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Antonio José de Madureira e Souza. Tombo: 1840. Vila de Castro, 1844.

Antonio José de Madureira e Souza atuava como alferes⁸⁰ e era fazendeiro. Possuía propriedades nos Campos Gerais do Paraná e em Sorocaba, no interior paulista. Pelo visto, viajava de uma região a outra. Do montante inventariado, 23% correspondiam as dívidas. Sendo 2:893\$448 (dois contos, oitocentos e noventa e três mil e quatrocentos e quarenta e oito réis) ou 10% do monte mor referente a dívidas ativas e 3:940\$000 (três contos, novecentos e quarenta mil réis) ou 13,5% de dívidas passivas.

Bruna Mariana Portela ao analisar as dívidas ativas e passivas dos moradores da Vila de Castro, ressaltou que identificou com frequência credores que também eram devedores (PORTELA, 2007, p.18). Essa rede de relações mercantis estabelecidos pelos proprietários do Brasil imperial é denominada por Fragoso e Florentino de “cadeia de endividamento”⁸¹, ou seja, proprietários que eram credores e ao mesmo tempo devedores a pessoas de áreas distintas.

Kátia Mattoso destaca que na Bahia dos oitocentos eram freqüentem as dívidas em inventários de mercadores e comerciantes, especialmente dos primeiros. E argumenta que “os altos percentuais de dívida significam, aliás, que esses homens não se tinham desligado por completo dos negócios” (MATTOSO, 1992, p.621).

Outro inventário representante desta faixa de fortuna é de Maria Guilhermina Machado⁸², aberto em 1835, totalizando um monte mor de 32:189\$257 (trinta e dois contos, cento e oitenta e nove mil e duzentos e cinquenta e sete réis). Possuía a maior quantidade de escravos desta faixa, com plantel de 40 cativos. A soma percentual dos escravos equivalia a 38% do seu monte mor.

A inventariada possuía uma casa de morada, na Vila de Castro e uma fazenda com 583 vacas e bois e, ainda, 151 muares e cavalares. No interior da habitação foi identificado: jóias, relógios, ferramentas, imagens de santos, sinos, utensílios de uso doméstico e dinheiro. A categoria outros bens, correspondia a 25% do percentual de sua fortuna. A inventariada, assim como Antonio José de Madureira e Souza (mencionado anteriormente) mantinha relações com outras regiões brasileiras. O documento informa que o óbito da mesma ocorreu em Sorocaba. E ainda, foi constatada a presença de dívidas ativas.

⁸⁰ Patente oficial abaixo de tenente.

⁸¹ O “endividamento era um padrão geral, dado que se envolvia a ápice da hierarquia fluminense, por certo também envolvia os agentes menores [...] e o fato de a elite se endividar entre si indica a precária liquidez (e sua concentração) característica do mercado colonial” (FLORENTINO e FRAGOSO, 2001, p.105).

⁸² MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Maria Guilhermina Machado. Tombo: 1830. Vila de Castro, 1835.

Em 1838, Ana Theodora de Oliveira⁸³ também era proprietária de 2 fazendas nos Campos Gerais. Possuía um rebanho de 2.063 reses, 249 muares, criava porcos e ovelhas. Contava com auxílio de 28 escravos. O patrimônio da inventariada foi calculado em 38:189\$257 (trinta e oito contos, cento e oitenta e nove e duzentos e cinquenta e sete réis). Considerada rica e possivelmente componente da hierarquia social da localidade. Dona Theodora, como foi denominada no documento, além de fazendeira, concedia empréstimos a outros senhores. Foram identificadas algumas dívidas ativas no seu inventário. A soma dos animais equivalia a 32% do seu monte mor; os cativos a 14%; os bens de raiz a 23,5% e os outros bens a 30,5%.

Outra fazendeira, inventariada na Vila de Castro, foi Águida Joaquina Araújo⁸⁴. Em 1838, era proprietária de pelo menos 10 fazendas, de animais, terrenos e campos com terras lavradas nas proximidades do Rio Iapó. Possuía 727 vacas e bois, 455 mulas e bestas, 14 cativos, jóias, ferramentas, móveis e utensílios de uso doméstico. O patrimônio da inventariada foi calculado em 41:078\$080 (quarenta contos, setenta e oito mil e oitenta réis). Desse total, 24% destinava-se a quitação de dívidas da fazendeira.

Observa-se nos patrimônios inventariados que a medida que as fortunas tornavam-se mais sólidas, conseqüentemente aumentavam os saldos das dívidas. Nem sempre, possuir uma fortuna diversificada ou se encontrar na faixa dos abonados era garantia de uma vida tranquila, livre de tribulações financeiras. Cabe ressaltar o que observou Kátia Mattoso, para Salvador, passar por rico, nem sempre, era ser rico, muitas vezes podia significar que tivesse sido. Pois, riqueza e pobreza era uma ação dinâmica. Quem era rico, podia tornar-se pobre por força das dívidas (MATTOSO, 1992, p.648).

Na faixa de fortuna grande média, verificou-se uma quantidade significativa de fazendeiros que possuíam casas urbanas para o seu conforto e de seus familiares quando de visita à vila, por ocasião de festas religiosas e/ou por outros motivos. Aparece entre estes, Domingos Ferreira Pinto⁸⁵, além de negociante de animais e fazendeiro, era proprietário de imóveis na Freguesia de Ponta Grossa. Era o mais afortunado desta faixa. Em 1843, seu patrimônio foi calculado em 46:102\$520 (quarenta e seis contos, cento e dois e quinhentos e vinte réis). Também era proprietário de 21 cativos, casas de moradas, campos, terras, fazendas e animais. Quase 50% do valor de seu patrimônio inventariado referiam-se aos bens de raiz.

⁸³ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Ana Theodora de Oliveira. Tombo: 1830. Vila de Castro, 1838.

⁸⁴ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Águida Joaquina Araújo. Tombo: 1830. Vila de Castro, 1838.

⁸⁵ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Domingos Ferreira Pinto. Tombo: 1840. Vila de Castro, 1843.

A faixa das fortunas grandes médias era constituída por proprietários escravistas, donos de terras e/ou fazendas, com investimentos na pecuária. A riqueza concentrou-se principalmente na posse escrava, bens de raiz e animais. Importante destacar que os dois inventariados com menores fortunas desta faixa, Antonio José de Madureira e Souza⁸⁶ e Maria Guilhermina Machado⁸⁷, concentraram suas riquezas na posse escrava, sendo um percentual de 40% e 38% respectivamente. Com fortunas mais sólidas, Águida Joaquina Araújo⁸⁸ e Domingos Ferreira Pinto⁸⁹, tiveram seus investimentos concentrados principalmente nos bens de raiz, equivalendo a 49% e 49,8% respectivamente.

3.8 Fortunas grandes altas

Três inventariados tiveram suas fortunas avaliadas acima de 100:000\$000 (cem contos de réis), o que corresponde a 3% dos documentos pesquisados. A riqueza demonstrada nos inventários de Benedito Mariano Ribas, Francisco Xavier da Silva e João Carneiro Lobo estava representada pela posse escrava, propriedade de terras, animais e outros bens, ambos com exibição de opulência.

QUADRO 11 PATRIMÔNIOS ESCRAVISTAS (ACIMA DE 100:000\$001)

INVENTARIADOS	MONTE MOR	ESCRAVOS % RÉIS	BENS DE RAIZ % RÉIS	ANIMAIS % RÉIS	OUTROS % RÉIS
Benedito Mariano Ribas	100:768\$359	2 1:930\$000	39,5 40:000\$200	18 18:180\$300	40,5 40:657\$859
Francisco Xavier da Silva	109:065\$577	16,5 17:978\$800	7 7:422\$000	7,5 8:018\$000	69 75:646\$777
João Carneiro Lobo	156:395\$460	14 21:370\$000	43 67:538\$000	25 39:152\$000	18 28:335\$460

FONTE: MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Conjunto de inventários *post mortem* de donos de escravos da Vila de Castro (1820-1844).

⁸⁶ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Antonio José de Madureira e Souza. Tombo: 1840. Vila de Castro, 1844.

⁸⁷ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Águida Joaquina Araújo. Tombo: 1830. Vila de Castro, 1838.

⁸⁸ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Benedito Mariano Ribas. Tombo: 1840. Vila de Castro, 1840

⁸⁹ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Domingos Ferreira Pinto. Tombo: 1840. Vila de Castro, 1843.

Do patrimônio inventariado de Benedito Mariano Ribas⁹⁰ foi encontrado: escravos, animais, propriedade de terras, moradas de casas e outros bens. Foram arrolados: um carro novo, duas mesas, um aparador e 11 cadeiras - ambos de jacarandá, um sofá, um aparador de Gonçalo Alves, 10 cadeiras, 12 cadeiras vermelhas, 2 redomas com vasos dourados, 2 mangas de vidros bordados, 6 quadros com molduras, um espelho grande dourado, 3 mesas ordinárias, um dicionário de latim, 10 livros antigos, 2 rosários com cordões de ouro, um par de brincos com dez pedrinhas de diamantes, uma manilha de corais de ouro, 8 libras e uma quarta de prata velha em obras, 90 oitavas de prata, 6 talheres de prata, estribos, esporas e cabeçadas, ambos de prata, e ainda, dinheiro em espécie e moedas de prata e de ouro. Esses itens juntamente com algumas ferramentas corresponderam a 40,5% do percentual de sua fortuna.

Benedito Mariano Ribas era natural da Vila de Curitiba. Proprietário de cinco escravos: Bráz, Tristão, José, Germano e Fortunato. Possuía 2.228 cabeças de animais (vacas, cavalos, éguas, bestas e mulas), equivalente a 18% do valor do seu monte mor. Era dono de pelo menos 6 grandes propriedades de terras: a fazenda Pitangui, Sesmaria Campinas, um rincão denominado São Miguel, terras lavradas com sesmaria de meia légua em quadra constante, o potreiro de Uvaranas, anexo a freguesia de Ponta Grossa e os campos e matas da sesmaria de Itaiacoca. E ainda, morada de casas na freguesia de Ponta Grossa, com cozinha, quintal e tudo murado de taipa, outra morada de casas nos campos de Pitangui com capela e ornamentos da mesma, algumas imagens e 2 moradas de casas com quintais e benfeitorias. A soma dos bens de raiz correspondia a 39,5% do valor de seu espólio.

Pelos dados, Benedito Mariano Ribas ocupou-se das atividades de criação de animais e negociante de fazendas seca. No documento foi encontrada uma nota a respeito dos bens que possuía com dois sócios. Tinha uma sociedade em uma tropa de bestas, com o genro Paulino, o qual viajava constantemente para a Província do Rio Grande do Sul, ocupando-se com os negócios de compras de animais. Também era sócio do outro genro, Joaquim Procópio de Souza Castro, em uma loja de fazendas secas.

No inventário de Francisco Xavier da Silva, aberto em 1829, foram arrolados: uma corrente de ouro, um relógio de fábrica, 2 pares de fivelas de ouro, um rosário de ouro, 2 coroas e um esplendor de prata, 24 casais de colheres e garfos de prata, 10 colheres de chá, uma colher de sopa, 24 facas de prata, 3 bules e um açucareiro de prata, 4 copos de prata, 3 tesouras de prata, 6 castiçais de prata, 3 esporas de prata, um par de estribos de prata, 2 chapeados de prata, 5 imagens de santos de prata, 2 vasos de vidros branco, 10 dúzias de

⁹⁰ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Benedito Mariano Ribas. Tombo: 1840. Vila de Castro, 1840.

pratos, um dúzia de xícaras com pires, 2 bules de louça pintada, 2 aparelhos de chá, uma colher de louça, 4 sopeiras, 20 tigelas, 4 pires de louças azuis, 18 copos de vidros, 19 cálices, uma chaleira, 25 garrafas, 2 bacias brancas com jarros brancos, 16 frasquinhos, uma caixa pequena com 8 garrafas e um urinol, um candeeiro de latão, 4 pratos de estanhos, 9 bandejas, um moinho de café, 2 balanças de pesar ouro, 4 tachos, 3 panelas de ferros, 2 cafeteiras de ferro, 2 mesas de jacarandá, 15 mesas, 2 camas, 8 cadeiras, um tear e 9 rodas de fiar, 3 barris, 2 carros, 3 livros pequenos, 10 libras de pólvoras, 22 espingardas, enxadas, machados, foices, martelos, muitas roupas: coletes, ceroulas, meias de sedas, ponchos, camisas, casacas, lenços finos, cobertores, colchas, lençóis, côvados de pano, peças de linhos e casimira, dinheiros em moedas de pratas e de cobre, 720 oitavas de pratas, e mais uma infinidade de miudezas. A soma destes bens foi equivalente a quase 70% do valor do seu monte mor.

Francisco Xavier da Silva era proprietário da fazenda Caxambu, a mesma que o francês Saint Hilaire ficou hospedado quando passou pela Região dos Campos Gerais do Paraná, no século XIX. O naturalista ficou por cinco dias em Caxambu e fez questão de registrar suas impressões a respeito da fazenda e do proprietário. Nas palavras de Saint Hilaire:

A Invernada ou Fazenda Caxambu fica situada na encosta de um morro, ao pé do qual passa um riacho; o morro do lado oposto mostra uma verdejante relva, e na sua encosta vê-se um bosque de araucárias, cuja folhagem escura contrasta com o alegre verde dos pastos vizinhos [...] O Sr. Xavier da Silva não devia ser um homem comum, vencendo os inúmeros obstáculos que lhe havia, imposto a Natureza e os seus semelhantes, ele tinha formado no meio do sertão uma fazenda que teria sido considerada muito aprazível mesmo num país civilizado, tinha sabido ensinar e dirigir os seus empregados, devendo a si mesmo tudo o que havia feito, por assim dizer, pois não dispunha de nenhum modelo que pudesse seguir. Desnecessário é dizer que esse fazendeiro era português (SAINT-HILAIRE, 1978, p.38-39).

Apesar dos exageros de exaltações na literatura do viajante, em torno da figura do português, seus registros são importantes para a compreensão dos sujeitos e de suas relações estabelecidas na região. Saint Hilaire afirma que havia na fazenda muitas árvores frutíferas, que inclusive podiam ser colhidas pelos vizinhos. E na ausência do proprietário, a fazenda era administrada por um cortês capataz, que também era um dos escravos.

Caxambu fazia divisa de um lado com a propriedade do Coronel Luciano Carneiro Lobo e do outro com o Tenente Antonio de Souza Fogaça. Era composta por campos de criar, matos e terras lavradas, casas de morada, armazém, casa de engenho, 4 poteiros cercados, quintais com arvoredos, moinhos de água e monjolos. Na época, foi avaliada por uma quantia considerável, em torno de 4:222\$000 (quatro contos, duzentos e vinte e dois mil réis). O

inventariado também possuía propriedades em Sorocaba, inclusive armazém com objetos para venda.

Francisco Xavier da Silva possuía 80 escravos, o maior escravista, entre todos os inventariados pesquisados. Deixou pelos menos 1.573 cabeças de gados. O seu espólio era peculiar, nem os escravos, nem os animais, nem os bens de raiz tinham maior peso, mas os outros bens.

Bruna Mariana Portela em investigação sobre os proprietários castrenses analisou o patrimônio de Francisco Xavier da Silva, e destacou que:

Sem dúvida este português, natural da vila de Caparica, se dedicava à criação de animais e às atividades do tropeirismo, constatado o número de animais que possuía e também a ocupação que vem especificada nas Listas Nominativas, “vive do negócio de tropas”. Porém, além disso, Francisco Xavier da Silva mantinha em Sorocaba, em sociedade com seu genro, um armazém de fazenda seca, que deve ter lhe rendido bons lucros. O comércio estava localizado na Rua das Tropas, conforme descrito no inventário e, provavelmente, era passagem obrigatória dos tropeiros nos tempos da feira, o que deveria render um bom dinheiro para Xavier da Silva e seu genro. O armazém vendia artigos diversos como tecidos dos mais variados, chapéus, vestidos, xales, sapatos, resmas de papel, espelhos, ferramentas para agricultura, artigos para montaria, saca rolhas e até uma garrafa de água da Inglaterra (PORTELA, 2007, p. 21-22).

Foram constadas no documento algumas dívidas ativas e passivas do inventariado. Aquelas que ele devia para outras pessoas somaram 1:211\$164 (um conto, duzentos e onze e cento e sessenta e quatro réis), enquanto, a quantia dos devedores, somaram mais de 27 contos de réis. São listadas às dívidas, mas não consta o nome dos devedores, nem a procedência delas.

Pelos dados, Francisco Xavier da Silva emprestava dinheiro para as pessoas e mantinha negócio com fazendas e usura, conforme denominaram Frágoso, Florentino e Faria, ao definirem alguns tipos de comércio existentes em vilas interioranas do Brasil Colonial:

a) pequeno comércio – que negociava mercadorias de baixo custo, miudezas como objetos de armarinhos e bugigangas de louça grosseira e vidro, além de ‘secos e molhados’ (...); b) negócios com fazendas e usura – que se diferenciavam do primeiro pelo maior valor dos objetos negociados, além de também fazerem empréstimos a juros; c) usura – que se dedicava apenas ao fornecimento de crédito a outros (FRAGOSO; FLORENTINO e FARIA, 1998, p. 79).

Segundo estes autores, quanto maior o volume dos negócios, menor a proporção do endividamento. Os negociantes de fazendas e usuras eram, portanto, os que tinham o conjunto

de seus negócios menos comprometidos com dívidas, como foi o caso de Francisco Xavier da Silva. As suas dívidas passivas não alcançavam a 1% do valor de seu monte mor.

O seu patrimônio era diversificado. Tinha uma fortuna admirável frente aos outros moradores da Vila de Castro. Proprietário de escravos, negociante de animais, vendia fazendas secas e emprestava dinheiro. Possuía prestígio. De acordo com Fragoso, Florentino e Faria “investir em terras e homens significava adquirir status mais elevado na sociedade colonial” (FRAGOSO, FLORENTINO e FARIA, 1998, p. 77). E Francisco Xavier da Silva desfrutou de todo esse composto.

No ano de 1843, na Invernada dos Barreiros, aos fundos da fazenda Jaguariaíva, faleceu João Carneiro Lobo⁹¹, deixando uma fortuna avaliada em 156:395\$460 (cento e cinquenta e seis contos, trezentos e noventa e cinco mil e quatrocentos e sessenta réis) para ser dividida entre os 6 filhos, todos ainda menores, e a viúva Ana Estevão Carneiro. Entre os bens arrolados constaram: a posse de 53 escravos, 3.713 animais (incluindo vacas, cavalos, éguas e mulas) e mais de 16 propriedades de terras (incluindo fazendas, invernadas, terras lavradas, senzalas e capões de matos), 2 carros, 2 carretões, um cordão de ouro, um cordão com lantejoulas, um relicário, 2 pares de pentes de ouro, 1 pente grande com pedras, 3 pares de bichas de ouro, um rosário com cruz, 2 pares de brincos de ouro, um memória de pedras, 14 facas, 17 garfos, 32 colheres, 2 pares de esporas, estribos, 4 canastras, várias roupas, aparelhos de cama, aparelhos para mesa, tachos, foices, enxadas, machados, pistolas e espingardas.

Bruna Mariana Portela afirmou que a família Carneiro Lobo “teve muita influência na região de Castro, e era uma das mais abastadas” (PORTELA, 2007, p.17). De fato, João Carneiro Lobo foi o mais afortunado dos inventariados pesquisados. Era um fazendeiro de posses consideráveis. Foi o maior proprietário de animais da região, possuía mais de três mil e setecentas cabeças de animais.

João Carneiro Lobo residia na Invernada do Barreiro com sua família. Porém, era proprietário de outras terras. Entre os bens arrolados contaram: 2 partes de campos na fazenda São Tomé, campos com capões na fazenda Vorá, terras de plantas acostadas ao Monte Negro, 3 campinas na fazenda São Tomé com terras de plantar e erval, sorte de terras lavradas com paiol nas costas do sertão, um segundo paiol com mangueiras e mais benfeitorias próximos a Barreiro, outra parte de campos junto aos valos da mesma invernada, com piquetes e capões e ainda, uma casa coberta de telhas com móveis, benfeitorias e senzalas na invernada do

⁹¹ MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário João Carneiro Lobo. Tombo: 1840. Vila de Castro, 1844.

Barreiro, outra casa coberta de telhas com móveis, quintal e benfeitorias na fazenda Vorá, campos da fazenda Curralinho com moradas de casas, móveis e mais benfeitorias, terras no bairro de Enxovias, e uma morada de casas na Vila de Castro com 2 lanços, paredes de mão, coberta de telhas, uma sala forrada e assoalhada, quintal fechado com muros e alguns móveis, e mais um terreno no pátio da igreja Matriz. A soma dos bens de raiz foi equivalente a 43% do percentual de seu monte mor.

Pelos dados, o inventariado mantinha envolvimento com atividades: agrícola e pecuária. Também foi identificado registro de campos com presença de erval e carroções, o que sinaliza o envolvimento nas atividades ervateiras. Os carroções eram muito utilizados no escoamento do transporte da erva mate de uma região para outra.

As atividades desenvolvidas nas suas terras contavam com a mão de obra escrava. Foi identificado como o segundo maior escravista dos inventários pesquisados. No plantel escravo de João Carneiro Lobo, conforme apresentado no capítulo anterior, encontramos alguns cativos especializados: 4 roceiros, 4 campeiros, 3 domadores, um carpinteiro e um alfaiate. A soma dos cativos correspondia a 14% do valor de seu espólio.

João Carneiro Lobo dedicava-se à criação de animais e às atividades do tropeirismo, constatado pelo número de animais que possuía. Foi também o inventariado com o maior número de animais, pois, possuía em suas fazendas em torno de 3.713 cabeças de animais (vacas, bois, éguas, cavalos e mulas), avaliados pela quantia de 39:152\$000 (trinta e nove contos, cento e cinquenta e dois mil réis), equivalente a 25% do valor do seu monte mor.

Os animais criados nas suas propriedades da Vila de Castro também eram negociados em outras regiões do Brasil, principalmente com moradores do interior de São Paulo. Encontra-se em meio ao inventário, uma declaração feita pela viúva, Ana Estevão Carneiro, informando a respeito de uma tropa de bestas (éguas) que havia sido enviada a Feira de Sorocaba, junto com seu sócio Manoel José da Trindade, a fim de serem vendidas aos negociantes daquela região.

Os três mais afortunados da Vila de Castro contavam com patrimônio diversificado. Foram os detentores dos maiores plantéis de escravos, aliados a posse de animais e bens de raiz. Nessa faixa foi identificada a maior média de cativos por proprietário, 46 escravos por inventariado.

Kátia Mattoso ressalta que 90% das grandes riquezas da Bahia pertenciam a negociantes com atividades muito diversificadas, que abrangiam também investimentos em bancos, companhias de seguros e de transportes e empresas industriais (MATTOSO, 1992, p.610). Para a Vila de Castro, as grandes riquezas encontravam-se nas mãos dos escravistas,

possuidores de várias fazendas, com muitos animais. Cabe inferir que esses proprietários também buscavam aliar seus negócios às atividades de comércio, como a venda de itens de armazéns e/ou fazendas secas.

De modo geral, nas três últimas faixas de fortunas encontram-se as grandes fortunas inventariadas da Vila de Castro, onde estavam incluídos os proprietários com patrimônios orçados acima de 10:000\$000 (dez mil contos de réis). 15 dos inventariados foram incluídos nas faixas de fortunas: grandes baixas, grandes médias e grandes altas, equivalente apenas a 14% dos documentos pesquisados. E desses, em quase todos, figuram os bens de raiz, animais, escravos, jóias e móveis.

Nestas faixas, dos considerados abonados, se concentram os pequenos e grandes comerciantes que controlavam o varejo, grandes fazendeiros, tenentes, sargentos e membros do clero. São consideradas fortunas sólidas, correspondentes a elite campeira da vila castrense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Vila de Castro, na primeira metade do século XIX era constituída por grandes fazendeiros, pequenos comerciantes de gado, alguns sem nenhum pedaço de terra, assalariados, trabalhadores livres e escravos. Nesse universo mais agrário, multifacetado de personagens sociais, percebe-se que a maioria da população possuía algum tipo de envolvimento nas atividades de criação de animais, mesmo que fosse para sua subsistência.

A pecuária, aliada às atividades tropeiras, movimentava a economia local. A população castrense estava bastante envolvida com o comércio de gados e tropas, fato perceptível sendo um mercado em crescimento, que fez muitos proprietários acumular fortunas, prestígios e status social. A comercialização de animais e a mão de obra escrava tiveram sobremaneira grande importância, especialmente por tratar-se de uma atividade socioeconômica.

A média de escravos por proprietários na Vila de Castro, no período de 1820-1844, concentrou-se em torno de pouco mais de 8 cativos por proprietários. Esses dados em comparação a outras regiões paranaense são bem mais elevados, pois, para a Comarca de Curitiba, em meados do século XIX, Eduardo Spiller Pena apontou uma média de 4 cativos por proprietários (PENA, 1988). A vila castrense mostrou-se significativa no que tange ao universo escravista, além de revelar-se *lócus* de um escravismo bastante dinâmico no que tange às lidas campeiras.

A análise das habitações e dos bens que havia no interior das casas de morada revelou um pouco do cotidiano da população da Vila de Castro. As formas das construções refletiam o estilo de vida material dos moradores da localidade. A primeira vista, o estilo das habitações pode configurar-se como simples ou rústicas, porém, com uma vasculhada mais atenta no interior das residências, observa-se que alguns aspectos podem ser relativizados. Em quase metade das habitações, identificou-se a presença de jóias, que poderiam representar investimento ou denotar prestígio social. Nas casas das famílias mais abastadas encontrou-se uma grande presença de móveis. A ideia da rusticidade e estilo de vida simples apresentada na literatura de viajantes do século XIX, pode ser relativizada ou apontar para mudança nos hábitos da sociedade local.

Nas faixas de fortunas: muito pequenas, pequenas e média baixa, os cativos foram responsáveis pelo maior índice de participação na soma dos montantes. Os animais também

aparecem nessas faixas, porém, em percentuais menores. E mais da metade dos inventariados da faixa muito pequenas não contavam com bens de raiz.

A maioria dos inventariados analisados encontrava-se nas faixas de fortunas: média baixa, média e média alta, equivalente a 56,5% dos documentos analisados. A posse de escravos, animais e bens de raiz concentraram a maior parte da riqueza inventariada. Os proprietários contavam com mais escravos em seus plantéis, possuíam maiores rebanhos de animais, e ainda, contava com mais bens de raiz (possuíam mais de uma casa e/ou propriedades de terras).

Em Castro, da primeira metade do oitocentos, a riqueza inventariada consistiu na junção de atividades diversificadas, que abrangeu a posse de cativos, bens semoventes, propriedade de terras e alianças em atividades de comércio locais. No topo da hierarquia econômica encontravam-se principalmente os grandes fazendeiros, detentores dos maiores plantéis de escravos e posse de animais.

Convém ressaltar que embora a criação e comercialização de animais tenha sido responsável pela formação das fortunas dos fazendeiros dos Campos Gerais, somente em 11% dos inventários houve predomínio absoluto dos animais sobre os outros bens, no que refere ao índice de participação por faixa de fortuna. Os bens de raiz e outros bens com participação de ativos equivaleram a maior parte das fortunas dos componentes das faixas de fortunas grandes altas.

Constatou-se, a partir dos dados nos inventários, o acentuado grau de desigualdade socioeconômica na região, apenas 14% dos inventariados foram incluídos nas faixas de fortunas grandes. A soma dos bens inventariados revelou que a riqueza concentrou-se principalmente em mãos de grandes fazendeiros que reuniam várias atividades ao mesmo tempo: eram comerciantes de animais, fazendas secas, seguidas da posse de escravos e possuidores de vários bens de raiz.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial (1750-1822)*. Niterói, 2001. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão de obra escrava em Salvador 1811-1860*. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPQ, 1988.

BANDEIRA, Julio e LAGO, Pedro Correia do. *Debret e o Brasil: Obra completa 1816-1831*. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2007.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Família, herança e poder em São Paulo: 1765- 1855*. In: *Estudos Cedhal*, São Paulo: Cedhal, n. 7, 1991.

_____. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo, 1780-1860*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e vaqueiros*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

BORGES, Nilsen C. Oliveira. *Terra, gado e trabalho: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, 2005.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da História*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CORRÊA, André do Nascimento. Roceiros, campeiros e domadores: o ofício do trabalho escravo na Vila de Caçapava (1831-1839). In: *Revista Latino-Americana de História* (Edição Especial – Lugares da História do Trabalho), Vol. 1, nº. 3, Março de 2012.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. *Confins meridionais: família de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: UFSM, 2010.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo Garcia; FARIA, Sheila de Castro. *A economia colonial brasileira. (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Atual, 1998.

FLORENTINO, Manolo Garcia; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2001.

_____. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____ e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e o tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e riqueza na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. *População escrava, escravidão e família me Guarapuava no século XIX*. Guarapuava: Unicentro, 2007.

_____. *Senhores e escravos no Paraná Provincial: os padrões de riqueza em Guarapuava*. Guarapuava: Unicentro, 2011.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1967.

GARAVAZO, Juliana. *Riqueza e escravidão no nordeste paulista: Batatais, 1851-1887*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2006.

GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

GUTIÉRREZ, Horácio. *Senhores e escravos no Paraná, 1880-1830*. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 1986.

HARTUNG, Mirian. Muito além do céu: escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. In: *Topoi*, v.6, n.10, jan-jun, Rio de Janeiro, 2005, p.143-191.

IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Sciencia et Labour (UFPR), 1988.

KLEIN, Herbert. A oferta de muares no Brasil Central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. *Estudos Econômicos*, vol.19, n.02, São Paulo, 1989, p.347-372.

LEANDRO, José Augusto. *Gentes do grande mar redondo: riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, 2003.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Sertanejos e pessoas republicanas livres de cor em Castro e Guaratuba (1801-1835). IN: *Estudos Afro-Asiáticos*, v.24 n.02, Rio de Janeiro, 2002, p. 317-344.

_____ ; MELO, Katia Andréia Vieira de. A distante voz do dono: a família escrava em fazendas absenteístas de Curitiba (1797) e Castro (1835) In: *Afro-Ásia*, n.31, Salvador, 2004, p.127-162.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MARTINS, Ilton Cesar. *Eu só tenho três casas: a do senhor, a cadeia e o cemitério: crime e escravidão na comarca de Castro (1853- 1888)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná - UFPR. Curitiba, 2011.

MASCARENHAS, Maria José R. *Fortunas coloniais: elite e riqueza em Salvador, 1760-1808*. 1998. Tese (Doutorado e História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP. São Paulo, 1998.

MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX: uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MELO, Kátia Andréia Vieira de. *Comportamentos e práticas familiares nos domicílios escravistas de Castro (1824-1835) segundo as listas nominativas de habitantes*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná - UFPR. Curitiba, 2004.

MELLO, Zélia Cardozo de. *Metamorfoses da riqueza: São Paulo 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1990.

NOVAIS, Fernando. *A Estrutura e Dinâmica de Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ªed. São Paulo: Hucitec, 1995.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999.

_____. Campeiros e domadores: escravos da pecuária sulista, séc. XVIII. IN: *II Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional*, Porto Alegre – RS, 26-28 de Outubro, 2005, p.9. (Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/poa2005/29.pdf>. Acesso dia 11/10/2008).

PENA, Eduardo Spiller. Escravos, libertos e imigrantes: fragmentos da transição em Curitiba na segunda metade do século XIX. In: *História: Questões e Debates*, v.9, n.16, Curitiba, p. 83-103, 1988.

_____. *O jogo da face: a astúcia escrava frente aos senhores e a lei na Curitiba Provincial*. Curitiba: Aos quatro ventos, 1999.

PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889*. Curitiba: UFPR, 1996.

PINTO, Elisabete Alves. *Vila de Castro: população e domicílios (1801-1830)*. Tese (Doutoramento em História Demográfica). Universidade Federal do Paraná - UFPR. Curitiba, 1992.

PORTELA, Bruna Marina. *Caminhos do cativo: a configuração de uma comunidade escrava (Castro, São Paulo, 1800-1830)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná - UFPR. Curitiba, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1978.

SILVA, Sheyla Farias. *Nas teias da fortuna: homens de negócios na estância oitocentista (1820-1888)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários *post mortem* : possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. In: *Mal-Estar e Sociedade*, Ano V, n. 8, Barbacena, janeiro/junho 2012, p. 63-83.

VIAL, Rogério; FRANCO NETTO, Fernando. Riqueza e domicílios de escravistas e não escravistas nos Campos Gerais do Paraná no século XIX. In: *Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, 2013. (Disponível em: <http://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Fernando-Franco-Netto-e-Rogério-Vial-texto.pdf> acesso em 18/01/2014).

_____. *A participação dos escravos nos patrimônios dos Campos Gerais (1846-1864)*. Irati, PR. 2014. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Centro-Oeste, PR.

VOGT, Olgário Paulo e RADUNZ, Roberto. Do presente ao passado: inventários *post mortem* e o ensino de história. IN: *Revista Latino-Americana de História* (Edição Especial), Vol. 2, nº. 6, Agosto de 2013, p.25-39.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Afinal, existiu ou não regime escravo no Paraná? In: *Revista da SBPH*, nº 13, 1997, p. 25-63.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto Gaúcho*. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 1997.

- Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.
- Autorizo apenas a divulgação do resumo e do abstract no banco de dados do PPGH/UNCENTRO.

Irati(PR), 21 de setembro de 2015.



Mariani Bandeira Cruz Oliveira